UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA LITERATURA
DIONISIO DAVID MÁRQUEZ ARREAZA

IDEALISMO E REPÚBLICA: PERSONAGENS FRACASSADAS COMO CRÍTICA AO PROJETO DE NAÇÃO EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*, DE LIMA BARRETO, E *EN ESTE PAÍS...!*, DE URBANEJA ACHELPOHL

Rio de Janeiro
2014

Dionisio David Márquez Arreaza

IDEALISMO E REPÚBLICA: PERSONAGENS FRACASSADAS COMO CRÍTICA AO PROJETO DE NAÇÃO EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*, DE LIMA BARRETO, E *EN ESTE PAÍS...!*, DE URBANEJA ACHELPOHL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Ciência da Literatura (Literatura Comparada)

Orientador: Prof. Eduardo F. Coutinho

Rio de Janeiro
2014

Arreaza, Dionisio David Márquez.

Idealismo e república: Personagens fracassadas como crítica ao projeto de nação em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e, *En este país...!*, de Urbaneja Achelpohl/ Dionisio David Márquez Arreaza. – Rio de Janeiro: UFRJ/ FL, 2014.

viii, 137f.; 1,3 cm.

Orientador: Eduardo de Faria Coutinho

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ Faculdade de Letras/ Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura (Literatura Comparada), 2014.

Referências Bibliográficas: f. 129-137.

1. Barreto, Lima, 1881-1922 – Crítica e interpretação. 2. Urbaneja Achelpohl, 1873-1937 – Crítica e interpretação. 3. Literatura Comparada. 4. Romance. 5. Literatura brasileira. 6. Literatura venezuelana. I. Coutinho, Eduardo de Faria. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. III. Título.

Idealismo e república: Personagens fracassadas como crítica ao projeto de nação em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *En este país...!*, de Urbaneja Achelpohl

Dionisio David Márquez Arreaza
Orientador: Prof. Eduardo F. Coutinho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Ciência da Literatura (Literatura Comparada).

Examinada por:

_____
Presidente, Prof. Doutor Eduardo F. Coutinho

_____
Profa. Doutora Carmem Negreiros de Figueiredo – UERJ

_____
Profa. Doutora Beatriz Vieira de Resende – UFRJ

_____
Profa. Doutora Cláudia Luna Ferreira da Silva – UFRJ, Suplente

_____
Profa. Doutora Martha Alkimin – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro
Maio de 2014

Para a Ticiana

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos às instituições que apoiaram essa pesquisa: ao Programa PEC-PG do CNPq pela bolsa de mestrado que subsidiou o trabalho, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Departamento de Literatura da Universidad de Los Andes na Venezuela, onde atuo como professor, e ao CDCHTA da mesma Universidad, pelo apoio financeiro para a coleta dos materiais venezuelanos.

Do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quero agradecer em forma especial ao Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho, meu orientador, pela sua recepção, estímulo e cuidado ao longo do curso e cujas aulas, conversas e produção intelectual sobre Literatura Comparada me permitiram conceber esse trabalho. Preciso agradecer, de igual forma, à Profa. Dra. Beatriz Resende, cujas aulas, discussões e seus trabalhos sobre Lima Barreto beneficiaram o meu próprio. Também, quero agradecer à Profa. Dra. Cláudia Luna do Departamento de Letras Neolatinas dessa Universidade, pelas importantes indicações bibliográficas e o "feedback" sobre parte da pesquisa.

Da Universidad de Los Andes, agradeço especialmente aos colegas Alberto Rodríguez Carucci, Álvaro Contreras, Belford Moré e Lilibeth Zambrano, pelo estímulo, as orientações investigativas e as indicações bibliográficas.

Não poderia deixar de mencionar os colegas do Programa Mario Rodríguez, Mayara Alexandre, Karen Basaure e Diogo de Hollanda pela amizade, as trocas e as estimulantes discussões tanto nos congressos quanto nos corredores.

De maneira especial, quero reconhecer o importante apoio que recebi da Coordenação do Programa, especificamente do Prof. Dr. Luis Alberto Alves, das secretárias Fátima e Patrícia e da Profa. Dra. Martha Alkimin.

Quero agradecer a Ticiana Saloman, minha companheira, pelo apoio em todo momento, o carinho, a compreensão e, também, as revisões do texto durante os altos e os baixos dessa experiência.

SINOPSE

Estudo da representação da república no Brasil e na Venezuela no romance a partir da leitura política intrínseca das personagens fictícias cujo idealismo evidencia a contradição vigente da exclusão social originariamente colonial e durante o período republicano pós-independência marcado pelo constitucionalismo.

RESUMO

MÁRQUEZ ARREAZA, Dionisio. Idealismo e república: personagens fracassadas como crítica ao projeto de nação em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *En este país...!*, de Urbaneja Achelpohl. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação tem como eixo a crítica ao projeto nacional em dois romances latino-americanos: *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), do brasileiro Lima Barreto, e *En este país...!* (1920), do venezuelano Urbaneja Achelpohl. A análise dos protagonistas nacionalistas e idealistas em ambos os romances revela as tensões que caracterizam o discurso de fundação nacional ou "retórica fundacional", e particularmente a prática constitucional e/ou republicana, em ambos os países. Na medida em que as personagens interagem com a ideologia nacionalista, o trabalho agrícola e o combate armado, a idéia de nação oscila entre a inclusão retórica e a exclusão social, esta herdada da escravidão e do sistema latifundiário. A pesquisa se baseia na leitura da história política como "subtexto" da construção romanesca, seguindo o modelo interpretativo de Fredric Jameson. O teor comparatista da dissertação visa demonstrar como as produções literárias do Realismo latino-americano do início do século XX, dotados de uma função social, representam artisticamente as contradições do constitucionalismo, destacando as diferenças políticas de cada país e a heterogeneidade da idéia de "república" na América Latina.

Palavras-chave: Romance, Brasil, Venezuela, república, exclusão social.

ABSTRACT

MÁRQUEZ ARREAZA, Dionisio. Idealism and Republic: fictional character failure as critique of the idea of the national project in *Triste fim de Policarpo Quaresma*, of Lima Barreto, and *En este país...!*, of Urbaneja Achelpohl. Rio de Janeiro, 2014. M.A. Thesis (Ciência da Literatura), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This M.A. thesis studies the critique of the national project in two Latin American novels: *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), by the Brazilian Lima Barreto, and *En este país…!* (1920), by the Venezuelan Urbaneja Achelpohl. The analysis of the nationalist and idealist protagonists in both novels reveals the tensions that have characterized the national foundation discourse or "foundational rhetoric", and particularly the constitutional and/or republican praxis in both countries. To the extent that these characters interact with national ideology, agricultural labor and armed combat, the idea of the nation oscillates between rhetorical inclusion and social exclusion, the latter bequeathed by slavery and the large estate owning system. The research is conducted through the reading of political history as a "subtext" of the fictional construction, following Fredric Jameson's interpretative model. The comparative character of the thesis aims at demonstrating how Latin American literary realist products of the early twentieth century, marked by a social function, represent artistically the contradictions of constitutionalism, pointing out the political differences of each country as well as the heterogeneity of the idea of "republic" in the continent.

Keywords: Latin American Novel, Brazil, Venezuela, Republic, Social Exclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O FIO CONSTITUCIONAL COMO TECIDO LITERÁRIO 9

1 **RETÓRICA FUNDACIONAL E FRACASSO DO IDEAL NACIONAL** 16

1.1 O ROMANTISMO INDÍGENA E AGRÁRIO EM *TRISTE FIM* 16

1.1.1 **Policarpo alencariano: a verdade romântica** 16

1.1.2 **Ser ou não ser tupi** 18

1.1.3 **Policarpo agricultor** 21

1.1.4 **Política rural** 23

1.2. O NEOCLASSICISMO ECONÔMICO E AGRÁRIO EM *ESTE PAÍS* 26

1.2.1 **Gonzalo bellista: o liberalismo agrário** 26

1.2.2 **O ideal econômico liberal** 29

1.2.3 **A doença e a dependência de classe** 32

1.3 EX-COLONIALIDADE, CONSTITUCIONALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL..... 38

1.4 GUERRA: ORDEM POR MEIO DA VIOLÊNCIA 49

1.4.1 **O fim de uma era** 49

1.4.2 **A ascensão militarista em *Triste fim*** 53

1.4.3 **O militarismo em *Este país*** 63

1.4.4 **Guerra e fracasso** 81

1.5 REFLEXÃO CARCERÁRIA: A DECEPÇÃO DO SUJEITO EX-COLONIAL 84

1.6 O CONTRASTE COM O SUJEITO MARGINALIZADO 94

2 **COMPARATISMO LITERÁRIO E ROMANCE REPUBLICANO** 99

2.1 HISTORIAGRAFIA LITERÁRIA: ESTILO E FUNÇÃO 99

2.1.1 **Comentário prévio** 99

2.1.2 **Função social do realismo literário em *Triste fim* e *Este país*** 101

2.1.3 **Dependência cultural e crítica romanesca** 112

2.2 COMPARATISMO LITERÁRIO LATINO-AMERICANO 116

2.2.1 **A reescrita jamesoniana** 116

2.2.2 **Relações interliterárias e realismo literário** 119

2.2.3 **A enunciação romanesca e o adiamento da emancipação social** 122

CONCLUSÃO: NO TERCEIRO HORIZONTE:
ROMANCE REPUBLICANO E CRISE CONSTITUCIONAL 124

REFERÊNCIAS 129

INTRODUÇÃO: O FIO CONSTITUCIONAL COMO TECIDO LITERÁRIO

Na América Latina a produção escrita e a realidade social se relacionam estreitamente desde o início da colonização. As figuras políticas e literárias do século XIX testemunharam com entusiasmo a constituição e consolidação de repúblicas independentes na América do Sul lusófona e hispanófona. Os escritores da primeira metade do século XX refletiram cuidadosamente sobre os acertos e erros desse passado recente e, preocupados com assuntos nacionais no seu próprio tempo, experimentaram na ficção modelos ideais de organização social.

Exemplos desta reflexão e experimentação literária se encontram na obra do brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e do venezuelano Luis Manuel Urbaneja Achelpohl (1873-1937). Com efeito, nas novelas *Triste fim de Policarpo Quaresma*[1] e *En este país...!*[2], estes autores recriam, respectivamente, a Revolta da Armada (1893-1894) e, em forma latente, a "Revolución Libertadora" (1901-1903), guerras internas desestabilizadoras, associadas, no primeiro caso, à instauração da República do Brasil, e no segundo, à consolidação da República da Venezuela.

O referente histórico define o ambiente narrativo e permite a compreensão da crítica política contida nesses textos. O ideário político republicano, reapropriado confusa e criativamente do modelo francês, funciona como o código mestre que atravessa as tensões sociais vistas nesses dramas. O ideal de igualdade contrastará com as iniciativas fracassadas de personagens de ardente patriotismo, no contexto histórico de desigualdades e desequilíbrios profundos, oferecendo um retrato complexo e caótico das sociedades carioca e caraquense, assim como evidenciando a diferença entre teoria e práxis do sistema republicano marcado pela exclusão e a violência. Além disso, as personagens fracassadas revelam concepções distintas e práticas diversas da ordem republicana dentro e entre cada realidade nacional. Neste sentido a compreensão da diferença histórico-política desses dois setores linguoterritoriais sul-americanos abre novas perspectivas para o estudo comparado da experimentação literária que dialoga com as tensões dos regimes republicanos, especificamente, o brasileiro e o venezuelano.

---

[1] Publicado em forma periódica em 1911 e em livro em 1915 no Rio de Janeiro.

[2] Publicado na íntegra primeiro em forma periódica em 1916 e depois em livro em 1920 em Caracas. Mas, dois de seus capítulos, o IX "Ruiseñol" e o VI "Cigarrones del Ávila", já na sua forma definitiva, tinham sido publicados em 1901 e 1902, respectivamente, na revista *El cojo ilustrado* editada em Caracas.

Na primeira parte do estudo patenteio, seguindo o crítico norte-americano Fredric Jameson em *The Political Unconscious*, o imperativo político na interpretação do texto literário, o que não é algo complementar, mas "horizonte absoluto" (1994, p. 8). É imperativo, no caso, no romance social latino-americano que não "busca" a dimensão política porque esta já vivia dentro dele desde sua imanência e materialidade verbal-estética. A historiografia histórico-política é necessária, então, não como acréscimo de leitura, mas como registro histórico e retórico para se analisar formas de cultura profundas com as quais os romances entram em diálogo, bem como com a historiografia literária, que desenvolvo na segunda parte do estudo. Longe de um reducionismo sociológico, predeterminado pela "narração" histórica nacional, trata-se de uma "redução estrutural", seguindo Antônio Cândido, movimentada de um ponto de partida (histórico ou societal) a um ponto de chegada (o texto) (2004, p. 9). A vida e o mundo falam sobre o texto e, por reciprocidade, o texto (ou minha interpretação dele) constrói sua fala política a partir dos anti-heróis nacionais do fracasso romanceado, a saber: Policarpo Quaresma, protagonista em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (doravante *Triste fim*) e Gonzalo Ruiseñol, co-protagonista em *En este país...!* (doravante *Este país*).

Metaforicamente, a linha política e a linha narrativa são fios do mesmo tecido textual. Propriamente, os elementos narrativos (personagens, ações, descrições) apresentam tensões simbólicas cuja compreensão está significada, literal-mente, pelo conflito político, a saber: a "linguagem" republicana da vida latino-americana nos termos retóricos da afirmação de independência política diante da metrópole europeia, do bipartidarismo opondo conservadorismo/liberalismo, centralismo/federalismo e civilismo/militarismo, e do constitucionalismo parlamentarista ou presidencialista. Nessa textura e tessitura narrativa, os romances falam "republicanamente" através do itinerário dramático de Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, tanto literário quanto político.

Chama muito a atenção que ambas as personagens, cidadãos proprietários das classes média e alta, realizam um percurso fracassado na tentativa de entusiasmar e materializar ideias e reformas que contribuiriam para formar as atitudes patrióticas necessárias para o progresso do país. Primeiramente, com o amor e exagero nacionalista discutem sobre a grandeza da pátria, em particular, o desenvolvimento da agricultura para comprovar, quer o potencial da terra nacional, quer a eficácia da ciência agronômica. Mas estas ideias não se adaptam na terra local, entre outras razões, pela retórica fora de lugar e a dependência

tecnológica. Ademais, o entorno rural não as aceita porque representam alternativas incômodas e ilegíveis para a ordem existente do interesse pessoal e/ou a agricultura tradicional. Eles terminam sendo excluídos política e economicamente de qualquer empreendimento ou participação, ainda que existam também condicionamentos internos da própria personagem, ou seja, da própria ideologia dominante. Teoria e prática na república não batem e assim fracassam a convicção patriótica, o reformismo agrário e o sacrifício bélico de Quaresma e Ruiseñol, cada um em seu respectivo romance. Depois, a violência da guerra e o lugar do cárcere conduzem Policarpo e Gonzalo à decepção definitiva, e suas ideias, embora concebidas à imagem do discurso hegemônico do progresso liberal, se transformam em algo diferente, uma coisa "outra" diante da república que as inspirou. Ao longo do estudo, proporei que a exclusão e decepção do republicano "outro" porque idealista, personificado em Policarpo e Gonzalo, virá revelar como a república liberal nega seus direitos ao cidadão proprietário contradizendo assim seu próprio paradigma como sistema de inclusão social.

A negatividade com que o sistema republicano trata o idealismo patriótico nas ficções sublinha com toda a força enunciativa dos romances a subsistência, em tempo republicano, das formas coloniais de exclusão vistas durante séculos contra o indígena e o negro. Como se verá, essa exclusão étnica também tem um papel importante nos dois textos. Ou seja, nesses países o hábito colonial de olhar o outro com desprezo e de oprimi-lo violentamente continua operativo agora contra os "outros" no regime republicano manejado no estreito jogo de poder entre radicais e conservadores da elite nacional. Os romances são então textos "republicanos" porque o drama literário e a ação narrada criticam a exclusão política e econômica através da opção idealista e, dessa maneira, se diferenciam e misturam entre si o que a república projeta ser (o ideal), o que deveria ser (inclusivo) e o que de fato é (excludente).

Na medida em que se aprecia a diferença política, a ação dramática ganha nova legibilidade e vira enunciação romanesca e política simultaneamente, razão pela qual a comparação literária se integra à diferença política.

A diferença política entre o Brasil e a Venezuela que interessa aqui pode ser traçada nos processos de Independência e na instauração de suas repúblicas. Ao revisar brevemente os momentos centrais em ambos os processos se poderão distinguir as conotações de "república" nas órbitas carioca e caraquense que contextualizam, via a ficcionalização de eventos históricos, os textos representativos de ambas as literaturas nacionais.

Os antecedentes que determinam a diferença mencionada se originam ao redor da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e a ruptura das Colônias hispânicas com o Governo do Império espanhol em 1810. Nessa conjuntura chave, as monarquias ibéricas seguem destinos muito distintos, com impactos determinantes para o futuro de suas possessões coloniais.

Quando Napoleão invade Portugal em 1807, o rei dom João VI foge para a Corte do Rio de Janeiro, transformando brevemente a Colônia que exportou o Pau-Brasil no centro temporal do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Pelo seu lado, a dividida monarquia espanhola, subordinada ao Império napoleônico, possibilita a ruptura entre Rei e Governo. Assim, vários vice-reinados hispânicos se alçam, ainda leais ao Rei, desconhecendo a autoridade do Governo-sem-Rei. A diferença é que enquanto no Brasil o regime monárquico tem continuidade, na América Hispânica se rompe com ele.

Desse modo se iniciam processos específicos em direção à Independência, que depois darão lugar às concepções e práticas locais da ordem republicana para cada país sul-americano. O processo de independência hispano-americano se radicaliza no movimento republicano bélico (1810-1830) contra a Espanha, liderado por figuras como Bolívar, O'Higgins e San Martín, e rompe todo vínculo político com a monarquia absoluta espanhola, para isto congregando de maneira desigual todos os setores da sociedade colonial (CARDOZO, 1987, p. 78). Ao longo do século XIX parte da elite "criolla"[3] letrada registra o processo e faz destaque em sua participação através de textos literários. Esta produção textual inclui o venezuelano Fermín Toro, o argentino Sarmiento, o cubano Martí e o uruguaio Rodó.

Ao contrário, no processo de independência luso-americano as transformações operam como uma espécie de negociação: nas mudanças há um termo de continuidade. Entre os anos de 1822 e 1824 dom Pedro I proclama a Independência que resultaria em um marco constitucional, embora continuando o regime monárquico herdado pelo seu pai dom João VI. Por outro lado, a estrutura parlamentarista e eleitoral já tinha podido se consolidar durante os reinados de dom Pedro II e da Princesa Isabel, quando em 1889 se funda a República do Brasil no conluio entre militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos da Geração de

[3] "Criollo" como termo de identidade varia, dados os distintos modos de representação na história hispano-americana. Assim "criollo" significa tanto os descendentes de espanhóis e europeus nascidos na América – e por isso são a elite política e econômica – quanto qualquer sujeito nascido na América, além dos distintos graus de mistura étnica. Aqui uso-a como "elite política". Sobre a questão ver "Criollo: Definición y matices de un concepto" de J. J. Arrom.

1870 (SEVCENKO, 1998, p. 16). Certamente o entusiasmo republicano foi inicialmente acompanhado por letrados como Euclides da Cunha e Olavo Bilac.

O Brasil e a América Hispânica registraram conflitos armados e uma crise interna entre os séculos XIX e XX, mas na continuidade e ruptura das mudanças históricas contrasta-se a evolução política em cada sub-região. No caso brasileiro, os conflitos internos não lograram desintegrar a união territorial e, chegada a Primeira República, a nova constituição substitui mas não quebra o fio constitucional, visto que figuras importantes da classe governante e dos setores econômicos procederam do quadro monárquico. No caso hispano-americano, o movimento bélico inicialmente contra a Espanha se dividiu e depois os grandes generais-caudilhos desuniram o território emancipado, constituindo distintos países através de guerras desestabilizadoras que quebraram o fio constitucional re-fundando uma nova república com cada golpe ou revolução.

O "republicano" na América Latina é um termo cultural e historicamente específico e ao mesmo tempo variável. Por isto as literaturas sul-americanas que reescrevem e reinterpretam a vida republicana como ordem social, compartilhada na região, precisam de uma comparação que valorize suas diferenças.

Os processos de continuidade e ruptura do fio constitucional determinam, por um lado, tanto a maneira com que se proclama a república quanto as concepções e práticas da ideologia republicana, e por outro lado, os referentes históricos que serão reescritos ou ficcionalizados nos romances de Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl que constituem o objeto de estudo.

Minha leitura aponta para o constitucionalismo como a instância medular do sistema republicano e sua retórica. É sua razão de ser, define o ser da nação e é um referente material imediato. Como documento, a constituição é onipresente: é um texto legal que abrange toda a atividade em sociedade, insere regras de conduta na vida quotidiana e lhe fornece e impõe sentido imediato e simbólico. O constitucionalismo é parte do subtexto jamesoniano sobre o qual os textos adquirem inteligibilidade e "fazem sentido". A partir dessa instância formal, a da república constitucional, os autores estudados observaram os conflitos gerados e as lógicas de exclusão na feição particular a cada nação.

A representação da vida cotidiana e do sistema de organização social constitui uma das características-chave do realismo latino-americano que encerra a lógica literária do século XIX que antecedera as vanguardas modernizadoras. A construção ficcional das personagens

conduz a uma experimentação narrativa dos problemas do indivíduo num entorno dado, como no naturalismo de Zola, mas também é a relação entre indivíduo e entorno que leva à observação dos problemas da sociedade na sua história como nação explicitamente latino-americana. Dessa forma, o fracasso das personagens representa artisticamente, como sugerido, a tensão entre discurso ideal liberal patriótico e prática republicana excludente e se emoldura na história política do Brasil e da Venezuela.

Três elementos articulam a crítica ao projeto de nação nas ficções: a fundação da literatura nacional com o neoclássico Andrés Bello (1823-1826) e o romântico José de Alencar (1857-1874), respectivamente, em correlação com os programas político-ideológicos constitucionalistas (monarquistas ou republicanos) nos primeiros setenta anos da independência política; o processo de modernização liberal compulsório na América Latina (1870-1910), coincidente com as guerras internas dentre as quais as ficcionalizadas nos romances e com a entrada do Brasil na forma republicana; e, consequentemente, o momento de composição e publicação das obras (1901-1920) a partir do qual se verifica um uso criativo das formas realistas na ficção, assim como uma renovada ambição pelo poder político por parte da classe armada.

A relação entre os três elementos sugere que Policarpo e Gonzalo são portadores dos ideais patrióticos em sintonia com o discurso político fundacional que perdem vigência no contexto republicano de modernização caracterizado pela exclusão social e o uso da força. As ficções representam o projeto de nação independente em dívida com as exclusões herdadas do período colonial (i.e.: latifúndio e escravidão) e, assim, evidenciam a capacidade do romance de tecer críticas numa relação transtemporal a partir de uma apropriação estilisticamente híbrida da descrição realista, em parte naturalista, de forte orientação social. Essa estratégia crítica tripla, em romances publicados nas primeiras duas décadas do século XX, coloca a retórica ideal-nacionalista ao longo do período da pós-independência em tensão com o projeto de nação durante a modernização no final desse século ainda baseada na mencionada retórica, de maneira a melhor apreciar os problemas da sua atualidade e contemporaneidade.

Qual o sentido de se constatar nos dois romances analisados que as personagens fracassadas são estratégias narrativas que criticam o discurso de nação independente, que foram projetados durante um século pela literatura dos árcades e românticos que moldaram o imaginário coletivo nesse tempo, para estabelecer, na relação entre texto literário e história

política, a representação artística da vida nacional e, em particular, os "males" da república latino-americana?

A resposta é que isso ajuda a interpretar o dinamismo de representação na ficção como formulação simbólica do dinamismo na representação literária da história. Isto permite não apenas arguir a favor da primazia discursiva e política de toda produção textual, sem subestimar critérios histórico-formais, mas também argumentar contra qualquer subordinação entre campos gnosiológicos na hora da interpretação da obra literária. As tensões sociais da representação literária elaboradas por esses dois escritores e vistas a uma distância centenária estão, por um lado, dialogando intertextualmente com o que chamo de retórica fundacional, como tentarei demonstrar, mas também, por outro lado, através de tal diálogo estabelecem por correlação pontos de contato com o dinamismo da situação da independência, dado que ambas, retórica e independência, significam a nação. É nessa convergência discursiva que as tensões analisadas ganham força no estudo da 'razão de Estado' de tal situação na Hispanoamérica e no Brasil: a instauração do sistema constitucional e as questões sociais, ardentemente debatidas, que a acompanharam.

O que quero salientar, nesse estudo de *Triste fim* e *Este país*, é que tanto o desenho dramático da personagem quanto a enunciação do narrador são recursos distintivos de narração em relação crítica e significativa. O estudo de personagens fracassadas como crítica ao projeto de nação certamente não diz nada novo ao identificar a tensão entre discurso nacional e prática societal. Apenas contribui a dizer que a margem de dessemelhança entre estes sempre "opera" em qualquer narrativa ou representação da nação até os nossos dias. O que é interessante, pois, observar é como os elementos discursivos e as dinâmicas de oposição têm determinado as conjunturas conflituosas pela definição do que é nacional, definição sempre incompleta pela própria seletividade discursiva e as dívidas sociais históricas que ela implica. Por essa razão, acho mais proveitoso estudar o "modo" como essa tensão tem-se formalizado no texto, do que identificar, com astúcia simulada, o fato simples de a tensão existir; é como se o argumento do trabalho consistisse em 'descobrir' a contradição da nação ao contrastar discurso e realidade, por um lado, e, por outro, retórica e independência. Desde sua fundação textual, a nação é uma dialética entre estes binômios na articulação da representação narrativa, a literatura nacional e a independência política, e vale a pena observar como funciona em cada caso essa articulação.

1 **RETÓRICA FUNDACIONAL E FRACASSO DO IDEAL NACIONAL**

1.1 O ROMANTISMO INDÍGENA E AGRÁRIO EM *TRISTE FIM*

1.1.1 **Policarpo alencariano: a verdade romântica**

Em *Triste fim* o discurso nacionalista de Policarpo se constrói na técnica de leitura romântica da paisagem brasileira (e não só da paisagem). A respeito disto diz Negreiros de Figueiredo:

> Esta imagem da *paisagem* como pátria composta por uma natureza exuberante, o intelectual Quaresma [colhe] dos livros, produzidos por outros intelectuais que, cientes da importância da *palavra*, engendraram, através dela, uma nação: os pensadores da segunda metade do século conhecidos como os autores românticos brasileiros (grifos no original) (1998, p. 28).

A palavra do livro romântico, com Alencar como representante maior do gênero para a historiografia literária, é a fonte da verdade para Policarpo. Ao mesmo tempo, ela vem do procedimento verbal da *Carta* de Pero Vaz de Caminha onde: "[a] descrição da terra [...] partiu [...] de uma necessidade de incitar à ação – linear, uniforme – colonizadora pela *palavra*" (grifos no original) (1998, p. 30). Esse procedimento, que Silviano Santiago chama "metaforização da linguagem" (1997, p. 540), estabelece a diferença entre o Brasil real e o Brasil textual ou "metaforizado". Assim, os reformismos de Policarpo – o requerimento de converter o tupi-guarani em língua oficial e a exploração agrícola da "exuberante" terra fértil – fracassam no deslocamento entre o discurso "linear" e "uniforme" de seus livros e a realidade de fato baseada "na ordem social plenamente hierarquizada, autoritária, [e] marcada pela exclusão" (FIGUEIREDO, 1998, p. 54). Policarpo é um sujeito perfeitamente integrado ao sistema, mas exclui-o sua leitura "quixotesca" do discurso oficial (BOSI, 1970, p. 359).

A palavra escrita equivale para Policarpo à verdade absoluta e indica que as terras brasileiras são as mais fartas e férteis do mundo, onde a visão inocente do significante corresponde direta e exatamente ao significado (WASSERMAN, 1997, p. 563-4). Ademais, seguindo os testemunhos escritos desde os viajantes europeus até os românticos, como propõe Negreiros de Figueiredo, a descrição da natureza farta atende ao interesse mercantilista da colonização (1998, p. 29). Policarpo reproduz por um lado o discurso colonizador inconsciente e anacronicamente, mas por outro segue a resignificação romântica de José de Alencar que idealiza a fartura da terra brasileira.

Dessa forma, a escrita romântica alencariana se relaciona intertextualmente com a personagem de Policarpo ao mesmo tempo que essa tradição romântica serve no realismo de Lima Barreto como instrumento de crítica social não só sobre o idealismo da paisagem como também sobre todos os enunciados e atos na trajetória de Policarpo.

No primeiro capítulo da primeira parte, o narrador passeia por sua ampla biblioteca brasiliana e constata entre os muitos volumes a obra "toda" de Alencar (o adjetivo 'toda' em parêntese enfático), salientando a interpretação ingênua do mundo. A vasta natureza farta e o indígena revalorizado que constituíram a grandeza e origem do Brasil na linguagem literária e polemista de Alencar passam a formar a ideia de pátria de Policarpo. Distinto da abstração do primeiro romantismo de Gonçalves de Magalhães, o segundo romantismo literário de Alencar se documenta nas crônicas da conquista e na literatura de viagem de europeus ou dos próprios brasileiros durante a colonização e portanto supera a mera verossimilhança de ficção e se equipara a fato verídico. Eder Silveira destaca que em *O Guarani* (1857), o primeiro romance indianista de Alencar, se constrói o valor veraz do livro romanesco através da nota paratextual do rodapé (2007, p. 91). Esse "segundo livro" é composto por 57 notas que se referem ao aparelho crítico "historiador", a títulos de cronistas e viajantes e também à erudição filológica sobre expressões de origem tupi. Assim Alencar faz dialogar "cientificamente" ficção e fontes pesquisadas, elevando a palavra literária a estatuto de "grande interpretação da formação da nacionalidade brasileira" (SILVEIRA, 2007, p. 91-2). Tal diálogo ultrapassa o campo das letras – e a obra de Alencar, Gonçalves Dias e Castro Alves – constituindo a forma como o brasileiro carioca imagina a nação na segunda metade do século XIX.

A ideologia do romantismo nacional funciona como leitura do mundo que é então reflexo objetivo da realidade que, na voz irônica do narrador, vira uma maneira quixotesca de vida, dado que não é recepção passiva, mas ativa, até certo ponto. Lemos nas primeiras páginas do romance:

> Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa" (BARRETO, 1984, p. 16).

Estando o protagonista ciente de sua condição cidadã, a paixão por conhecer tudo sobre o Brasil domina a atividade intelectual 'pura', tornando-o conscientemente auto-isento das brigas de participação política direta. Seu patriotismo faz com que ele se creia capaz de

contribuir com reformas e soluções para os problemas do país através dos mecanismos legais existentes do Estado e é essa proatividade idealista que move a ação da personagem e estrutura as três partes do romance e seus três temas: o índio, o campo e a guerra.

Porém, é por estar ciente também da indiferença e rechaço do entorno social, íntimo e de trabalho, que se estranha seu patriotismo intenso, muitas vezes à maneira de burla. Dona Adelaide, sua irmã, chama sua fala patriota de "manias" e na repartição o chamam de "Ubirajara", personagem e título de um romance de Alencar (BARRETO, 1984, p. 14 e 17, respectivamente).

Não obstante, a tensão do romantismo nacional entre imaginação fictícia e caráter factual histórico, tem em Policarpo uma feição particular. Sua compreensão do mundo parte, naturalmente, da veracidade da escrita romântica, a qual então ultrapassa a si mesma numa radicalização "literal" do indianismo que o programa alencariano não contemplou. Unido a isso, o desenho da personagem constrói uma compreensão ingênua da obra lida. O que é especial em Policarpo é que a compreensão literal e ingênua do hábito romântico de leitura misturará, numa forma que transgride as convenções da sociedade carioca da última década do século XIX que ambientam a ficção, o espaço da cultura letrada com o do poder político nas três partes do livro: o Congresso, o latifúndio e o Executivo. A cultura letrada codifica o discurso simbólico da brasilidade convencionalmente aceita nesses espaços. Mas, essa mistura 'espacial-simbólica' de patente 'ingênuo-literal', promovida pela personagem de Policarpo, aprontará as situações mais risíveis e irônicas que conformam o efeito crítico de *Triste fim* e, também, sua crítica extra-narrativa à forma republicana enquanto documento de várias transversalidades simbólico-discursivas.

1.1.2 **Ser ou não ser tupi**

Dentre as iniciativas da tripla estrutura narrativa, começo pelas primeiras duas: o índio e o campo. Seguindo o preceito romântico, Policarpo estuda os costumes indígenas, mas no seu caso, isto o leva a situações fora do comum. No segundo capítulo da primeira parte, na ocasião de uma visita do compadre (Vicente Coleoni) e da afilhada (Olga Coleoni), ele os recebe em sua casa aos prantos. Eles estranham e perguntam a razão e Policarpo justifica que o cumprimento tupi de chorar é o 'nosso' em oposição ao convencional apertar

de mãos (BARRETO, 1984, p. 37-8). Mas o problema maior da primeira parte do livro vem no capítulo quatro, quando a revalorização do índio como elemento local e fundamento da identidade nacional o leva a enviar um requerimento para o Congresso. No requerimento, transcrito no romance, Policarpo propõe seja decretado o tupi-guarani como língua nacional por ser "fisiológica" e "psicologicamente" mais adequada à expressão brasileira ("aos nossos órgãos vogais e cerebrais"), à tradução da sua "beleza" e por ser "criação" do habitante natural dessa terra, que morou e ainda mora ali; ele a opõe à língua portuguesa "emprestada", de outra terra e que deu tanta "polêmica" gramatical entre os "proprietários da língua" do "campo das letras" e conclui que essa "emancipação idiomática" é "complemento e consequência" da "emancipação política" (BARRETO, 1984, p. 60). Nessa ocasião, o ideal nacionalista de Policarpo passa da leitura à própria escrita, da recepção à produção. Isto é um salto qualitativamente significativo para a personagem porque o patriotismo veraz não está subordinado só à palavra lida; agora o sujeito romântico é capaz de produzir seus próprios textos também verazes em razão da mencionada lógica da documentação probatória.

Duas questões se destacam na linguagem do requerimento: a argumentação e a afirmação política. Primeiramente, a forma de argumentação é lúcida e o tom esclarecido ainda que apaixonado, nenhuma frase é irracional ou temperamental e a intervenção está como que contida na tranquila legitimidade do saber. Se a revalorização do índio provém da estética romântica, o requerimento se constrói no discurso positivista da ciência médica que dominou o naturalismo literário nos últimos vinte anos do século XIX, de Zola a Azevedo. A fisiologia serve a Policarpo de instrumento construtor de legitimidade, razão pela qual, nesse ponto do romance, não se pode classificá-lo por inteiro de anacrônico nem pelo estilo textual nem tampouco pelo convencionalismo histórico da visão romântica que o orienta. As ideologias romântica e positiva se distinguem na função do sujeito, no tratamento do objeto e na epistemologia, mas ambas contam com estratégias de documentação e, sobretudo, de especialização discursiva (frase, léxico) que legitimam seus achados. É sofisticado para uma personagem romanesca ambientada no apogeu positivista oitocentista, discutir a escolha do idioma e o instrumento de comunicação oficial da nação com base na noção de adaptabilidade climática e corporal do indivíduo como organismo físico, baseando a discussão no fato histórico romantizado da vivência passada e presente no grupo humano originário tupi.

Assim, o requerimento de Policarpo é lúcido e sensato como documento cultural. Porém, como documento legal representa uma transgressão simbólica, como sugerido acima, no sistema de valores da sociedade carioca da época. Não é transgressão por violência ou polêmica simbólica – o que aliás é constitutivo da cultura letrada brasileira, i.e. entre Gonçalves de Magalhães e Alencar e este e Nabuco. O requerimento é transgressivo pela mistura entre esfera simbólica e espaço público específico, produto da feição literal e ingênua de Policarpo como personagem. A revalorização do índio dentro da esfera letrada e, simultaneamente, a exclusão do mesmo dentro do espaço da vida pública e quotidiana não incomoda a ordem simbólica da nação. O que incomoda é a introdução do argumento da cultura letrada dentro do espaço público, ou especificamente, da narrativa indianista como reitora verdadeira do poder legislativo. Assim, a trans-gressão entre espaços ameaça demais a ordem simbólica. Inclusive, a recepção positiva e negativa do romance na época pode ser entendida como índice da tensão entre retórica nacional e prática societal que Lima Barreto ficcionaliza através da personagem idealista e patriota.

Em segundo lugar, o requerimento é afirmação política no que diz respeito à associação do idioma à independência do país. Lúcido e ingênuo em partes iguais, a "emancipação idiomática" referida por Policarpo coloca vivamente a questão pós-colonial no contexto brasileiro através dos discursos romântico e positivista sobre a identidade nacional. Seguindo o raciocínio de Policarpo, o índio é o brasileiro por excelência. Se o idioma do índio é o tupi-guarani, logo este deve ser a língua do Brasil. Se o idioma do 'invasor', o português, continua sendo língua nacional, a independência não se completou, o que supõe, ainda, que a emancipação política não pôde ser sucedida pela cultural. Se o Brasil fala o idioma do invasor e reproduz sua cultura, então a interpretação romântica da nacionalidade e o relato da independência política se encontram numa contradição básica. A ótica quixotesca (literal, ingênua) de Policarpo ridiculariza o sentido do requerimento e a própria personagem, mas o ridículo e a ironia adquirem uma carga crítica em *Triste fim* na contracorrente do academicismo da Belle Époque carioca e registram a tensão da retórica fundacional do romantismo nacional, ou seja, a tensão entre independência e herança colonial na história do século XIX brasileiro.

1.1.3 **Policarpo agricultor**

Depois de ser afastado do seu cargo no Arsenal de Guerra e ter passado por um hospício para "reabilitação", ele muda para o campo, motivado pelo conselho sensato da afilhada Olga Coleoni.

Na segunda parte do romance, essa tensão se reformula nas iniciativas agropecuárias. Em acordo com a narrativa nacional romântica, Policarpo é convencido da fertilidade da terra brasileira. Seu lema pode se resumir na frase: "A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo..." (BARRETO, 1984, p. 93). O propósito de comprar o sítio "Sossego" é para demonstrar isto como fato verídico, não é para buscar fortuna ou subir na escala social e política. Novamente, a convicção e iniciativa patrióticas ativam os mecanismos da educação romântica, no caso, do naturalismo científico com o qual "entende" os boletins e estatísticas de agricultura, dos quais o narrador suspeita. Cabe notar que a interpretação romântica do mundo não depende só da literatura fundacional, que é apenas um galho do sistema interpretativo da brasilidade. Em "Sossego", como numa expedição, ele classifica os "produtos naturais" do sítio e, como num museu, os "etiqueta" (1984, p. 96). Apoiado na lógica da documentação, forma uma biblioteca com "boletins oficiais da agricultura nacional", manuais de "botânica, zoologia, mineralogia e geografia", catálogos de instrumentos de medição agrícolas e livros sobre a matéria "nacionais, franceses e portugueses" (1984, p. 97). Ao termo da experiência agricultora, o fracasso não depende só dele; vários problemas e questões aparecem, mas fica claro que o trabalho agropecuário não é "fácil" e que as terras não possuem nem fertilidade nem fartura ilimitadas, ao contrário da crença romântica em termos gerais e, na origem discursiva, do romantismo literário nacional. A personagem, nesse ponto do romance, cede parcialmente seu entusiasmo com a ideologia romântica da natureza ao experimentar no campo o esforço físico esmagador, a luta interminável contra pragas comuns como ervas parasitas e saúvas, e ao reconhecer a necessidade de máquinas importadas e pesticidas para otimizar o trabalho, restando como único ponto de resistência o uso de fertilizantes para enriquecer terras por si só insustentáveis.

Duas tendências se opõem ao romantismo agrário de Policarpo: a tradição empírica e o cientificismo tecnológico. A personagem Anastácio, seu empregado, sabia do trabalho da roça por ter sido escravo e seus conhecimentos empíricos se impuseram na prática sobre o

conhecimento livresco e os instrumentos de medição de Policarpo, para o que ele se mostra mais bem receptivo. Nesse sentido Renata Wasserman observa que em *Triste fim*:

> No processo [Policarpo e Anastácio] devem abandonar alguns dos métodos novos, estrangeiros e científicos, deixando os livros apodrecerem e os instrumentos oxidarem, e aprender a respeitar e adotar a sabedoria folclórica dos agricultores ao seu redor[4] (1997, p. 569).

O desconhecimento da técnica e do saber dos camponeses que trabalham a terra contribui para o fracasso. A questão se complica com a adesão de Policarpo finalmente, não sem ressalvas, às maquinas "americanas" que representam a intervenção artificial do homem na pureza idílica da natureza 'farta' e 'fértil'. Tanto o conhecimento empírico tradicional quanto o científico-tecnológico – que também se opõem entre si – corroem o fundamento da ideologia romântica e sua documentação probatória. Embora a experiência prática sugira inconsistências para esse idealismo, Policarpo inaugura um panorama novo e diferente na agricultura, mais real e menos romântico. Não obstante, ao mesmo tempo, ele não pode abrir mão da retórica fundacional da fertilidade porque negá-lo significaria negar a pátria. A esse respeito, Antônio Cândido aponta que:

> Um dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana foi esta contaminação, geralmente eufórica, entre a terra e a pátria, considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira (1989, p. 140-1).

A imagem engrandecida da terra e a ideia de pátria prenhe dessa imagem de terra, conferem um valor singular ao romantismo literário não só brasileiro, mas à fundação literária latino-americana, como teremos oportunidade de ver mais adiante. Como a ideia de pátria ocupa o lugar mais alto do sistema idealista de Policarpo – este sistema proveniente, precisamente, da bibliografia romântica – é impossível para ele refletir uma fertilidade em carência, porque o resultado seria uma pátria invalidada – questionamento que chegará na terceira e última parte do romance na sua reformulação da guerra.

Essas duas forças de contradição, intrínsecas à agricultura nacional, das quais Policarpo é suficientemente consciente, não mudam a essência do seu pensamento (a grandeza da terra), mas elas o comprometem a interpretar os problemas do trabalho agropecuário como na realidade são e não apenas a partir de uma interpretação ingênua e literal enraizada na leitura romântica de livros científicos. A capacidade de reflexão sobre

---

[4] [I]n the process [Policarpo and Anastácio] must abandon some of the new, foreign, scientific methods, leaving books to rot and instruments to rust, and learn to respect and adopt the folk wisdom of the farmers around them.

problemas práticos constitui o desenho intelectual da personagem e mostra assim a tensão entre o romantismo agrário e o esforço brutal e desproporcionado que o próprio trabalho em si implica junto com a precária rentabilidade quase insustentável. Tal realidade do trabalho rural é o que o roteiro romântico apaga apresentando-o como coisa 'fácil' e condicionada, reitero, pela ideologia romântica e sua representação idealizada da natureza farta e fértil.

Interessa para a discussão da crítica em *Triste fim* sobre a retórica fundacional a partir do contexto agrário, a maneira como o desenho da personagem oscila entre o idealismo e a observação nítida de problemas contingentes e reais, o que impede de se classificá-lo por inteiro de quixotesco ou louco, embora se entenda o idealismo como o privativo no seu pensamento.

1.1.4 **Política rural**

No final do ciclo agrário da narração, o elemento extrínseco da coerção da administração rural se mostra um obstáculo jurídico e econômico para a produção agrícola. A paixão patriota de Policarpo pelo trabalho agrícola encontra um obstáculo determinante com as visitas de dois vizinhos: o tenente Antônio Dutra e o doutor Campos. Estas duas figuras poderosas do campo, partidários dos dois candidatos da versão rural da contenda eleitoral, desde seus cargos burocráticos ameaçam Policarpo sob pretextos de infringir uma lei municipal relativa à limpeza da viação circundante à propriedade e ao pagamento de impostos, respectivamente, como consequência direta de não ter apoiado a nenhuma das opções eleitorais (BARRETO, 1984, p. 103, 151). A manobra política contra ele acaba por paralisar seu empreendimento e completar sua avaliação dos problemas do campo brasileiro que explicam a sub-exploração da terra cultivável.

Dutra e Campos incorporam, respectivamente, no ambiente da república proclamada fazia pouco, a tendência do governo militar centralizador e a da oposição burguesa federalista. A falta de alinhamento de Policarpo na versão rural da política nacional virá afetar seus empreendimentos agrários, mostrando a politização da vida do campo. Na primeira visita, o tenente Dutra lhe pede colaboração para uma festa tradicional, mas também aproveita para perguntar o que pensa sobre a luta eleitoral dos dois candidatos locais, ao que Policarpo responde: "Eu... Nada!" (BARRETO, 1984, p. 103). A indiferença será recebida com desconfiança e em pensamento Dutra diz:

> Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse [Dutra] consigo, este malandro quer ficar bem com os dous, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Aquilo devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas daquele "estrangeiro", que vinha não se sabe donde! (BARRETO, 1984, p. 103-4).

No campo, não é compreensível a indiferença política de um proprietário. Não se posicionar numa das duas tendências partidaristas se entende como conduta estranha e suspeita. A desconfiança se agrava por ele ser novo no lugar, o que, no caso, faz de Policarpo aos olhos de Dutra um "estrangeiro", ou seja, um "outro", mesmo pertencendo à classe proprietária e apesar de o leitor já saber que Policarpo é um brasileiro brasileiríssimo. A segunda visita, a do doutor Campos, é explicitamente política. Pergunta-lhe se quer participar na mesa eleitoral da sua vizinhança, a única que não apoiava o candidato opositor, ao que ele responde com firmeza: "Absolutamente não" (BARRETO, 1984, p. 151). Ele reflete e se indaga ingenuamente por que tanto interesse pela disputa política quando era mais importante o trabalho agrícola. Nem Dutra nem Campos se mostram contrariados na hora e não reclamam diretamente da recusa de Policarpo. Porém, o patriotismo deste se põe à prova quando aqueles usam suas funções burocráticas para puni-lo formalmente como resposta à sua postura política. A primeira punição é com base em uma lei municipal que exigia capinar os limites do sítio com as vias públicas e a segunda, uma multa por não ter pago os impostos da lavoura enviada à curta distância de quarenta quilômetros para o Rio. A politização do campo exclui duplamente Policarpo porque, ao não participar da lógica nós-vocês entre partidos, perde o direito à agricultura, à cidadania rural produtiva, embora ele seja sujeito portador dos valores dominantes da sociedade, como, precisamente, a ideia de pátria. Estar fora da cidadania é consequência de não estar dentro do bipartidismo, situação que põe em xeque essa ideia.

Diante da manobra política que paralisa seu trabalho, o patriotismo de Policarpo se aprofunda ainda mais quando lemos suas reflexões:

> A luz se lhe fez no pensamento... Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as (BARRETO, 1984, p. 152).

A perversão da lei transforma a retórica ideal da república em voz estranha e suspeita, justificando sua consciente opressão e, em última instância, seu caráter excludente. Desse modo, o idealismo patriótico é deslocado do centro da retórica republicana para a margem da

prática republicana na forma de um "outro" elemento republicano. Esse deslocamento na significação política de Policarpo evidencia o choque entre sistema e idealismo e, mais especificamente, diferencia qualquer retórica ideal da prática real da política.

Essa politização da vida rural complementa negativamente o quadro rural na constatação da exclusão social do regime latifundiário por ocasião do diálogo entre a afilhada Olga e Felizardo, auxiliar de trabalho de Policarpo, quando este revela a ela que o camponês nacional não tem o mesmo acesso à terra e carece de apoio governamental para trabalhar por conta própria dentro de um contexto de políticas de imigração europeia e propriedades ociosas (1984, p. 135-6). De modo pouco quixotesco, Policarpo avalia a situação nos seguintes termos:

> Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encontravam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d'olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas *terras abandonadas, improdutivas*, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o *desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa* e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos – este quadro passou-lhe pelos olhos com a rapidez e o brilho sinistro do relâmpago (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 152),

mas, muito idealista, complementa da forma seguinte:

> Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folk-lore*, das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso lhe pareceu insignificante, pueril, infantil.
> Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um *governo forte*, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantado o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 154).

Policarpo divide-se, mais uma vez, entre lucidez e ingenuidade e esta mistura fortalece mais ainda seu idealismo. A 'decadência' produtiva e a corrupção jurídica limitam escandalosamente o potencial da terra nacional e empobrecem seriamente a comunidade rural. Impressiona a clareza por parte da personagem quando torna exteriormente política a formulação do problema, o que paradoxalmente acaba por concretizar o posicionamento na linha do 'governo-centralizador' que se baseia, num contexto republicano, em experiências de monarquias europeias. E impressiona particularmente a compreensão radical do problema da exclusão social e do trabalho do camponês, conhecedor principal da realidade, sem idealismos, da produção agrícola no país. A análise de Policarpo ultrapassa a ele mesmo quando visualiza distintivamente a relação entre governo e cultivador e entre política e agricultura, uma vez ciente da tensão entre retórica e prática.

Nivelado com a realidade, Policarpo reconhece os limites das suas tentativas individuais. Mas, como ele ainda é idealista, o teor da reforma adquire generalidade visando o setor agroprodutivo de um país latifundiário. Contudo, ainda que Policarpo comece a enxergar o lado menos romântico do trabalho agrícola e passe a produzir modesta e insuficientemente a terra, é um fator externo que o exclui: a pressão política local. A manobra política no campo renova, porém, o idealismo patriótico de Policarpo, que levará pessoal e voluntariamente um projeto formal de reforma geral, em forma escrita e portanto veraz, ao centro da instituição republicana na figura histórica do marechal Floriano Peixoto, para sua verificação. O revés sofrido pela falta de posição política de Policarpo evidencia que a exclusão (as intimações recebidas) é a conduta própria da elite bipartidarista (Dutra e Campos) quando confrontada por condutas diferentes (idealismo patriota), assim contradizendo os direitos cidadãos do sistema republicano reivindicados pela mesma elite.

Além das observações agudas de Policarpo, essas contingências que paralisam seus empreendimentos agropecuários, apesar de conseguir alguns resultados modestos, revelam a tensão intrínseca do romantismo agrário com a tradição e a ciência, enquanto a tensão extrínseca dele com interesses políticos e latifundiários mostra, através do fracasso do ideário romântico da personagem, o conflito entre a retórica fundacional do romantismo agrário e a prática da sociedade rural carioca.

1.2. O NEOCLASSICISMO ECONÔMICO E AGRÁRIO EM *ESTE PAÍS*

1.2.1 **Gonzalo bellista: o liberalismo agrário**

No caso de *Este país*, o romance venezuelano relaciona o idealismo de Gonzalo Ruiseñol com a retórica fundacional do neoclassicismo hispano-americano através da pedagogia liberal do trabalho agrícola. A relação entre estilo literário e interpretação da nação, como nos romantismos posteriores, se baseia na imagem de uma natureza fértil e farta e na revalorização do índio. À diferença do romantismo, o neoclassicismo carece da subjetividade do indivíduo que, por exemplo, se encenou criticamente na tenacidade espiritual com que Policarpo empreendia suas iniciativas patrióticas além das contingências da realidade adversa. Tido Andrés Bello como árcade maior pela história literária hispano-americana, a sua poesia descritiva, inspirada na égloga virgiliana e nos metros castelhanos clássicos (GRASES, 1979, p. XIII), representa a natureza americana em si mesma,

substantivando-a e objetivando-a através de construções em terceira pessoa, que precederam as mediações emotivas do 'eu'. As silvas americanistas *Alocución a la poesía* (1823) e *La agricultura de la zona tórrida* (1826) de Bello imprimem na cuidadosa medida expressiva o ideal apaixonado da pátria, inspirado na ilustração setecentista de pensadores como Rousseau, ideal este continuado depois pelo romantismo propriamente. Por inteiro entretecida temporalmente com o processo de independência hispano-americano (1810-1824), a literatura fundacional transmite a missão civilizadora antiga e hispânica cujas ordem e lei ensinarão a fundar as jovens repúblicas. O produto literário neoclássico vincula organização social e pedagogia nacional de forma que a fundação literária enfatiza o valor do trabalho livre principalmente, como ensina *La agricultura*, na vida feliz, simples e pacífica do campo em oposição à cidade para assim engrandecer, relembrando a citação de Cândido, a imagem da terra inseparavelmente da ideia de pátria (1989, p. 140-1).

Tais coordenadas coincidem com o idealismo de Gonzalo Ruiseñol em *Este país*, pelo que concluo que uma relação intertextual tácita, como se verá, sintoniza o naturalismo venezuelano do "criollismo" dos séculos XIX e XX com a incipiente ideologia liberal da retórica fundacional do primeiro quartel do século XIX. Direi de passagem que, documentalmente, pelo menos duas vezes aparece o termo "tórrido" (quente, ardente) no texto, respectivamente nos capítulos VII e XVIII, o que num romance "criollista" refere sem dúvidas ao próprio termo contido no título *La agricultura de la zona <u>tórrida</u>* e dialoga, por tanto, com as significações historiográfico-literárias que moldaram o discurso da terra e da venezuelanidade do grupo letrado durante cem anos até a publicação do romance estudado de Urbaneja Achelpohl.

Observo dois jogos de tensão na ficção da agropecuária venezuelana que circundam o idealismo de Gonzalo e que perfilam a crítica da obra e do narrador. Eles são: a tensão mais geral entre retórica fundacional e prática societal e a tensão, manifesta na óptica crítica do narrador, entre o liberalismo e o cientificismo através do fracasso da agropecuária reformista da personagem.

Como Policarpo, Gonzalo pertence à classe proprietária, o que o faz cidadão pleno. Filho de fazendeiro dos arredores rurais dos "Valles del Túy", região que abriga a cidade capital de Caracas, ele herda um conjunto de fazendas, a mais importante "La Floresta", responsável pela riqueza da família que o levou a se formar em engenharia agrônoma nos Estados Unidos. De volta, Gonzalo discute com paixão sobre os problemas do país com

compatriotas e se propõe colocar em prática em sua propriedade as técnicas e conhecimentos aprendidos no estrangeiro, além de pregar em sua vizinhança rural os avanços da ciência agronômica num contexto marcado pela produção tradicional.

O empreendimento de Gonzalo é caracterizado pela iniciativa e financiamento individuais em consonância com a ideologia liberal do trabalho livre, valha a redundância, marcado pelo regime de propriedade privada, e o trabalho assalariado. Porém, há um plano coletivo em seu discurso. No capítulo IV, se defendendo dos incrédulos da ciência agrária, diz[5]: [Q]uiero esparcir a los cuatro vientos, las cuatro ideas que adquirí, en provecho de todos. Porque sueño transformar la riqueza de este valle bajo la mano de todos los que saben de estas cosas nuevas"[6] (URBANEJA, 1997, p. 80). Com efeito, ele faz fortes investimentos em máquinas importadas da América do Norte de maneira a materializar seu ideal: "[L]a transformación de soledades estériles en campos de cultivo, según los últimos métodos y procedimientos"[7] (1997, p. 227). Certamente, Gonzalo começa a ver resultados incipientes positivos que impressionam a vizinhança.

A atitude pedagógica da personagem visa a aquisição do conhecimento tecnológico-científico útil em todo lugar rural, tornando-o acessível a todos os agricultores do vale que queiram adquiri-lo. É como se o fato de decidir acreditar fosse uma força emotiva de transformação além da tradição e da ordem existente das coisas, entre outras, o latifundiário e a exclusão social. A novidade do método produtivo seria um bem imaterial coletivo que beneficia tanto o proprietário quanto o empregado dado que ela transforma a natureza em riqueza. A 'fertilidade' e 'fartura' da terra agora explorada no rigor da ciência passaram a marcar um alto rendimento econômico que desenvolve e moderniza a indústria agrária e que contribui com o bem-estar da comunidade rural, constituindo, finalmente, a meta ou 'sonho' citado do progresso da nação.

Mas é muito alto o custo da infra-estrutura e o investimento em maquinaria importada do Norte. Gonzalo tem de hipotecar as terras cultiváveis das suas propriedades produtivas chegando à bancarrota antes do lucro, drama que o faz trocar paulatinamente o otimismo eufórico por um complexo de inferioridade e sentimento pessimista, como se verá. Ele

---

[5] As traduções de *En este país…!* são do autor da dissertação dado que não existe presentemente uma tradução oficial em português.

[6] Quero espalhar aos quatro ventos, as quatro ideias que adquiri, em benefício de todos. Porque sonho transformar a riqueza desse vale através das mãos de todos os que sabem dessas coisas novas.

[7] A transformação de solidões estéreis em campos de cultura, segundo os últimos métodos e procedimentos.

também conhece coerção política, mas são fatores internos os que interrompem suas iniciativas agrárias: a disposição psicológica e a má administração de sua fazenda.

1.2.2 **O ideal econômico liberal**

Mas antes, para explicar os jogos de tensão acima mencionados, é preciso descrever algumas ações narrativas que dêem conta do idealismo de Gonzalo. Nos capítulos VII e VIII, ele tem oportunidade de desenvolver seu diagnóstico sobre a agricultura nacional e suas ideias sobre a economia do país. A ocasião se dá num almoço campestre e é lançada por um importante fazendeiro do local, Modesto Macapo. Entre os convidados do evento social figura um jornalista, Guaro, que cobre, entre outras, as notícias da sociedade. Este e Gonzalo protagonizam uma conversa polêmica e ilustrativa sobre a situação do país no início do século XX da qual interessa salientar as questões agrícola, econômica e política. Animados pelo vinho tinto, no começo da conversa Guaro e Gonzalo concordam sobre a importância de a imprensa falar dos assuntos nacionais, sobre o fato de que a guerra afeta a estabilidade da agricultura no que concerne o acesso à água e de que a prática da queimada na floresta do Ávila[8], que sustenta o negócio do carvão vegetal, cria um desequilíbrio ecológico da terra desmatada, desnutrida e abandonada (URBANEJA, 1997, p. 121-2). Gonzalo propõe desapropriar o Ávila, indenizar devidamente os proprietários e declará-lo de utilidade pública, o que é elogiado pelo velho Macapo e por Guaro, que, contudo, faz a ressalva de que publicar a ideia poderia afetar o interesse de "un orden de cosas concreto"[9] (1997, p. 122-3), isto é, os interesses econômicos dos implicados. Também propõe que, para estimular a indústria, os bancos e capitais nacionais ofereçam ações de baixo preço e taxas que possam ser compradas do mesmo modo por pessoas de alta e baixa renda de forma a competir com os estrangeiros e criar a confiança nos créditos nacionais, numa espécie de identidade econômica e agremiação do produtor.

O primeiro impasse, no capítulo VII, surge então quando Guaro responde que o dinheiro de estímulo deveria ser proveniente da unificação da dívida pública que então seria vendida aos Estados Unidos, eliminando assim a diversidade de credores e a possibilidade,

---

[8] Montanha situada na zona costeira centro-norte da Venezuela. Ela desce ao norte para a beira do mar do Caribe e, ao sul, nos vales onde fica Caracas.
[9] Uma ordem de coisas concreta.

pela própria situação de subordinação, de uma intervenção norte-americana (1997, p. 123). Para Gonzalo é anti-patriótica a ideia da venda da dívida a um único credor, no caso, uma jovem potência imperial, como fundamento financeiro da nação. A origem nacional ou estrangeira do financiamento vultoso da indústria nacional é o centro da polêmica. Nesse ponto da conversa, Gonzalo pronuncia um veemente discurso nacionalista que atualiza vários dos elementos da retórica fundacional: tratando a pátria em maiúscula, conclui que a dependência financeira é também fiscal, judiciária e legislativa, prestando-se à corrupção por ingerência estrangeira, compara tal sujeição norte-americana à colonização espanhola, adverte que as potências não têm intervindo no país por causa, precisamente, da diversidade de credores internacionais e porque elas 'temem' umas às outras e afirma que se o país aspira a ser civilizado e próspero deve, paradoxalmente, ser "fatal e necessariamente egoísta" como aquelas potências (1997, p. 124-6). O segundo e último impasse da conversa, no capítulo VIII, gira ao redor do papel do governo no campo. Para Gonzalo a agricultura deve depender da "coesão dos interesses públicos", entendendo-se por ela a soma de grandes e pequenos produtores, toda vez que se prescinda da intervenção direta do Estado. Guaro lhe responde às gargalhadas que tal modelo é idealista e teórico, identificando uma cultura política sem ética e sua corrupção, a usura financeira e o governo centralizador e endividado (1997, p. 128-9).

Resumindo os capítulos VII e VIII, sabemos que seu liberalismo agrário é constituído pela unidade da propriedade produtiva, a coletividade de agricultores pensada na iniciativa individual, a capitalização e confiança no sistema financeiro nacional, a diversidade de credores internacionais, a noção de governo pequeno e a afirmação histórica de soberania. Além disso, ele despreza o lucro desonesto do capital financeiro nacional ou estrangeiro e critica os defeitos da cultura rural e o poder político a serem transformados. O ideal liberal e a primazia do trabalho agrícola como base econômica da nação colocam Gonzalo no fio do discurso inaugurado fazia cem anos nos versos de *La agricultura de la zona tórrida*.

No poema, as ideias de liberdade e agricultura estão sempre ligadas à independência política. Nele lemos:

> [Q]ue, suelto el cuello de extranjero yugo, (v. 290)
> irguiese al cielo el hombre americano,
> bendecida de ti arraigue y medre
> la libertad […] (Bello, 1979, p. 47),

e um pouco antes, também:

> [L]a manzana y la pera (v. 215)
> en la fresca montaña

el cielo olviden de su madre España (Bello, 1979, p. 45)[10].

O termo 'liberdade' é cuidadosamente empregado em momentos-chave do poema para evocar o fim do domínio espanhol sem perder a filiação hispânica. A liberdade do 'homem americano', independente da sujeição ("yugo") e agora 'erguida', pode enxergar o 'céu' e tomar consciência dessa condição de liberdade. Da mesma forma, as 'doces frutas europeias' admiram um novo 'céu', não mais espanhol mas americano, cuja ampla extensão celestial permite ver essas 'frutas' no jovem e amplo território libertado ("fresca montanha"). O valor de liberdade se divide na relação entre independência política, liberdade individual e valorização da terra cultivável, como se as duas primeiras fossem o 'direito' e a terceira o 'dever' da mesma coisa. A retórica fundacional do projeto de nação se apresenta para todos os cidadãos sob a categoria genérica de "agricultor", prestes a garantir a felicidade da pátria através do seu trabalho.

No entanto, a retórica não se aprofunda nas assimetrias da estrutura social da colônia que a nova sociedade herdava de fato, como por exemplo, o acesso da camada popular à propriedade e ao trabalho 'livre', isto é, por contra própria e não submetido a um salário paupérrimo em condições miseráveis. Sei que não se pode pedir ao passado um modo crítico de ver que só se formulou posteriormente. Pedir a Bello uma 'poesia dos excluídos' seria tirá-lo de seu compromisso necessário com a emergente classe governante americana, mas o poeta da pedagogia agrícola soube ver, sim, no seu tempo a crítica de Las Casas ao maltrato do indígena, o pensamento liberal ilustrado que condenou o trabalho escravo e as notícias da Revolução haitiana dos escravos negros. Sua retórica tinha, certamente, como necessidade histórica a missão civilizadora das nações hispano-americanas libertadas através de guerras sangrentas, o que estreita a relação da fundação literária com o próprio processo de ruptura e independência. O liberalismo agrário é uma afirmação política.

Alinhado na ideologia do liberalismo da retórica fundacional, o cientificismo de Gonzalo encontra a incredulidade do meio rural, marcado pela instabilidade da guerra, ou revolução. As ideias de Gonzalo, irmanadas com o neoclassicismo agrário, entram assim em tensão com as práticas da sociedade rural da região dos vales do "Túy". Pouco convencem sua empolgação e seus ensinamentos. A indiferença simples ou o medo ao novo determinam a visão dos produtores circundantes, grandes e pequenos, dedicados a monoculturas de baixo

[10] Que, solto o pescoso do jugo estrangeiro, / erguesse ao céu o homem americano, / bendita de ti arraigue e medre / a liberdade. […] A maçã e a pêra / na fresca montanha / o céu esqueçam de sua mãe Espanha.

risco e grande demanda no mercado internacional como o café, o cacau e o couro (CARDOZO, 1997, p. 13). Tudo isso se complementa com as práticas comuns do lucro desonesto do capital financeiro (praticado pelo fazendeiro Modesto Macapo), a falta de investimento local na indústria agropecuária (exemplificado pelo casal "pichirre" ou 'pão-duro' de dom Toríbio e Epifania) dentro de um contexto de corrupção generalizada e desinteresse governamental (ocupado com a guerra) e do predomínio de créditos estrangeiros com taxas altas. O grande potencial da ciência pregada e praticada incipientemente por Gonzalo poderia representar a transformação da decadência rural e agrária. Nesse sentido, a personagem romanceada representa uma nova forma de progresso que se opõe às práticas improdutivas da tradição rural, oposição recorrente nos temas oitocentistas. No entanto, se mostra como um idealismo falho na terra "tórrida", atendendo às explicações do narrador, por causa do complexo de inferioridade e da dependência em tecnologia estrangeira no desenho dramático da personagem, o que coloca esta contra si mesma, numa espécie de "doença" da auto-exclusão econômica.

1.2.3 **A doença e a dependência de classe**

A oposição ao idealismo científico de Gonzalo se formula, mas não se concretiza, na tensão com a agricultura tradicional ou por coerção política ou financeira, mas dentro do parâmetro de sua individualidade. A inter-relação entre a retórica fundacional da agricultura americana e a posse formal de conhecimento científico novo configuram a convicção idealista da personagem. A confiança em seu ideal o leva a assumir o grande risco financeiro de hipotecar o conjunto de propriedades rurais que havia herdado do pai. Mas, no final do capítulo IX, a procura de mais crédito, conta o narrador, desenraiza o entusiasmo da personagem que começa a se achar incapaz:

> Abierta esa brecha a sus cavilaciones, [Gonzalo] se lanzaba por ella guiado por el pesimismo. Se entregaba con sumo placer a analizar sus actos. De aquel análisis torturador surgía su yo, como un convaleciente dando traspiés, cayendo a cada paso, implorando el último golpe, como res que agoniza con las entrañas afuera. Todo lo cual le producía infinito placer, porque a veces se llega al máximum del goce estrujando los bordes de la herida. La injuria, la befa de sí mismo, le hacían el efecto de bálsamo maravilloso, como diz que tras la cotidiana disciplina del asceta se sucede el arrobamiento, el éxtasis divino[11] (ALCHELPOHL, 1997, p. 151).

[11] Aberta essa brecha a suas reflexões, [Gonzalo] se lançava nela orientado pelo pessimismo. Entregava-se com sumo prazer a analisar seus atos. Daquela análise torturadora surgia seu eu, como um convalescente esbarrando-se, caindo a cada passo, implorando o último golpe, como rês que agoniza com as entranhas para fora. Tudo isso

A preocupação financeira, como ameaça às iniciativas, afeta profundamente a dimensão psicológica da personagem a ponto de tornar-se patológica, o que se confirma no 'prazer' que ele tira da 'ferida' do sentimento negativo do 'pessimismo' e no paralelismo gráfico com o animal agonizante de morte. A estratégia naturalista da descrição avalia a personagem como doente no seu meio, isto é, nas vicissitudes comuns à agricultura que vira problema desproporcionado nas suas mãos, independentemente de ele ter efetivamente perdido as propriedades e os bens. A vontade do narrador em tal desenho da personagem diferencia nitidamente o ideal (nutrido na retórica fundacional) do sujeito específico (o proprietário da elite rural "criolla") que tenta sua concretização, e nisto reside a função de Gonzalo na trama do romance.

O crédito acaba antes de o retorno da lavoura chegar e a execução do plano agro-científico é suspensa. A conscientização da situação de bancarrota atinge diretamente o ego e a psicologia da personagem, como se vê no capítulo XV em que o narrador detalha a fraqueza mental de Gonzalo como individuo. O medo toma conta dele a ponto de afetar sua relação com o ambiente externo, nesse caso a fazenda e o trabalho da terra. Uma espécie de doença de classe, o medo cresce e o paralisa como o frio à matéria. Aqui o romance associa por contiguidade narrativa o clima mental à má capacidade administrativa, enfatizando a medida individual da personagem:

> [É]l trabajaba, luchaba, aislado y solo, por su *ideal*: la transformación de soledades estériles en campos de cultivo, según los últimos métodos y procedimientos. Como todo hombre fuerte, como toda voluntad enérgica, encontraba en sí mismo recursos con qué imponerse y contrarrestar las contrariedades del momento. Era un batallador de raza. Pero *por encima de su voluntad*, de su energía y su saber, abrumador como un círculo de hierro, el *miedo*, sin darse él cuenta, le restaba elementos, le obstaculizaba, le envolvía como a todos los seres que se agitan en su seno. […] Pero su obra tenía un lado vulnerable; era *costosa y necesitaba un capital doble y triple* del que consumía. Sus recursos escaseaban y acudió al comercio; retrovendió sus fincas con la esperanza de llegar [al éxito] cuanto antes y aún le urgía dinero y más dinero, y éste se escondía y se hacía caro y las tierras tragaban plata, como si fuese agua. […] Entonces se dio cuenta de la situación y de su *aislamiento. La fe en sí mismo* le había sostenido como envuelto en un marasmo. *Lo que acontece siempre a los fuertes en medio del peligro*[12] (grifos meus) (ALCHELPOHL, 1997, p. 227-8).

---

lhe produzia infinito prazer, porque às vezes se chega ao *maximum* do gozo, apertando a beira da ferida. A injúria, a mofa de si mesmo, tinham o efeito de bálsamo maravilhoso, como se por trás da disciplina quotidiana do asceta se sucedesse o arroubamento, o êxtase divino.

[12] Ele trabalhava, lutava, isolado e só, pelo seu *ideal*: a transformação de solidões estéreis em campos de cultivo, segundo os últimos métodos e procedimentos. Como todo homem forte, como toda vontade enérgica, encontrava em si mesmo recursos com os quais impor-se e contrariar os desafios do momento. Ele era um batalhador de raça. Mas *por cima do seu ideal*, de sua energia e seu saber, abrumador como um círculo de ferro, o *medo*, sem ele perceber, tirava-lhe a segurança, criava-lhe obstaculos, envolvia-o como a todos os seres que se

A energia de trabalho de Gonzalo, que em capítulos anteriores viu alguma materialização de ideias, fica imobilizada. À luz dos seus gastos, o progresso aparente revela que as técnicas inovadoras são insustentáveis, no dizer de Andrés Bello, na "zona tórrida". De fato, nunca se chegaria ao progresso desejado dada a predisposição mental que na narração estabelece uma analogia entre psicologia e economia. Essa associação relaciona fraqueza mental ('medo') e falência econômica. A associação questiona não apenas a feição científica do 'ideal' do indivíduo, mas a capacidade do sujeito de executá-lo e levá-lo a termo. Gonzalo subordina o 'ideal' à novidade promissora do método científico e, na sua procura, se endivida além de sua capacidade e ainda por cima antes da primeira colheita propriamente. Evidencia-se aí uma administração orçamentária ineficiente, o que será o anverso econômico negativo do ideal científico. Dessa forma, o fracasso de Gonzalo significa, na ótica do narrador, uma dura crítica ao liberalismo hispano-americano, ou melhor, ao liberalismo da classe "criolla", dado que inverte o sentido ideal da livre concorrência do mais 'forte'. O sujeito em melhores condições para competir se isola no seu ideal a ponto de se desorientar da realidade e inclusive de sua comunidade rural e acaba se auto-excluindo da concorrência antes de entrar nela. A crítica no romance é complexa porque opõe progresso e tradição, por um lado e, por outro, ciência e progresso, o que pareceria sugerir uma solução intermédia entre tradição e ciência. A solução do problema agrário situada assim critica tanto a tradição que se nega ao novo quanto a ciência que desconhece a particularidade física e social da terra local "tórrida".

Esgotado o dinheiro da hipoteca, ciente da ruína e percebendo um futuro incerto, Gonzalo encontra nas ruas de Caracas um amigo da época do colégio, Urdiles, que lhe propõe lutar na revolução contra o governo para, caso ganhassem, obter mais crédito e uma prorrogação da dívida. Embora indiferente às causas políticas, ele aceita pela perspectiva econômica da revolução burguesa liderada por um banqueiro e que simpatiza com o sistema financeiro internacional. Como Policarpo, Gonzalo é em princípio indiferente às contendas políticas, mas, ao contrário dele, o que o leva ao posicionamento não é uma pressão externa mas interna, na forma de uma moral fraca, verdadeiro complexo de inferioridade,

---

agitam no seu peito. […] Mas sua obra tinha um lado vulnerável; era *custosa e precisava do dobro e triplo* do capital que consumia. Seus recursos escasseavam e pediu auxílio no comércio; hipotecou seus sítios com a esperança de chegar [ao sucesso] o quanto antes, mas ainda lhe era urgente dinheiro e mais dinheiro, e este se escondia, se fazia caro e as terras engoliam dinheiro, como se fosse água [...]. Então, se deu conta da situação e do seu *isolamento*. *A fé em si mesmo* tinha-lhe sustentado como o envolvido em um marasmo. *O que acontece sempre com os mais fortes no meio do perigo* (grifos meus).

acompanhada do erro orçamentário e da dependência de tecnologia e conhecimentos estrangeiros, como aponta o crítico venezuelano Lubio Cardozo (1987, p. 101). Tais elementos marcam o caráter individual da falência de Gonzalo. Imerso numa fraqueza mental-financeira diante da dificuldade de desenvolver técnicas agrícolas localmente inéditas, ele se encontra falido e, embora parecesse se aproximar ao sucesso, não consegue colher nem colocar os produtos da colheita no mercado.

Num ambiente tradicional de incredulidade ao diferente e novo, a dimensão psicológica da insegurança torna Gonzalo um organismo produtivo fraco que será excluído por seleção natural da concorrência dos mais fortes (como se sugere no final da citação acima). Por isso, a fraqueza econômica de Gonzalo é cônsoante com a corrente evolucionista do liberalismo econômico, que identifica assim os mais "fortes" no campo venezuelano com os produtores tradicionais latifundiários. Esse esquema poderia indicar uma incoerência ideológica na narração entre gesto naturalista e crítica rural, dado que o escritor naturalista da virada do século XIX ao XX via nos métodos tradicionais o atraso. Mas a narração faz uma observação sofisticada, quando, numa espécie de biologização da economia política agrária, a força bruta se opõe ao potencial reformador mais fraco. O padrão liberal tradicional está tão fortemente internalizado na ideologia da classe proprietária que a disposição psicológica e a dependência científica criam uma unidade política que acaba por auto-excluir do campo as inovações agrárias de Gonzalo. Dito de outro modo, as posturas tradicionais representadas por agroprodutores conservadores não agem como força de exclusão exterior, mas elas estão já internalizadas dentro da psicologia da personagem que representa um "outro" agrário. Penso que isso é uma estratégia paradoxal consciente na obra. Tal exclusão se encaixa numa dimensão política maior, dado que, como se conferirá a seguir, o controle da economia, incluída a agrária, está no centro da luta do idealismo nacionalista na república liberal.

Somado a este último aspecto está a dependência do conhecimento e da tecnologia americana como parte do quadro de bancarrota. A aquisição de conhecimento recebido e verificado em outras terras e sua aplicação através da importação de maquinaria encontram o impacto maior na dívida. Fazer na terra local o que se faz em terra estrangeira e querer estes resultados na terra local deixa de lado a coerência entre a particularidade da terra e o resultado científico. Fazer aqui como se faz lá tampouco leva à especificidade sócio-econômica em que os processos de produção se dão. Nesse sentido, no capítulo XVIII, o narrador comenta:

> Sin duda que Gonzalo depositara en aquellos suelos elementos generadores en justas proporciones; pero su demasiada impaciencia, su obstinado someterse al plan científico, sin tener en cuenta los elementos libres de la naturaleza, le habían detenido y estorbado en la consecución de su obra. *Había cavilado mucho sobre los libros, aplicado su saber, pero sin tener en cuenta el medio. Y el medio le había vencido, porque en la tórrida*, hombres, animales, plantas, métodos, ideas, se modifican, no desaparecen. Cada zona hace a su hombre y sus enfermedades, como cada sabana da su pelo y cada comarca el caso del cuadrúpedo que la ha de trajinar. Seres y cosas se hacen a la naturaleza que los circunscribe o los elimina. Conforme a ello, el hombre vive, piensa y cumple su destino. Y Gonzalo, el innovador, olvidó en su loco afán, esta ley inapelable, y llegó a convertirse en estorbo de la naturaleza, que siempre busca su equilibrio y va a su fin, se impuso al verse, triunfando en un esplendor de savia, de juventud y vida[13] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 298).

O narrador reconhece o caráter aplicativo do 'saber' de Gonzalo e eis a 'universalidade' das descobertas da Revolução científico-tecnológica no último quartel do século XIX, que não é o alvo direto da crítica. 'Inovar' para fazer aqui como lá se faz implica também um conhecimento específico da terra local, o que cria uma disparidade entre conhecimento estrangeiro, ainda que científico, e conhecimento local da terra, mesmo que tradicional. Há pois uma diferença entre conhecimento empírico e experiência empírica: a primeira, que ofusca Gonzalo, baseada no modelo referencial que orienta a experiência e a segunda, que impulsiona o narrador, que produz o modelo a partir da experiência mesma. A contradição não está no método em si, mas na aplicação; o 'livro' de ciência poderia ser aproveitado na terra local ("tórrida") desde que se "levasse em conta" a particularidade desta. Entende-se da citação então que o 'plano científico', observado por Gonzalo, foi orientado por um olhar científico que, a despeito do potencial verdadeiro da personagem, não supera a lógica de cópia do alheio, quer dizer, é um ideologismo científico que não se adaptou ao plano "dessa" terra. A dependência do saber técnico-científico e da maquinaria correspondente alienam com seus procedimentos a "zona tórrida" da retórica fundacional, cujo signo une agricultura a soberania, com o qual a terra fica simbólica e fisicamente desnacionalizada.

A configuração do fracasso paradoxal do patriotismo agrário de Gonzalo comporta um potencial anulado na origem e contempla múltiplas faces: a fraqueza psicológica que o

---

[13] Sem dúvidas que Gonzalo depositou naqueles solos elementos geradores em proporções justas; mas sua impaciência demasiada, seu submeter-se obstinado ao plano científico, sem levar em conta os elementos livres da natureza, haviam-no detido e atrapalhado na consecução de sua obra. *Tinha refletido muito sobre os livros, aplicado seu saber, mas sem levar em conta o meio. E o meio o havia vencido, porque na [zona] tórrida*, homens, animais, plantas, métodos, ideias, se modificam, não desaparecem. Cada zona faz seu homem e suas doenças, como cada savana dá seu pelo e cada comarca o caso do quadrúpede que lhe atrapalha. Seres e coisas se fazem à medida da natureza que os circunscreve ou os elimina. De acordo com isso, o homem vive, pensa e cumpre seu destino. E Gonzalo, o inovador, esqueceu no seu louco afã, essa lei inapelável, e se tornou um estorvo da natureza, que sempre busca seu equilíbrio e se dirige ao seu fim, se impôs ao se ver, triunfando em um esplendor de seiva, de juventude e vida.

diminui moralmente, o excesso financeiro que o tira da livre concorrência e a desterritorialização científica e neocolonial que o aliena da terra nacional. Os instrumentos conceptuais do sujeito patriota obtêm um resultado inverso ao da proposta reformista e seu plano de ação a seguir.

Nessa ordem de ideias, o narrador julga a incapacidade de Gonzalo como produto do grupo social ao qual pertence. Apesar de si, de seu patriotismo e da promessa do seu saber científico, ele não consegue, no final do romance (depois de muitas outras tribulações), se diferenciar do olhar da classe dominante "criolla", que se encontra em decadência, apesar de educada e proprietária. É por isso que ao longo do texto o narrador vai contrastando direta e indiretamente Gonzalo com Paulo Guarimba, no início um peão etnicamente misturado e o protagonista positivo que no final do romance ascende socialmente através da guerra[14] e, por isso, consegue casar com Josefina Macapo, a menina branca de sociedade ou "criolla"[15]. No casamento – que misturou as classes rica urbana e pobre rural – enquanto Gonzalo olha receoso para Paulo que presenteia com dinheiro os seus convidados das camadas populares (a própria origem deste), o narrador conta, na penúltima página do romance no capítulo XX:

> Gonzalo Ruiseñol, a la puerta del salón, contemplaba cuanto pasaba. Aquellos arranques de Paulo eran bárbaros y primitivos, pero revelaban un alma generosa y buena. *Aquel hombre sin educación, sin ideas fundamentales, valía más que aquellos encasacados de la crema y toda la presuntuosa pardocracia allí reunida. Toda aquella gente era insidiosa, cobarde y vil.* Mejor, mejor mil veces era para Josefina ir a aquellos brazos bárbaros, que no a los de sus iguales o de algún pardito petulante y vanidoso. Era toda una *generación enana, incapaz de ideas sólidas, ni del valor ni de la perseverancia de Paulo Guarimba*. Este era un hombre simple y basto, pero un hombre. En aquella alma, estaba seguro, no había cabida para las mil pequeñeces de la turba de casaca y guantes blancos. ¡Si aquellos seres eran hasta ridículos; las casacas, en sus cuerpos desgarbados y enclenques, lucían desairadamente! Bien hacía Josefina en asirse a Paulo; la sutil, la graciosa y espiritual *Josefina ganaba al injertar, al unir su vieja savia gastada, podrida, con el vigor y la salud que representaba aquel hombre, heroico, bondadoso y bárbaro*[16] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 326).

---

[14] Retomarei a questão no ítem 1.5.

[15] Ver nota 3.

[16] Gonzalo Ruiseñol, na porta do salão, contemplava tudo quanto acontecia. Aqueles improvisos de Paulo eram bárbaros e primitivos, mas revelavam uma alma generosa e boa. *Aquele homem sem educação, sem ideias fundamentais, valia mais do que aqueles encasacados da nata e toda a presunçosa pardocracia ali reunida. Toda aquela gente era insidiosa, covarde e vil.* Melhor, era melhor mil vezes para Josefina ir para aqueles braços bárbaros, do que aos dos seus iguais ou de algum pardinho petulante e vaidoso. Era toda uma *geração anã, incapaz de ideias sólidas, nem do valor nem da perseverança de Paulo Guarimba.* Este era um homem simples e rude, mas um homem. Naquela alma, tinha certeza, não havia espaço para as mil pequenezas da turba da casaca e luvas brancas. Sim, aqueles seres eram ridículos mesmo! As casacas, nos seus corpos desajeitados e fracos, pareciam desairosos! Bem fazia Josefina ao unir-se a Paulo; a sutil, graciosa e espiritual *Josefina ganhava ao enxertar, ao unir a sua velha seiva gasta e podre com o vigor e a saúde que representava aquele homem heróico, bondoso e bárbaro* (grifos meus).

O termo “pardo” tanto na Venezuela quanto no Brasil se refere à mistura étnica ou racial entre branco e negro incluídos os matizes, embora possa haver diferenças discursivas e retóricas em cada país. O leitor venezuelano e o brasileiro entenderão a palavra, mas cada um pode dar-lhe conotações distintas. No caso deste romance, contudo, o termo “pardocracia” vai se opor “socialmente” à origem marginalizada de Paulo. Como sujeito marginalizado, Paulo representa a camada pobre, servil e excluída da sociedade, embora possa ter a mesma cor desse “pardo” – questão étnica que não aprofundarei nesse trabalho. Ao unir Paulo à decadente classe “criolla”, e Josefina ao potencial popular representado por Paulo no fim da estória, o narrador põe um ponto final no conflito social, relacionado-o diretamente com o problema agrário.

Assim, em *Este país*, por efeito do posicionamento social do próprio narrador (que constitui também uma interpretação da nação), se deconstrói a contradição do idealismo agrário de Gonzalo, uma vez que essa deconstrução discursiva da personagem significa também uma crítica social por oposição às práticas decadentes da sociedade rural venezuelana e por contraste liberal à retórica fundacional do liberalismo agrícola instaurada por Bello.

A exclusão, em parte política, em parte econômica, seja exterior ou interior, impulsiona Policarpo e Gonzalo à ação bélica produzida pelos conflitos de interesse dos dois partidos ou tendências políticas, que são, grosso modo, o centralismo militar e o federalismo burguês. Ambas as tendências são liberais e igualmente excludentes, como afirma Alfredo Bosi a propósito da cultura brasileira do século XIX (2012, p. 225) e que, a meu ver, corresponde à cultura venezuelana coetânea, cada uma com sua particularidade, como se verá no ítem 1.4.

1.3 EX-COLONIALIDADE, CONSTITUCIONALISMO E EXCLUSÃO SOCIAL

O idealismo nacionalista das personagens estudadas se inspira nas interpretações da nação oficiais e convencionalmente aceitas. Seus fracassos, intelectual e agrário, são indicativos não só da exclusão política e da auto-exclusão econômica das respectivas ficções, mas, por contraste, da exclusão histórica extra-literária dos sujeitos marginalizados social e étnicamente. A interligação entre as exclusões narrativas e históricas abre as ficções à revisão crítica da afirmação de independência na literatura de fundação da nação. O drama e a

enunciação servem assim de tensão simbólica do que chamarei de adiamento da emancipação social e contrastam "textualmente", como foi analisado, com as escritas de Bello e Alencar na medida em que estas afirmam a nacionalidade apelando diretamente à terra e aos sujeitos marginalizados cuja situação extra-discursiva, porém, está marcada mais pela herança colonial que pela libertação discursiva da afirmação de independência.

A tensão com a retórica fundacional nos romances coloca a herança colonial num diálogo simbólico-literário com a instância política que articulou o momento de independência: o constitucionalismo. Este determinou as práticas societais na nova situação ex-colonial em múltiplas maneiras, entre elas, a discursiva. Nele, as facções distintas da nova classe governante discutiram, com ardor oitocentista, a forma política e a ordem social no quadro da nova liberdade conquistada com a independência da Europa ibérica, enquanto o pensamento ilustrado e a ideologia do liberalismo provenientes da Europa não-ibérica adquiriram cunho americano. Nessa separação e apropriação reside um capital importante da força crítica dos romances. Levando em consideração a história política de cada país, se apreciaria como opera o embate constitucional dentro da articulação entre representação narrativa, literatura nacional e prática societal.

O elemento retórico principal nessa articulação, contida na literatura nacional, é a afirmação de separação da Europa. No plano histórico, em 1822, dom Pedro I emancipa o Brasil de Portugal e, em 1824, Simón Bolívar termina a emancipação da Venezuela da Espanha. No plano discursivo, em ambos os países há uma necessidade de reafirmar a separação, mas de maneira distinta em cada um com relação a sua ex-metrópole respectiva.

Os processos políticos diferem bem como suas constituições, uma monárquica e outra republicana, causando também diferenças nas suas retóricas fundacionais e suas literaturas. Sem ser historiador, lembremos que por causa da invasão napoleônica na península ibérica em 1807, a monarquia portuguesa se instala no Brasil, enquanto o Rei espanhol fica subordinado em Madri e sua corte reinstala o Governo em Cádiz. O fato singularíssimo de que no Brasil residiu o poder imperial, integrando-se ao Reino em 1815, faz com que seja um monarca português, dom Pedro I, quem o emancipe, estreando a condição dupla como monarca brasileiro. A Venezuela, como parte da América Hispânica, é em princípio leal ao rei subordinado, mas, desconhecendo a espécie de Governo-sem-Rei em Cádiz e os seus vice-reis nas colônias, é conquistada pela facção radical republicana por parte dos até então espanhóis (nascidos) americanos. Em ambos os casos a instância constitucional é central à

independência. Com efeito, a independência do Brasil é consequência da tentativa de recolonização por parte da constituinte da corte portuguesa em 1821, enquanto a da América Hispânica obedece à radicalização republicana e seu imperativo constitucional, ambos em oposição à administração colonialista da metrópole. Mas a separação política e o impulso para o constitucionalismo têm resultados diferentes: a continuidade da monarquia luso-brasileira do Brasil Império indeniza Portugal e, ao contrário, a ruptura com a ordem monárquica espanhola em situação colonial, dá origem à República da Venezuela em conjunto com as repúblicas resultantes da atuação de Bolívar. Tais diferenças marcam a qualidade da separação com a agora ex-metrópole euro-ibérica. Negociada uma, sangrenta a outra, tudo isso influirá na retórica fundacional que "inventa" a identidade nacional na nova ordem constitucional, como mostram, por exemplo, os textos programáticos de José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo e Simón Bolívar, como se verá.

A partir desses fatos se constitui a história política e é evidente que os processos de independência não foram conduzidos pelos sujeitos marginalizados representados pela retórica nacional. Nem o guarani alencariano, nem os aztecas, incas ou araucanos de Bello são protagonistas de fato do processo de nascimento político da nação, porém o são sim da retórica fundacional que estende as origens identitárias ao passado colonial não-ibérico – o que não acontece na retórica do peregrino anglo-americano onde o índio é adversário e o negro se opõe ao branco na ótica do binarismo racial. As sociedades que no Brasil recuperam sua administração e que na Venezuela a inauguram são etnicamente misturadas e transculturais, mas o segmento dominante e, em particular, a elite governante urbana tendia a se identificar "fundamentalmente" com a origem ibérica do ponto de vista fenotípico e/ou ideológico – coerente, aliás, com sua própria história de misturas –, sendo possuidora, em território americano, da língua, cultura e visão de mundo de acordo com esta origem.

O filósofo venezuelano Briceño Guerrero chama este sujeito de "europeu segundo da América" sob o argumento, questionado e ironizado pelo mesmo autor, de que "a América é o resultado da expansão da Europa e nós somos europeus na América"[17] (2007, p. 37). E acrescenta:

> Pode se afirmar, além disso, que a independência e a formação das repúblicas americanas são parte das revoluções mencionadas [industrial e política]. As ideias, aspirações, forças econômicas e militares, o *pathos*, o *ethos* e o *eros*, o *logos* e o *telos*, a retórica e a estética que presidiram e animaram ambas as séries simultâneas

[17] América es el resultado de la expansión de Europa y nosotros somos europeos en América.

> de sucessos, a europeia e a americana, foram os mesmos[18] (BRICEÑO, 2007, p. 37-8).

O fenômeno da expansão da Europa ocidental (e seus cidadãos) na América (agora "americanos") permite não apenas constatar o fato da primazia de suas línguas e culturas no continente novo, mas também distinguir entre o que o filósofo citado chama "europeu primeiro" e "europeu segundo" da América. O primeiro precede os valores ilustrados e mantém os princípios senhorial e feudal, enquanto que o segundo é um ilustrado racionalista e imperialista. Ambos são proprietários e a oposição não é simétrica, mas explica o embate clássico, por exemplo, entre conservadores escravistas, os primeiros, e liberais anti-escravistas, os segundos. O qualificativo "segundo" não é arbitrário e provém da "razão segunda" inventada na Grécia antiga a partir dos pré-socráticos. A Ilustração é uma reinvenção europeia moderna desta razão segunda e a América foi seu "projeto". Portanto, seria impossível pensar em termos de crítica cultural nos segmentos da sociedade dominante latino-americana como algo inconexo à Europa, independentemente das ressalvas sobre qualquer formulação do "nosso" numa relação de constraste, diferença e independência dessa conexão linguística e cultural com ela.

A experiência da sociedade ex-colonial e independente das colônias de Portugal e da Espanha relaciona de maneira contraditória pelo menos dois tipos de sujeito cultural. Por um lado, o sujeito ibero-americano entendido como o "europeu" nascido na colônia americana numa situação de poder limitado a respeito da metrópole ibérica – o que também o diferencia da participação do anglo-americano na administração do Império Britânico – e, por outro lado, o sujeito marginalizado, ou seja, o índio desapropriado e catequizado e o africano desterrado e escravizado. Se pensarmos na teoria pós-colonial anglófona, veremos que o índio e o negro na América ibérica não são "subalternos" no sentido de povo autóctone que se emancipa do poder colonizador, porque as práticas de exclusão colonial da desapropriação e escravização continuaram a ser exercidas pela "nova" situação política da elite "criollo"-hispânica ou luso-americana contra esses sujeitos marginalizados étnica e socialmente. Por isto, como sujeito ex-colonial, o ibero-americano ambivalentemente entende, por um lado, a história da sua sujeição a formas políticas ibéricas e europeias e, por outro, se desinteressa da

[18] Puede afirmarse además que la independencia y la formación de las repúblicas americanas son parte de las revoluciones mencionadas [industrial y política]. Las ideas, aspiraciones, fuerzas económicas y militares, el *pathos*, el *ethos* y el *eros*, el *logos* y el *telos*, la retórica y la estética que presidieron y animaron ambas series simultáneas de acontecimentos, la europea y la americana, fueron los mismos.

sujeição que ele próprio exerce ao reproduzir a hierarquia colonial em tempos imperiais ou republicanos. A elite latino-americana pode se definir como sujeito "europeizado" ou "europeizante" no sentido de que confirma sua "natural" filiação ibérica e europeia, ao mesmo tempo em que se afasta dessa filiação por meio da experiência periférica de sua localização geográfica americana. Paradoxalmente, o sujeito ibérico-americano ex-colonial afirma sua independência e inventa sua identidade nacional, emprestando para si a imagem do sujeito historicamente excluído. Esse sujeito ex-colonial não é um autóctone letrado "falando por" um autóctone "subalterno", como explica Spivak no caso indiano (1995, p. 26), mas um "ibero-americano" representando a si mesmo através de um "subalterno". Se nos dois casos "o subalterno não fala", a diferença entre pós-colonial e ex-colonial é que o primeiro se refere a uma cultura nativa não ocidental e o segundo se refere a uma cultura transculturada onde domina a visão da elite europeizada.

O indianismo e o "terra-centrismo" de Alencar e Bello, distintos entre si, como depois o abolicionismo e o anti-latifundismo dos românticos liberais, resolvem simbolicamente essa injustiça social que é contrária à retórica fundacional e ao espírito constitucional, mas que fica politicamente "adiada".

Em *O Guarani* de Alencar, o índio se destaca por suas virtudes e seu conhecimento da natureza, mas, ao mesmo tempo, o explorador reivindica sua origem portuguesa na terra colonizada. A oposição entre selvagem e civilizado é harmonizada, segundo Alfredo Bosi, através do "complexo do sacrifício" da "íntima comunhão entre índio e colonizador" (1992, p. 179). Bosi observa que a estória da conciliação contraria a história da colonização porque "no imaginário pós-colonial [o índio] seria rebelde" (1992, p. 177). Negreiros de Figueiredo define a solução romântica como "ambígua", dado que seu discurso está baseado na homogeneidade, uniformidade e linearidade da linguagem dos cronistas, por exemplo, na *Carta* de Pero Vaz de Caminha (FIGUEIREDO, 1998, p. 28 e 30). Desta maneira, a escrita romântica fundacional resgata a filiação ibérica na forma de olhar a natureza abundante passível de exploração, integrada a um índio abstrato do passado que agora é ícone nacional do presente, mas sem se perguntar pela situação atual do índio concreto.

Em *Alocución a la poesía* de Bello, a voz lírica ressalta os heróis da resistência indígena contra o invasor espanhol, mas reconhece o rico solo americano como o "mundo de Colón". A voz procura inspiração nas formas greco-romanas e na expressão neoclássica castelhana, na

medida em que Bello – parafraseio Grases – associa às letras ocidentais o projeto social libertário da América Hispânica (1979, p. X-XI). Desta maneira, a escrita neoclássica fundacional também advoga por um projeto civilizador americano que se fundamenta no índio abstrato do passado, ícone hispano-americano, em oposição ao colonialismo espanhol, mas apagando a atualidade do índio concreto.

Embora os dois textos, emblemáticos da literatura de fundação da nação, compartilhem a grandeza da natureza e a revalorização do habitante pré-contato e sejam produtos culturais com forma europeia e conteúdo americano, o romantismo brasileiro difere do neoclassicismo venezuelano na harmonização e na oposição, ou não, à colonização. Em ambos os casos, porém, a noção de liberdade que impregna o entusiasmo nacional apaga o sujeito marginalizado, ou seja, "adia" a questão social da herança colonial.

Essa tensão entre independência, literatura nacional e exclusão social está também presente, mais latente do que patente, no embate constitucional da fundação mesma da nação. Vejamos três exemplos. Em 1819, no *Discurso de Angostura*, Bolívar rechaça a monarquia absoluta, a escravidão e cita Rousseau, promovendo a "constituição da república democrática" como a melhor forma política e fazendo questão de salientar a mistura social da população:

> No somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles. Americanos por nacimiento y europeos por derecho, nos hallamos en el conflicto de *disputar a los naturales los títulos de posesión* y de mantenernos en el país que nos vio nacer, *contra la oposición de los invasores*; así nuestro caso es el más extraordinario y complicado.
> […]
> Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo, ni el americano del Norte, que más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de Europa; pues hasta la España misma deja de ser europea por su sangre africana, por sus instituciones y por su carácter. Es imposible asignar con propiedad a qué familia humana pertenecemos. La mayor parte del indígena se ha aniquilado, el europeo se ha mezclado con el americano y con el africano, y éste se ha mezclado con el indio y con el europeo. Nacidos todos del seno de una misma madre, nuestros padres, diferentes en origen y en sangre, son extranjeros, y todos difieren visiblemente en la epidermis; esta desemejanza trae un reato de la mayor trascendencia.
> […]
> *Los ciudadanos de Venezuela gozan todos por la Constitución, intérprete de la naturaleza, de una perfecta igualdad política*. […] Que los hombres nacen todos con derechos iguales a los bienes de la sociedad[19] (grifos meus) (*Pensamiento*, 1977, p. 109, 114).

[19] Não somos europeus, não somos índios, mas uma espécie média entre os aborígines e os espanhóis. Americanos por nascimento e europeus por direito, nos encontramos no conflito de *disputar com os naturais os títulos de posse* e de nos mantermos no país que nos viu nascer, *contra a oposição dos invasores*; assim, o nosso caso é o mais extraordinário e complicado. [...] Sejamos conscientes que o nosso povo não é o europeu, nem o americano do Norte, mas, na verdade, é uma mistura da África e da América, e não uma emanação da Europa;

Falando diante dos legisladores do congresso venezuelano, Bolívar pensa em si como sujeito dentro de uma diversidade social cujas diferenças devem-se harmonizar na constituição. E qualifica essa diversidade de "extraordinária e complicada" referindo-se à existência de uma mesma nação onde o europeu americano disputa com o nativo a terra ao mesmo tempo que se opõe ao colonizador espanhol, inclusive, salientando a própria diversidade espanhola, próxima da África do Norte. A fala de Bolívar descreve em primeira pessoa o que chamo de sujeito ex-colonial que, localizado numa geografia periférica que agora vira "pátria", afirma a separação da metrópole e com ambivalência reconhece a inclusão do sujeito marginalizado étnica e socialmente, mas reproduz o olhar ocidental e colonizador – que marginalizou esse sujeito e o desapropriou de sua terra – através da nova linguagem libertária do ideário republicano de inspiração francesa contido no novo projeto civilizador americano do constitucionalismo.

Sua fala também precisa a existência de mais de um tipo de mistura étnica entre europeu, indígena e negro, referindo-se fisicamente à cor da pele. As diferenças étnicas e sociais seriam então harmonizadas no *Discurso* pela força constitucional, o que, com efeito, virará retórica reproduzida na fundação literária nacional. Além da ex-colonialidade de Bolívar como sujeito, é importante salientar que na totalidade do *Discurso* a retórica republicana visa, sim, à emancipação social do índio, do negro e dos etnicamente misturados. Porém, fica implícito mas inquestionável que só o grupo social educado na posse dos instrumentos conceptuais adequados – do ideário republicano liberal – é que está em condições de participar e de ter acesso "aos bens da sociedade" de fato administrados pelos interesses da elite governante europeizada. A emancipação social dos excluídos, no fim da colônia, será por muito tempo adiada. Não se trata aqui da "sinceridade" da promessa de Bolívar, mas de como funciona a retórica da independência dentro das práticas de exclusão historicamente comprováveis, no caso, republicanas[20].

---

pois até a Espanha própria deixa de ser europeia pelo seu sangue africano, por suas instituições e por seu caráter. É impossível assinalar com propriedade a que família humana pertencemos. A maior parte do indígena foi exterminada, o europeu se misturou com o americano e com o africano, e este se misturou com o índio e com o europeu. Nascidos todos do seio de uma mesma mãe, os nossos pais, diferentes em origem e em sangue, são estrangeiros, e todos diferem visivelmente na epiderme; essa dessemelhança traz uma dívida moral da maior transcendência. [...] *Os cidadãos da Venezuela tem direito pela Constituição, intérprete da natureza, de uma perfeita igualdade política.* [...] Que os homens nascem todos com direitos iguais aos bens da sociedade (grifos meus).

[20] Com importantes diferenças este sentido de procrastinação de justiça social se encontra em *El dogma socialista* (1839) de Echeverría e em *Ariel* (1900) de Rodó. Só como um exemplo, no primeiro, no contexto

Em dezembro de 1821, no momento em que a assembleia constituinte da corte portuguesa decreta limitar o poder de decisão dos representantes brasileiros e ordena o retorno de dom Pedro I a Portugal, a reação contra o decreto no Brasil permite ver as posições nacionais em torno do processo constituinte do até então Reino, processo que, logo depois, viveria como país independente em 1823. Na pronta resposta "Representación del Senado de la Cámara de San Paulo al Regente Pedro", redigida por José Bonifácio de Andrada e Silva, os deputados paulistas, dirigindo-se ao monarca, reconhecem a universalidade do constitucionalismo, mas criticam o uso do instrumento contra eles memos, expondo:

> En la sesión del 6 de agosto pasado, dijo el diputado de las Cortes Pereira de Carmo (y dijo una verdad eterna), que la Constitución era un pacto social, en la que se expresaban y declaraban las condiciones por las cuales una nación se quiere constituir en un cuerpo político; y que el fin de *esta Constitución es el bien general de todos los individuos que deben entrar en este pacto social*. ¿Cómo, pues, osa ahora una mera facción de la gran nación portuguesa, sin esperar la conclusión de este solemne pacto nacional, atentar contra el bien general de la parte principal de la misma, como es el vasto y riquísimo reino del Brasil, despedazando en míseros retazos y *pretendiendo arrancar, en fin, de su seno al representante del poder ejecutivo* [dom Pedro I], *y aniquilar, de un plumazo, todos los tribunales y establecimientos* necesarios a su existencia y futura prosperidad? Este inaudito despotismo, este horroroso perjurio político, por cierto no lo merecía el bueno y generoso Brasil. Pero se engañan los enemigos del orden en la Cortes de Lisboa si se creen capaces que pueden todavía anular con vanas palabras y huecos fantasmas el buen juicio de los *bondadosos portugueses de ambos mundos*[21] (grifos meus) (*Pensamiento*, 1977, p. 233).

---

histórico da "Revolución de Mayo" que contrapunha costumes coloniais à emancipação social na Argentina independente, Echeverría defende a república democrática, reconhecendo sua proveniência da ilustração europeia que, no entanto, não podia ser seguida "cegamente" (1977, p. 96) tendo de se adequar à particularidade rio-platense (1977, p. 123). Sob os imperativos socialista-utópico e cristão, a sociedade se sustentaria em um equilíbrio entre o individuo e o coletivo que, porém, respeita os bens de propriedade (1977, p. 92-4) e restringe a participação cidadã das "massas sem educação" (1977, p. 110) (por exemplo, as massas mestiças?) para serem guiadas pela elite educada até elas entenderem o sistema (1977, p. 120 e 124). O autor legitima o uso da forma europeia em contingência local, mas excluindo consciente, embora provisoriamente, grandes populações, dado que, por elas não terem ideias europeias, por não serem europeizadas, não são ainda propriamente cidadãs, mesmo que o projeto de Echeverría preveja educá-las com o fim de incluí-las. Outra contradição é que sua prerrogativa socialista reconhece o regime de propriedade, o que faria dele um romântico liberal como uma espécie de anticapitalismo "mal-entendido", segundo a tipologia de Michael Löwy (1993, p. 29). Sejam eles programáticos ou de ficção, a produção textual nos primeiros tempos da Independência adiou a inclusão de todos os segmentos da sociedade ex-colonial na prioridade de estabilizar a nova república. Assim, as matérias discutidas pelos próceres como a nação e a agropecuária, ou quase nunca discutidas como o negro ou o índio (entre os poucos, Castro Alves e José de Alencar), foram evoluindo desde a ideia de um futuro possível até a tarefa inconclusa e retórica oficial.

[21] Na sessão do 6 de agosto passado, disse o deputado das Cortes Pereira do Carmo (e disse uma verdade eterna), que a Constituição era um pacto social, na qual se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma nação se quer constituir em um corpo político; e que o fim *dessa Constituição é o bem geral de todos os indivíduos que devem entrar neste pacto social.* Como, pois, ousa agora uma mera facção da grande nação portuguesa, sem esperar a conclusão deste solene pacto nacional, atentar contra o bem geral da parte principal da mesma, como é o vasto e riquíssimo reino do Brasil, despedaçando *em míseros retalhos e pretendendo arrancar, em fim, do seu seio o representante do poder executivo* [dom Pedro I], *e aniquilar, com um lance de caneta só, todos os tribunais e estamentos* necessários a sua existência e futura prosperidade? Esse inaudito

Diante da tentativa da recolonização do Brasil através do instrumento constitucional metropolitano, essa representação paulista, na sua argumentação, nitidamente defende tal instrumento. Com a frase "pacto social" se refere textualmente ao ideário de Rousseau. Isto é relevante dado que a constituinte portuguesa pretendia 'inovar' os territórios unidos do Reino na transformação política da monarquia, de absoluta a constitucional. O 'bem geral de todos' e a riqueza com que o território brasileiro contribui, contrastam com seu 'despedaçamento' na total desarticulação administrativa local e na destituição do monarca mandatário. Há uma distinção geográfica entre brasileiro e português, mas não há ruptura entre eles diante da totalidade da "grande nação portuguesa" que incluía o Brasil. Todavia, o texto alimentou o sentimento crescente de independência e pré-figura seu caráter ex-colonial: está ciente da sujeição da metrópole pré-1808 e da necessidade administrativa de continuar em pé de igualdade com ela – sem ainda ter-se separado –, como tinha sido durante a residência da corte portuguesa no Brasil. Além do plano discursivo, de fato dom Pedro I não retornará a Portugal, acelerando assim o dinâmico e pouco previsível processo de independência no Brasil, precisamente, pela continuidade monárquica que torna especial o caso de ex-colonialidade brasileiro.

Pouco antes do decreto aludido no texto citado, o governo paulista produz um documento coletivo intitulado *Lembranças e Apontamentos*, que recolhia as ideias liberais de José Bonifácio de Andrada e Silva, com as quais os deputados paulistas iriam participar da assembléia constituinte em Lisboa. O documento previa a integração do índio através da educação, a proibição do tráfico escravo e sua emancipação gradual e a alteração do regime latifundiário com a reintegração de terras improdutivas ao poder público. A participação fora anulada por duas razões de contingência: por um lado, pelo decreto da corte portuguesa que de fato desconsiderava a opinião dos representantes brasileiros; e por outro, pelo favorecimento da Regência de dom Pedro I que servia mais diretamente aos interesses dos representantes brasileiros. A existência, já em 1821, desses argumentos numa instância política formal do governo economicamente importante de São Paulo, evidencia influentes correntes liberais em concorrência com poderes conservadores dentro do contexto do debate sobre o futuro da administração brasileira, debate este marcado pela retórica constitucional.

---

despotismo, esse horroroso prejuízo político, decerto não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas se enganam os inimigos da ordem nas Cortes de Lisboa se se crêem capazes de poder ainda anular com vãs palavras e ocos fantasmas o bom juízo dos *bondosos portugueses de ambos os mundos* (grifos meus).

Pronunciado em agosto de 1822, meses depois do "Fico", o manifesto "A los pueblos de Brasil" de dom Pedro I, redigido pelo político carioca Joaquim Gonçalves Ledo, divide a reação contra o decreto, mas deixa entrever uma visão diferente a respeito da questão social. A fala salienta a contradição entre o 'bem comum' do instrumento constitucional e o decreto que restringia a atuação dos representantes brasileiros. Lemos:

> Portugal, destruyendo todas las reglas establecidas, *cambiando todas las antiguas y respetables instituciones de la monarquía*, pasando despreciativamente al olvido todos sus compromisos y *reconstituyéndose nuevamente*, *no podía obligarlos* [aos brasileiros] *a aceptar un sistema deshonroso y envilecedor, sin atentar contra aquellos mismos principios en que fundara su revolución*, y el derecho a cambiar sus instituciones políticas, sin destruir esas bases que establecieron sus nuevos derechos, nuestros derechos inalienables de los pueblos.
> […]
> [V]eía con dolor la marcha desorientada y tiránica de los que tan falsa y prematuramente habían tomado los nombres de padres de la patria, *saltando de representantes del pueblo de Portugal a soberanos de toda la vasta monarquía portuguesa*. Juzgué, entonces, indigno de mí y del gran Rey, de quien soy hijo y delegado, despreciar los votos de súbditos tan fieles, que *refrenando tal vez deseos y propensiones republicanas, despreciaron ejemplos fascinantes de algunos pueblos vecinos y depositaron en mí todas sus esperanzas*; salvando de este modo a la realeza en este gran continente americano, y los reconocidos derechos de la augusta Casa de Braganza.
> […]
> Sin el estrépito de las armas, sin la vocería de la anarquía, fui requerido como garante de su preciosa libertad y honra nacional y de la pronta instalación de una Asamblea General Constituyente y Legislativa en el Brasil (grifos meus) (*Pensamiento,* 1977, p. 235-6). […]
> [El Congreso de Lisboa] [t]rató desde el principio, y todavía trata, con indigno envilecimiento y desprecio a los representantes del Brasil cuando tienen el coraje de luchar por sus derechos, hasta (¡quién osara decirlo!) os amenaza con *libertar a la esclavitud, y armar sus brazos contra sus propios señores*[22] (grifos meus) (*Pensamiento,* 1977, p. 238).

Sendo a voz declarante a do monarca, dom Pedro I distingue com precisão o congresso português da monarquia portuguesa e do representante brasileiro. Mas como monarca

[22] Portugal, destruindo todas as regras estabelecidas, *mudando todas as antigas e respeitáveis instituições da monarquia*, passando com desprezo ao esquecimento todos os seus compromissos e *reconstituindo-se novamente, não podia obrigá-los* [aos brasileiros] *a aceitar um sistema desonroso e aviltante, sem atentar contra aqueles mesmos princípios em que fundara sua revolução*, e o direito a mudar suas instituições políticas, sem destruir essas bases que estabeleceram seus novos direitos, os nossos direitos inalienáveis dos povos. […]Via com dor a marcha desorientada e tirânica dos que tão falsa e prematuramente tinham tomado os nomes de pais da pátria, *saltando de representantes do povo de Portugal a soberanos de toda a vasta monarquia portuguesa*. Julguei, então, indigno de mim e do grande Rei, de quem sou filho e delegado, desapreciar os votos de súbditos tão fieis, que *refreando talvez desejos e propensões republicanas, desprezaram exemplos fascinantes de alguns povos vizinhos e depositaram em mim todas suas esperanças*; salvando desse modo a realeza neste grande continente americano, e os reconhecidos direitos da augusta Casa de Bragança**.** Sem o estrépito das armas, sem a gritaria da anarquia, fui requerido como garantia da sua preciosa liberdade e honra nacional e da pronta instalação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa no Brasil. [...] [O Congresso de Lisboa] tratou desde o princípio, e ainda tratou com indigno envilecimento e desprezo aos representantes do Brasil quando têm a coragem de lutar pelos seus direitos, até (quem ousaria dizê-lo!) os ameaça com *libertar à escravidão, e armar seus braços contras seus próprios senhores* (grifos meus).

português a voz se diferencia também “deles”, os brasileiros, criando um vínculo positivo entre a família real portuguesa e a sociedade brasileira. Baseando-se nos mesmos “princípios” que os da “revolução” da constituinte portuguesa, é sobre a conservação da legitimidade governativa da monarquia que se instala, meses depois, a constituinte brasileira, e que se justifica, desse modo, a separação com Portugal, ou seja, com a corte e não com a família à qual ele próprio pertence. Na validação do regime monárquico, destaca-se a “fidelidade” brasileira num contexto regional de projetos republicanos hispano-americanos (‘dialogando’ assim com o texto comentado de Bolívar), revelando a heterogeneidade das correntes políticas em discussão.

A voz do texto, embora seja a de um monarca português, tem caráter ex-colonial. Não trata, em princípio, da passagem da colônia à independência, mas do perigo de perder a independência administrativa obtida como produto da residência brasileira da família real. Dito isso, o caráter ex-colonial da independência é aqui visto sobretudo como político, pois a crítica à sujeição ou recolonização não passa pela dimensão social. Assim, o debate constitucional levado à frente pelo monarca e afim ao princípio de igualdade e liberdade não considera a população escrava, como se vê na última parte da citação onde, ao contrário, se legitima a prática colonial conservadora da escravidão na nova situação independente.

No monarca não há então a ambivalência de Bolívar e inclusive a de brasileiros como José Bonifácio, ambos americanos que nasceram em situação colonial. E lembro, ainda, que o texto foi redigido para o monarca por Gonçalves Ledo, inimigo político dos Andrada; por isso não surpreende a diferença simétrica com relação à questão servil. Ao mesmo tempo, como vimos, a promessa liberal de Bolívar não abole a escravatura venezuelana; é ainda puramente retórica e não se concretiza senão muito depois.

O que é importante salientar nesses três documentos independentistas é a tensão entre a retórica fundacional e a exclusão social de herança colonial. O caráter ex-colonial varia nos três textos e se evidencia para além de um universo maior de heterogeneidade discursiva que vai de posturas conservadoras a liberais radicais, de atitudes monarquistas a republicanas, quase sempre misturadas, mas sempre dentro do contexto do embate constitucionalista que caracterizará a América Latina emancipada.

O fracasso das personagens estudadas representa uma crítica às soluções simbólicas da literatura fundacional e uma crítica que deconstrói sua retórica. A queda do ideal reclama das sociedades carioca e caraquense, em obras publicadas no quase centenário de

independência, o adiamento da emancipação social acompanhada do problema do latifúndio e da escravidão, tudo o que foi herdado da colônia e que não foi resolvido em constitucionalismos sustentados pela ideia de liberdade.

1.4 GUERRA: ORDEM POR MEIO DA VIOLÊNCIA

1.4.1 **O fim de uma era**

A queda de Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol nos planos dramático e político, como se viu, constata com nitidez a oposição entre retórica fundacional e prática de exclusão. Depois do fracasso retórico e agrário, o fracasso na guerra é o terceiro e último termo da estrutura narrativa em *Triste fim* e *Este país* e representa o exame definitivo dessa oposição. É, como se verá, o cume da representação narrativa do fracasso e a constatação enunciativa do fracasso do idealismo. O conflito interno ou externo, muitas vezes armado, e a modernização econômica caracterizam o Estado latino-americano entre o último quartel do século XIX e o primeiro do XX e é nesse período que as personagens experimentam a crueza do confronto armado. A violência mostra-se – e não pela primeira vez na história nacional respectiva – como o meio de negociação por excelência para a resolução de conflitos. Como, então, através da guerra formulam os romances uma crítica daquela oposição? Formula-se de maneira dupla: externamente, pela escolha do evento bélico no qual as personagens se encontram e, internamente, por meio da ação narrativa, da conjuntura histórico-política do país.

Em cada caso, a guerra é encenada em território nacional, com descrição da geografia própria e dos costumes locais. No caso de *Triste fim*, o referente é explícito: a Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894 durante a presidência do "marechal de ferro", Floriano Peixoto. No caso de *Este país*, é preciso justificar a maneira de identificação com a "Revolución Libertadora", ocorrida entre 1901 e 1903, durante a presidência do general Cipriano Castro, dado que ela não está explicitada no texto.

É correto supor que o autor de *Este país* tivesse em conta uma guerra típica do século XIX venezuelano para encenar a tragédia de Gonzalo. Ao mesmo tempo, o resultado político da guerra, como passaremos a apreciar, encerra a era do caudilho na Venezuela e este é o traço determinante da Revolución Libertadora e meu ponto de atenção na leitura da guerra

ficcionalizada. No prólogo da edição mais conhecida de *Este país*[23], Lúbio Cardozo faz menção a essa guerra na contextualização histórica do romance (1997, p. 16). Porém, não se trata de fixar uma só identificação: trata-se antes de dimensioná-la como guerra típica dentro da conjuntura de forças políticas que teve esse episódio bélico na história do país. Na última década do século XIX, pelo menos quatro tentativas de golpe aconteceram, duas delas com sucesso: a Revolución Legalista em 1892 do general Joaquín Crespo e a Revolución Liberal Restauradora em 1899 do general Cipriano Castro, aliás, a figura de interesse aqui. Essas revoluções, e outras que antecederam, de forma distinta reverberam também em *Este país*, mas, pelo dito, a revolução escolhida aqui tem mais a ver com a fala política do drama de Gonzalo.

Do mesmo modo, ainda que a Revolta da Armada e o ambiente carioca se representem explicitamente em *Triste fim*, isto não quer dizer que essa guerra esgote a reflexão sobre a conjuntura política na transição da monarquia à república e as mudanças ocorridas no Brasil quando relacionadas com a dimensão política do romance. A Revolução Federalista (1893-1895) no sul do país, como evento coetâneo e complementar à Revolta e, depois de consolidada a república, as campanhas de higienização impulsionadas pela prefeitura do Rio de Janeiro no início do século XX, também transparecem na enunciação crítica de *Triste fim*. Por outro lado, enquanto se enfatiza a figura de Floriano no romance, os comandantes dos revoltosos não são nomeados na ficção, o que salienta o caráter "referencial" do evento que não deve ser lido literalmente, mas compreendido "narrativamente" numa interpretação aberta a mais de um evento, através e além daquele explicitamente referido. Contudo, a escolha do autor é pertinente à escolha desse estudo, não pela grande visibilidade do episódio na história política brasileira, mas porque o resultado político dessa guerra encerra a era do civilismo imperial[24] no Brasil.

Os atores históricos em confronto na Revolta da Armada são, em princípio, o governo militar legal de Floriano, apoiado por uma heterogeneidade republicana, e a marinha armada, liderada por Custódio de Melo, constitucionalista[25], que conta com a significativa adesão do

---

[23] Da editora Monte Ávila de Caracas em 1978.

[24] Na historiografia política brasileira, o termo "imperial" se refere ao sistema da monarquia parlamentar com que se funda a independência até a proclamação da república; e não tem o sentido do "imperialismo" praticado, por exemplo, pelas potências europeias da época.

[25] Quer dizer, não reconhecia a sucessão de Floriano após a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, que figura como responsável do ato da Proclamação da República no Brasil.

almirante Saldanha da Gama, monarquista-plebiscitário[26] (QUEIROZ, 1986, p. 22). Era o final de 1893, quatro anos depois da claudicação da monarquia e da proclamação da república, quando se manifestam as tensões contra a participação e liderança do exército como "protetor" do novo regime. O confronto entre os "legalistas" do governo e os "revoltosos" da marinha alimenta, em primeira instância, o embate entre republicanos e monarquistas, muitos dentre estes liberais, como Joaquim Nabuco. Mas também há dissensão, inclusive, de republicanos de corte civil-democrático como Rui Barbosa, o que desmente a oposição simétrica entre monarquistas conservadores e republicanos radicais. Além disso, na mudança de regime opõem-se duas concepções de economia política: centralismo e federalismo, ambos, enfatizo, liberais; e ainda, se distingue o federalismo desigual dos ricos estados paulista e mineiro em detrimento da participação dos estados menos influentes do Sul e do nordeste.

A ordem militar na transição à república quer cumprir uma "função moderadora" para a regeneração da sociedade apoiada na nova constituição. Mas, com o exército à frente no novo regime, precipita-se o antagonismo comteano entre a tendência militarista do presidencialismo ditatorial e a tendência civilista parlamentar (COELHO, 1976, p. 68). A eclosão material do antagonismo são, precisamente, a Revolução Federalista no sul e a Revolta da Armada no Rio, os primeiros testes da república brasileira. Na vitória do governo de Floriano contra o segundo, foram fundamentais o apoio político do Congresso e o apoio de políticos e cafeicultores paulistas sob a forma de empréstimos financeiros, forças militares estaduais e equipamento militar (COELHO, 1976, p. 70). Uma vantagem da guerra é que ela permite a polarização da opinião pública para proveito das partes em conflito. Isso foi aproveitado tanto pelos militares que ocuparam cargos no governo quanto pelos políticos republicanos cuja aliança experimentou a tensão retórica, de um lado, dos nacionalistas radicais jacobino-florianistas e, do outro, dos políticos civis e da classe agrária, lembrando que se trata de um país de longa tradição civil e parlamentar durante o Império no século XIX. Essa tensão retórica atravessa a prosa de *Triste fim*.

---

[26] Quer dizer, propunha a realização de um plebiscito através do qual os eleitores decidissem a forma de governo do país entre monarquia e república; esta última não contava como apoio majoritário na época da proclamação (COSTA, 1985, p. 290).

O quadro é complexo, com atores e interesses heterogêneos, temporalmente dinâmico e com fatores internos e externos, cujo aprofundamento ultrapassa o objetivo aqui. A mudança de regime e a reorganização dos poderes econômicos criam, precisamente, essas alianças heterogêneas imprevisíveis em prol do controle do poder político, inseparável do poder econômico. Depois de cinco anos na liderança (1889-1894) e pela pressão dos republicanos paulistas, finalmente os militares do exército cedem o poder. Apesar do clima desestabilizador e da especulação sobre sua permanência na presidência, em 1894 Floriano reconhece a eleição do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Morais. Essa sucessão será de interesse para essa parte do estudo.

Com o fim da Revolta e a eleição de Prudente de Morais, elimina-se qualquer aspiração sebastianista[27] restauradora e encerra-se a fase da instauração e consolidação da república, para as quais a atuação dos militares foi indispensável. Com efeito, a historiografia tradicional classifica o momento como a Primeira ou Velha[28] República (1889-1930). Embora a Primeira República contasse com alguns presidentes militares, sua concepção econômico-política ficou definida pelo segundo presidente civil, Campos Sales (1898-1902), como a "Política dos Estados" ou dos governadores, a maioria civis, também referida como a República do Café com Leite, em alusão à influência política dos cafeicultores de São Paulo e dos produtores de lacticínios de Minas Gerais nas candidaturas presidenciais. Se o governo nem sempre foi civil na República Velha, predominou sempre, sim, a influência política da grande classe agrária, como fora, aliás, no Império.

Tal quadro terá suas tendências ideológico-discursivas, ou seja, suas versões da retórica oficial que, além disso, por se tratar de um novo regime, pode se apreciar como uma retórica "fundacional" renovadora em consonância com a retórica fundacional da Independência – discutida ao longo do ítem 1 da dissertação. No plano retórico, a tensão se dá entre as tendências civilista e militarista (COSTA, 1985, p. 279).

Pela sua participação na proclamação, a classe armada toma consciência de sua importância na sociedade e faz emerger um sentido mais coeso de identidade de classe. Os historiadores concordam em atribuir esta necessidade de auto-reconhecimento à chamada Questão Militar, isto é, à marginalidade com que o exército foi tratado pelos políticos do

---

[27] Aquele que anela a volta da monarquia. Originalmente se refere aos que acreditavam na volta do Rei Sebastião de Portugal (1554-1578) que desapareceu na África (FERREIRA, 2010, p. 1901).

[28] Curiosas nomeações de oximorôns entre si. "Primeira" por razão cronológica e "velha", entre outras razões, para ser contrastada com o "Estado novo" de Getúlio Vargas e significativa do desgaste da Política dos Estados.

Império (COSTA, 1985, p. 282). Uma vez no poder, valorizando-se a si mesmo, a obediência estrita e a ação pronta da conduta militar constroem um senso de superioridade moral que faz com que ele se veja a si mesmo como o "salvador da pátria" e o retificador da corrupção e degeneração da ordem civil trazida pela política imperial (COELHO, 1976, p. 65; QUEIROZ, 1986, p. 212).

Essa autovalorização do militar será objeto de crítica no romance como parte da conjuntura histórico-política que penetra o drama de Policarpo. Durante a Revolta da Armada ficcionalizada em *Triste fim*, a figura de Floriano, os militares e sua ação bélica são representados por meio de uma forte crítica a que não escapa o protagonista.

1.4.2 **A ascensão militarista em *Triste fim***

Vejamos a tentativa idealista de Policarpo na ação da guerra. Ele comanda um batalhão de artilharia do governo militar de Floriano contra os revoltosos da marinha armada. Ainda guiado pelo patriotismo, em vão busca nos livros os cálculos para calibrar a pontaria dos canhões num clima de improviso que é descrito com ironia pelo narrador. O segundo capítulo da terceira parte, anterior aos tiros, começa com uma neblina ou "luz da incerteza" que impede a visibilidade (BARRETO, 1984, p. 190-1), como que informando ao leitor sobre a cegueira que domina no posto do destacamento. Ali encontra-se Policarpo, pela terceira vez no romance, empolgado para servir à pátria na forma que melhor conhece: a leitura romântica da palavra escrita do livro. Lemos:

> O major está no interior da casa que serve de quartel, lendo. O seu estudo predileto é agora artilharia. Comprou compêndios; mas, como *sua instrução era insuficiente*, da artilharia vai à balística, da balística à mecânica, da mecânica ao cálculo e à geometria analítica; desce mais a escada; vai à trigonometria, à geometria e à álgebra e à aritmética. Ele *percorre essa cadeia de ciências entrelaçadas com uma fé de inventor. Aprende uma noção elementaríssima após um rosário de consultas*, de compêndio em compêndio; e leva assim aqueles dias de *ócio guerreiro* enfronhado na matemática, nessa matemática rebarbativa e hostil aos cérebros que já não são mais moços (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 192).

A interpretação romântica da leitura dos livros preparará o terreno para o esforço intelectual proporcional à sua última decepção que o conduzirá ao fracasso definitivo. No campo de batalha, em lugar de agir, predomina em Policarpo a conduta de se preparar, como que adiando a ação e o compromisso para depois[29], o que se justificaria pela esperança de obter o

[29] Desenvolvo essa ideia no ítem 2.2.3.

melhor resultado com um preparo prévio adequado. A realidade se ajusta a partir da verdade escrita, no caso, da ciência do cálculo, e o entusiasmo se descreve em termos religiosos: a "fé" guia-o no aprendizado que é longo como um "rosário", destacando, qual mártir, o tamanho do esforço. O narrador deixa o leitor duvidar do preparo em si como um exagero fora de lugar. Não sem ironia, o narrador qualifica de "elementaríssimo" o conhecimento auto-aprendido por alguém de sua idade avançada e de "insuficiente" o grau de instrução de Policarpo – funcionário público, sugerindo que nem ele está apto nem, precisamente, preparado para alcançar a instrução requerida para saber de artilharia.

Policarpo faz abstração da realidade imediata da guerra no aprendizado do conhecimento afim à guerra. No ato de estudo se abstrai do seu redor e do que acontece no destacamento. Através da guerra como abstração numérica e da auto-abstração da circunstância local, ele pensa servir melhor no destacamento e na guerra. Mas, ao contrário, como ocorre nas primeiras duas partes do romance, a personagem condiciona o mundo real ao mundo textual de tal forma que estes não coincidem. A ingenuidade e a paixão do hábito romântico distanciam o real do textual. Quanto mais a sério toma sua missão, mais se distancia da "leitura" prática das atitudes e interesses do contexto, por exemplo, do "ócio" rotineiro do batalhão. Paradoxalmente, quanto mais a leitura é literal ou fiel à letra, mais distante do mundo ela é.

O problema é aprofundado no parágrafo seguinte:

> Há no destacamento um canhão Krupp, mas ele nada tem a ver com o mortífero aparelho; contudo, estuda artilharia. É encarregado dele o Tenente Fontes, que não dá obediência alguma ao patriota major. Quaresma não se incomoda; vai aprendendo a servir-se da boca de fogo e submete-se à arrogância do subalterno (BARRETO, 1984, P. 192-3).

A atividade intelectual de Policarpo mostra o quão distante é sua visão da guerra em comparação à visão dos outros sobre a guerra e sobre ele próprio. Ele "nada tem a ver" na prática com o canhão, só na teoria. Ou seja, sua concentração no preparo para saber como apontar o tiro é tal que ele deixa de lado aprender o próprio ato de atirar. Fica dentro da realidade da leitura e do saber (proveniente da educação romântica) e fora da realidade material e circunstancial que, de fato, o convoca à participação concreta: lutar na guerra. Por outro lado, é importante considerar que, hierarquicamente, se ascende a comandante

promovido de patentes mais baixas, mas Policarpo, sem patente alguma[30], é colocado no posto sem ter experiência pelo simples encontro com Floriano e a necessidade trivial de colocar alguém no comando do batalhão (BARRETO, 1984, p. 181). Não só Policarpo de fato não tem a experiência para dar ordens, mas não inspira autoridade ao tenente Fontes, que não lhe obedece, o que se refere à questão da subalternidade militar nos primeiros anos da república. A dificuldade de Policarpo em se adaptar ao exército se evidencia em uma passagem ridícula em que, na ausência de Fontes, operador do canhão, o soldado de vigia avista uma embarcação inimiga e Policarpo ordena usar o canhão:

> *Correu a casa e foi consultar os seus compêndios e tabelas*. Demorou-se e a lancha avançava, os soldados estavam tontos e um deles tomou a iniciativa: carregou a peça e disparou-a.
> Quaresma reapareceu correndo, assustado, e disse, entrecortado pelo resfolegar:
> – Viram bem... a distância... a alça... o ângulo... É preciso ter sempre em vista a eficiência do fogo.
> Fontes veio e sabendo do caso no dia seguinte riu-se muito:
> – *Ora, major, você pensa que está em um polígono, fazendo estudos práticos... Fogo para diante!* (grifos meus) (BARRETO, 1984, P. 195-6).

O narrador ironiza a tentativa de preparação e estudo. O tempo que implicaria um tal preparo é incongruente com a imediatez da guerra, dado que o tempo adequado ao ritmo de estudo não é compatível com o tempo ao vivo da ação bélica. A agitação e o sobressalto que experimenta Policarpo evidenciam bem o descompasso entre teoria e prática acima sugerido. Ainda, o contraste dele com a experiência pragmática, o agir imediato e o comentário burlão de Fontes, que representa o *modus operandi* do militar, servem na narração para ironizar a nobre mas ineficaz tática de guerra de Policarpo e para criticar a precariedade e o improviso que caracterizam os profissionais do exército.

A passagem sublinha, como se viu nas primeiras duas partes da estrutura narrativa, a contradição que ele sofre quando confia "literal" e "romanticamente" na idealidade textual que versa sobre o mundo, obtendo de volta um mundo incoerente quando confrontado com a harmonia do livro. Mas, à diferença das narrações sobre o requerimento tupi e o sítio Sossego, a torpeza na ação militar guerreira não chega a transgressão, apenas a ridículo. Aquelas narrações transitam campos simbólicos do nacional, mas a prática da guerra contradiz elaborações ideológicas, bem entendido, na sua ação imediata e irreflexiva. O leitor

---

[30] Embora Policarpo apareça sempre como "major", o narrador sconta como "ganhou" o apelido: "Um amigo, influência no Ministério do Interior, lhe tinha metido o nome numa lista de guardas-nacionais, como esse posto. Nunca tendo pago os emolumentos, viu-se, entretanto, sempre tratado de major, e a cousa pegou. A princípio, protestou, mas como teimassem deixou" (BARRETO, 1984, p. 182-3).

começa a perder a pouca esperança que tinha para o protagonista – e logo depois, ele próprio também – nessa sua última tentativa de livrar a pátria de seus males através do potencial transformador do ideal.

A contradição entre teoria e prática de guerra também envolve a retórica oficial do governo militar. Mostrou-se na penúltima citação a ruptura de hierarquia entre Policarpo e Fontes: o comandante se submete ao tenente que não obedece. Porém, na auto-valorização que na época faz o militar, destaca-se a obediência, a "ação pronta e sumária", a lealdade, a firmeza e a palavra direta (QUEIROZ, 1986, p. 148, 218). A posição do narrador em *Triste fim* ataca essa retórica castrense e a coloca longe do papel de "salvadora" e "regeneradora" do país. Em contraste, ainda segundo o narrador, o relacionamento entre Floriano, a subalternidade e a mocidade militar se baseia no interesse pessoal e na cooptação (BARRETO, 1984, p. 178). Não há república ideal, apenas um "cerimonial" vazio no qual se adula a figura ditatorial para receber favores e gratificações. Nas primeiras páginas da terceira parte, o narrador se apresenta como visceralmente anti-florianista e representa Floriano como tirano preguiçoso, vacilante, criminoso e perverso (BARRETO, 1984, p. 177-9). Autorizando o acesso ao palácio de governo (Itamaraty) a tenentes e cadetes, Floriano transmite "um pouco do que [ele] tinha de sagrado ao subalterno desabusado" (BARRETO, 1984, p. 176). Ao mesmo tempo que mitifica sua figura, essa acessibilidade relaxada anima os militares subalternos e os estudantes, como se mostrou na cena de rompimentos da linha de mando. Ou seja, da obediência ideal da retórica castrense se passa à desobediência hierárquica no governo militar de Floriano. O romance adianta, pois, dois idealismos em crise: o castrense e o romântico de Policarpo. Porém, enquanto a contradição entre teoria e prática constitui convívio natural entre os militares, Policarpo se mantém ignorante com relação à contradição dentro da qual ele vive.

Nessas páginas, o narrador faz alusão ao positivismo como retórica dos militares republicanos. Como método científico aplicado à política, o lema "ordem e progresso" do positivismo comteano tivera sucesso entre os republicanos brasileiros, em particular, os jovens militares impactados pelo ensino do positivista brasileiro Benjamin Constant, a figura emblemática do movimento (COSTA, 1985, p. 294-5) e referido ao longo do romance. Porém, o narrador troca a crença política positivista por uma pseudo-religião fanática:

> Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as *violências e crimes* eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 176).

O que incomoda o narrador é a associação do elo religioso do positivismo à autoridade, assim justificando o uso da força. Eis o centro da contradição: ideal militar e comissão de crimes. Outra passagem do texto representativa do idealismo positivista é a que mostra o tenente Fontes justificando a guerra a partir da "elevação moral" para a qual se remete à idade média como exemplo (BARRETO, 1984, p. 202). A mesma personagem discursa sobre uma idealidade superior enquanto desobedece seu superior, no caso, o comandante Quaresma, conduta que este nunca alcançaria no seu romantismo interpretativo. Nessa passagem, o próprio narrador inventa uma conversa onde um hipotético e típico positivista (como o tenente Fontes) justificaria crimes, de fato, históricos:

> É uma curiosa Idade Média, essa de elevação moral, que a gente não sabe onde fica, em que ano? Se a gente diz: "No tempo de Clotário, ele próprio, com suas mãos, atacou fogo na palhoça em que encerrava o seu filho Crame mais a mulher deste e filhos" – *o positivista objeta*: "Ainda não estava perfeitamente estabelecido o ascendente da igreja". São Luís", diremos logo nós, "quis executar um senhor feudal porque mandou enforcar três crianças que tinham morto um coelho nas suas matas". *Objeta o fiel*: "Você não sabe que a nossa Idade Média vai até o aparecimento da Divina Comedia? São Luís já era a decadência"... Citam-se as epidemias de moléstias nervosas, a miséria dos campônios, as ladroagens a mão armada dos barões, as alucinações do milênio, as cruéis matanças que Carlos Magno fez aos saxões; *eles respondem: uma hora que ainda não estava perfeitamente estabelecido o ascendente moral da igreja*; outra que já tinha desaparecido" (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 203).

Como um livro mal lido ou uma teoria mal entendida, o positivismo brasileiro, sobre o qual se eleva a república ideal como o projeto nacional de modernização, não seria um conjunto de princípios transformadores da herança imperial, mas condutas de conveniência com relação ao poder político circunstancial e à perpetuação nele de personalismos permissivos do uso injustificado da violência. Cabe generalizar que a contradição entre ideal e crime não compete só ao contexto brasileiro republicano; se insere num contexto maior e, mais precisamente, ocidental. A discussão do positivismo como espécie de religião vem desde a origem. Não é que a ciência, como coisa externa ao ideal nacional, faça uma contribuição a ele, dado que o elo religioso que bate no sentimento nacional – e depois se verá como nisto a América e a Europa seguem o mesmo destino – já era parte da ciência desde sua gênesis, o que o filósofo venezuelano Briceño Guerrero explica nos termos seguintes: "Por trás desse

único deus [do cristianismo] está o princípio cósmico de unidade, ordem e estabilidade do universo, suposto sem o qual no pode haver ciência"[31], fazendo referência à *La religion de l'humanité* de August Comte (BRICEÑO, 2007, p. 21).

A descrição da guerra impressiona pela combinação de violência com a mediocridade e até com o senso de espetáculo que a caracterizam. Lemos:

> Os soldados já estavam nas trincheiras, armas à mão; o canhão tinha ao lado a munição necessária. Uma lancha avançava lentamente, com a prova alta assestada para o posto. De repente, saiu de sua borda um golfão de fumaça espessa: Queimou! – gritou uma voz. Todos se abaixaram, a bala passou alto, zunindo, cantando, inofensiva. A lancha continuava a avançar impávida. Além dos soldados, havia curiosos, garotos, a assistir o tiroteio, e fora um destes que gritara: queimou! (BARRETO, 1984, p. 198).

Uma pontaria péssima caracteriza a troca de tiros entre os soldados de Policarpo e a embarcação inimiga; nenhum dos dois bandos atinge o outro. As táticas de guerra dos participantes da ação bélica dão conta da precariedade profissional dos soldados no uso do canhão e do improviso que define as sessões do confronto. A seriedade da cena fica comprometida pela presença de elementos não militares no posto do batalhão, que "observam" com curiosidade o desenvolvimento da ação. Especificamente, um grupo de "garotos" que acompanham o percurso perdido do projétil, exclamam, totalmente entretidos, "queimou!". A descrição é patética e a narração continua contando que qualquer cidadão obtém licença para disparar o canhão e que os arredores do posto viram ponto de espetáculo onde binóculos são alugados (BARRETO, 1984, p. 198-9). A mistura de improviso e armas letais cria um efeito de leitura igualmente misto entre descrição risível e perigo de morte, o que ironiza o valor da vida e desvaloriza a guerra, em específico, a atuação do exército contra a Revolta.

A narração a momentos é cínica:

> As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógio, lapiseiras, feitas com as pequenas balas de fuzis: faziam-se também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os *dunkerques* das casas médias; as grandes, os "melões" e as "abóboras", como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança ou estátuas (BARRETO, 1984, p. 199).

Além da maneira cínico-irônica de narrar objetos usados para matar, transformados espontaneamente em fetiches e artículos estetizados de uso quotidiano, a narração adianta uma técnica crítica de escrita literária que inverte a estetização da guerra (exposta nessa

[31] Detrás de ese único dios está el principio cósmico de unidad, orden y estabilidad del universo, supuesto sin el cual no puede haber ciência.

passagem como moda), criando uma concientização através da arte, no caso, o sentido crítico do narrador do romance. A partir da intuição crítica na forma literária, o narrador criado por Lima Barreto em 1911 está em sintonia com a formulação sobre o perigo da reproductibilidade técnica (armamento militar) a serviço da espetacularidade da guerra estetizada (balas usadas na roupa)[32].

Observando a desordem e a mediocridade com que se luta na guerra, Policarpo começa a entender essa sua lógica, e nos meses da Revolta se desilude de uma guerra carente de valores e ideais. A começar pela evidência inegável dos abusos e crimes cometidos por subalternos com o consentimento de Floriano (BARRETO, 1984, p. 178) e, ainda, somados a aqueles cometidos durante a insurreição do Sul (BARRETO, 1984, p. 210). A crueza da violência injusta e a descrição da desordem e do improviso da liderança são interpretados pelo narrador a partir de uma filosofia política da conduta, na qual a figura de síntese é naturalmente o presidente militar:

> A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma *tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se.* Levada a cousa ao grande o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrarias às suas *e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte.* [...]
> Demais, a sua educação militar e a sua fraca cultura deram mais realce a essa *concepção infantil*, raiando-a de violência, não tanto por ele em si, *pela sua perversidade natural*, pelo seu desprezo pela vida humana, mas pela fraqueza com que acobertou e *não reprimiu a ferocidade dos seus auxiliares* (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 179-80).

À diferença da repressão do ditador inteligente e calculador, trata-se de uma violência em consequência da ignorância e da imaturidade. O fator do terror é a imprevisibilidade da ação e a inexistência de limite ou trégua. A comparação entre o doméstico-infantil e o político-bélico cria um medo peculiar, porque a compreensão infantil para punir implica que qualquer conduta é ameaça à ordem e pode se entender como punível. Aos abusos dos oficiais subalternos, soma-se o estado de sítio legal, tanto no romance quanto no episódio histórico, que suspende as garantias, os direitos e o devido processo, ou seja: "qualquer oficial se dá função de intérprete da lei e juiz supremo dos governadores" e, acrescento, dos cidadãos (COELHO, 1976, p. 68).

A vulnerabilidade da situação social se condiciona a um governo forte apoiado pelo poder político e econômico que precisa, então, de um elemento militante e retórico coesivo,

---

[32] Como, com efeito, o estudará Walter Benjamin a propósito da indústria cinematográfica em *A obra de arte na época da reproductibilidade técnica* em 1935.

de forma a que o aparelho repressor possa contar com credibilidade diante de pelo menos uma parte da opinião pública. Mencionei acima nessa seção do estudo, que a guerra divide a opinião; e a historiografia revisada acima o demonstra. Nesse contexto, a presença dos jacobinos cumprirá o objetivo de criar opinião favorável ao governo militar e sua retórica castrense. Na origem francesa, o termo "jacobin" quer dizer membro de uma sociedade revolucionária, historicamente parte do movimento de 1789 e, por extensão, significa um entusiasta intransigente da república (*Petit*, s.f.). A versão carioca não muda isso dentro da sua conjuntura específica.

Em *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação*, Suely Robles Reis de Queiroz observa que os primeiros sintomas se originam logo depois da proclamação da república, mas os jacobinos aparecem mais claramente durante a Revolta da Armada com uma atuação visível entre 1893 e 1897 (1986, p. 18, 265). Segundo Queiroz, socialmente, são um grupo heterogêneo composto pela emergente classe média urbana profissional, oficiais e jovens estudantes militares. Sua retórica é "moralista, reformadora e sectária, característica dos eventos militares" e, portanto, castrense (1986, p. 13), em sintonia com a autovalorização do militar e convencida da república como resposta revolucionária à reação dos males do Império, em defesa da soberania nacional e a integridade territorial (1986, p. 220). Na atitude de defesa à república e ao governo militar durante a Revolta, os jacobinos se opõem radicalmente aos revoltosos e seus simpatizantes que são vistos como monarquistas e uma ameaça à república. Na medida em que a imprensa de países monárquicos e influentes como Inglaterra e Portugal expressava reservas pela tendência militarista do governo legal e simpatia pelos revoltosos, comparando a "monarquia pacífica" com a "república convulsa" (1986, p. 21-2), os jacobinos se expressam com xenofobia e reafirmam a defesa à nação. O governo de Floriano usará e manipulará a questão da "restauração da monarquia" para fortalecer, assim, o nacionalismo. Durante o confronto, o nacionalismo florianista age com extrema "suspeição estrangeira" (1986, p. 150), o que alimenta um intenso sentimento anti-português que gerou manifestações de rua e atos de agressão contra imigrantes portugueses como, por exemplo, os da importante zona lusitana de comércio no Largo da Carioca, São Francisco e a Rua do Ouvidor (1986, p. 24). Embora não seja reduzida ao português como único estrangeiro, a expressão antilusitana do momento reproduziu a retórica fundacional da Independência, como se viu no ítem 1.3 da dissertação. Nesse aspecto particular, o

nacionalismo brasileiro ao longo do século XIX é um elemento retórico homogêneo e constante em momentos de crise política.

Apesar de os jacobinos serem uma minoria numérica, o conteúdo nacionalista, castrense, antimonarquista e antiportuguês da sua retórica influiu grandemente a favor da posição legalista e ressalta seu caráter excludente em relação com a dissidência e as particularidades dentro da opinião pública (QUEIROZ, 1986, p. 220). O romance retrata os jacobinos à luz desse conteúdo no *habitat* do meio urbano:

> A vida continuava a mesma. Havia grupos parados e moças a passeio; no Café do Rio, uma multidão. Eram os avançados, os "jacobinos", a guarda abnegada da República, os intransigentes, a cujos olhos, a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e a vida alheias eram crimes de lesa-pátria, sintomas de monarquismo criminoso e abdicação desonesta diante do estrangeiro. O estrangeiro era sobretudo português, o que não impedia de haver jornais "jacobiníssimos" redigidos por portugueses da mais bela água (BARRETO, 1984, p. 189).

Como retórica não deixa de ter um valor de idealidade. Ao identificar o inimigo político e social no monarquista e no português, os jacobinos não enxergam o viés econômico da situação em jogo. São vagos na teorização do nacionalismo e na hora de propor um projeto de nação. Nessa situação, não rompem com a ideologia da classe dominante (agrária paulista) e, na falta de projeto, adotam a democracia liberal através da qual esta classe veiculou seu domínio (QUEIROZ, 1986, p. 266).

Ao comparar o fracasso do jacobinismo com o de Policarpo, vê-se claramente a contradição entre retórica e prática, ou seja, entre o ideal projetado e a realidade material. O romance *Triste fim* faz um paralelo de idealismos retóricos ao colocar Policarpo num ambiente onde o jacobino tem razão. A diferença, também clara, é a agressividade e exclusão deste e a ingenuidade romântica e o pacifismo daquele, ambos sustentados na ficção (literatura e ideia) de pátria. O narrador ataca sem hesitação o militarismo positivista do jacobino, deixando o leitor entrever o perigo da retórica ideal do evento histórico para advertir, dentro do evento ficcionalizado, sobre o perigo da posição mais inofensiva possível de Policarpo. Tanto o tenente Fontes, que defende a "elevação moral" do governo de Floriano, quanto Policarpo manejam retóricas fundacionais da nação que orientam sua participação na guerra e estas justificariam os atos de violência e exclusão. Para Fontes, o contraste no uso do idealismo é uma contradição insignificante, pois se trata de entrar na ordem existente e sua lógica excludente, enquanto para Policarpo significa entrar numa crise de consciência insuportável.

Consciente da violência institucional e da impossibilidade de mudança com ideais em mente, o drama de Policarpo direciona o seu destino final. Comentei anteriormente na análise textual das primeiras duas partes do romance que a ingenuidade romântica não fazia dele uma personagem completamente "quixotesca". Policarpo observa e raciocina sobre o mundo que, precisamente, quer mudar. A decepção não é imediata, mas concretiza-se com uma visita de Floriano ao posto comandado por Policarpo. Duvidando, este resolve lhe falar do projeto escrito (o "memorial") que lhe entregara sobre sua reforma agrária, em apoio ao pequeno agricultor brasileiro, quando, já aborrecido, o marechal diz: "Mas, pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?!" Policarpo, "espantado", se explica ainda e o marechal se despede: "Quaresma, você é um visionário..." (BARRETO, 1984, p. 206-7). Depois disso começa a pesar a consciência da personagem:

> Na verdade o major tinha um espinho n'alma. [...] Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance dos seus projetos, que os não examinava sequer, desinteressado daquelas altas cousas de governo como se não o fosse!... [...] *Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos* [...]?
> Pensando assim, havia instantes que lhe vinha *um mortal desespero, uma raiva de si mesmo; mas em seguida considerava: o homem está atrapalhando, não pode agora; mais tarde com certeza ele fará a cousa*... (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 214-5).

A contradição entre ideal e realidade em Policarpo é uma luta entre seu lado ingênuo e seu lado racional. Os momentos de reflexão, relatados pelo narrador, refletem essa oscilação com que começa mas não acaba de "ver" a realidade. Isso é diferente do que ocorre com Policarpo escritor: quando escreve, a personagem marcha em inequívoca determinação idealista, mesmo em transe de decepção.

Mergulhado já na desilusão e aproveitando o ócio no hospital onde é internado por causa de uma ferida leve, Policarpo escreve uma carta, transcrita pelo narrador, à sua irmã, Adelaide, que está no sítio Sossego aguardando ansiosamente notícias suas. O narrador antecipa a carta, explicando a mudança em Policarpo. Lemos: [A carta] tinha de sopetão outro acento; não era mais confiante, entusiástica, traía desânimo, desalento, mesmo desespero" (BARRETO, 1984, p. 230). Ele comenta suas impressões da guerra:

> Que combate, minha filha! Que horror! [...] [U]m combate de trogloditas, uma cousa pré-histórica... Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser [...] *Eu não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados* com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, *a matar, sempre a matar*... Este teu irmão [...] também foi descobrir

> dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Eu matei, minha irmã; eu matei! [...] Não imaginas quanto isto me faz sofrer [...]
> Esta vida é absurda e ilógica; eu já tenho medo de viver, Adelaide. Tenho medo, porque não sabemos para onde vamos, o que faremos amanhã [...]
> O melhor é não agir [..] [I]rei viver na quietude [...] para que [...] não provoque minha ação o aparecimento de energias estranhas à minha vontade [...]
> [T]odo este meu sacrifício tem sido inútil [...] [meus sacrifícios] foram empregados, foram gastos, foram estragados, foram vilipendiados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer...
> Ninguém compreende o que quero [...]; passo por doido, tolo, maníaco e a vida vai se fazendo com a sua brutalidade e fealdade (grifos meus) (BARRETO, 1984, p. 230-2).

Policarpo mostra estar bastante ciente de sua forma de ver as coisas e a "evolução" do homem, mencionada na citação, parece não progredir no Brasil. Como no fim do ciclo agrário, no fim da Revolta sua argumentação é precisa e lúcida na sua descrição e crítica da guerra. Descobre com decepção que a violência inata do homem – ele incluído – não é meio mas fim em si próprio e que isso acaba por corromper qualquer esforço ideal, do que a política real é exemplar. Desmoraliza-o saber-se idealista julgando seus "sacrifícios" pela pátria como inúteis e conclui que a solução, longe da desejada no ideal, é se subtrair a qualquer tentativa ou ação.

A decepção da guerra é total e profunda. Mas, ali ainda não acaba seu destino ou "triste fim". O vôo idealista de Policarpo, embora feito só à sua maneira individual, não é o único; também concorrem, na ficção, as tendências ideológicas da conjuntura política que a Revolta da Armada engendrou, a saber, o jacobinismo radical, o civilismo liberal e, ainda, a nostalgia sebastianista. O fracasso da personagem na participação bélica se insere no embate ideológico, político e, sobretudo, econômico na transição da monarquia para a república. A retórica nacionalista, da qual Policarpo é a versão utópica anômala, é a tela por trás da qual o projeto modernizador mostra seu lado destruidor e sangrento.

1.4.3 **O militarismo em *Este país***

Vejamos agora a decepção da guerra do venezuelano Gonzalo Ruiseñol em *Este país*. Começo por algumas considerações extratextuais. Como dito acima, a identificação da histórica Revolución Libertadora na revolução ficcionalizada no romance não é explícita, mas há razões para fazê-lo. A primeira é que o nono capítulo do livro, intitulado com o sobrenome da personagem, "Ruiseñol", é publicado na revista cultural capitalina *El cojo ilustrado* em 1901, no ano em que a Revolución eclode. A edição explica que se trata de um romance

inédito, mas não há como conferir que a versão fosse completa ou, pelo menos, a mesma que foi publicada em periódico em 1916, quinze anos depois, ou em livro em 1920, dezenove anos depois. Mesmo que o texto completo estivesse pronto em 1901, incluindo as passagens de guerra, especulo que os acontecimentos vividos durante o levante em questão, e os que vieram depois, afetaram em algum grau "significativo" o desenho e a representação dessas passagens. Outra razão é a narração das alianças regionais e as estratégias de guerra que coincidem com importantes detalhes históricos, porém, é preciso admitir que alguns deles poderiam ser identificados com as guerras da década anterior. Por fim, este último dado é somado à significação historiográfica inequívoca entre os historiadores de que essa guerra encerrou o ciclo dos caudilhos na Venezuela, o que, como se verá, é a forma política que atravessa o romance.

A observação da conjuntura política do momento oferece um ponto de partida para frisar a tensão política com que se relacionam as passagens textuais de guerra em *Este país*. Os atores em conflito na Revolución Libertadora se diferenciam em termos políticos, mais do que nos econômicos, mas não de modo menos importante. Liderada por Manuel Antonio Matos, banqueiro com título de general, contra o governo do presidente Cipriano Castro, a insurreição constitui o mais significativo grupo de caudilhos de todo o território nacional durante o século XIX (CABALLERO, 2010, p. 282).

Matos representa, em primeiro lugar, o setor econômico do país, tendo sido a figura central na fundação do sistema bancário venezuelano durante e além das presidências de Antonio Guzmán Blanco (1870-77, 1879-84, 1886-1888), que fora apelidado de Ilustre Americano por ser considerado o modernizador da Venezuela e o criador do chamado "liberalismo amarillo", ou amarelo, que praticamente extinguiu o conservadorismo e predominou até 1899, quando Castro chega ao poder[33]. Entre dezembro de 1901 e julho de 1903, Matos e os caudilhos tentam derrubar, sem sucesso, o presidente Cipriano Castro,

[33] Matos também participou da vida política do país. Além de estar casado com uma parente de Guzmán Blanco, que fazia parte do círculo íntimo deste, como principal banqueiro da nação, ele foi um apoio fundamental dentro das diretrizes econômicas do governo. Depois de o Ilustre Americano deixar a presidência, ele se postula como candidato presidencial sem o consentimento daquele em 1888, que perde, frente ao candidato oficial de Guzmán. Por períodos curtos e precisos de crise política pós-Guzmán, ele é várias vezes chamado a ser ministro da fazenda para endireitar as contas do governo: em 1892 no governo de Andueza Palacio (dois meses), em 1895 de Joquín Crespo (cinco meses), em 1898 de Ignacio Andrade (até a sua derrocada em meados de 1899). Em 1900, foi sugerido, sem sucesso, para ministro da fazenda de Castro. É de interesse destacar que antes de ser ministro de Crespo, Matos conspirou contra o governo, o qual o advertiu e convenceu de aliar-se a ele. Por fim, anos depois da Revolución Libertadora, em 1911 ele é o ministro do exterior do ditador Juan Vicente Gómez (QUINTERO, 1995, 16-28; CARRERO, 2010, p. 279).

general e político liberal proveniente dos Andes venezuelanos, região de importância agropecuária.

Matos e Castro são praticantes distintos do legado de Guzmán Blanco, mas o que torna os dois liberais inimigos é um desacordo orçamentário contingente. Lembremos que Castro mesmo chega ao poder por via de uma revolução, a Revolución Liberal Restaudora de 1899, que deixa o Tesouro nacional numa situação precária. O impasse se origina na negativa dos banqueiros, com Matos como intermediário, de dar outro empréstimo mais ao governo de Castro que não conseguia pagar as dívidas após esta guerra. Castro, num lance autoritário e despótico, manda-os prender (QUINTERO, 1995, p. 21; CARRERO; 2010, p. 280). Porém, a contingência econômica é só parte do problema maior que é político.

O projeto de centralização política e controle militar de Castro ameaça a ordem liberal amarela do sistema tripé de conveniência entre o governo central, o setor financeiro-comercial e os caudilhos regionais (QUINTERO, 1995, p. 3, 21). Implantado pelo Ilustre Americano, o velho sistema mantinha uma relativa, embora precária, estabilidade nacional repartindo o poder com os caudilhos e com banqueiros e comerciantes, de forma que:

> Os caudilhos conservavam uma significativa margem de ação local, preservando muitas de suas prerrogativas e influências de caráter regional e Guzmán recebe o reconhecimento e apoio como cabeça do Estado e chefe do poder central [...] [enquanto a] associação entre o Estado e o setor comercial [tem] o fim de normar, controlar, estabilizar e incrementar os ingressos fiscais [...] [e o setor comercial] se compromete a entregar ao governo os pagamentos adiantados necessários para seu funcionamento tomando como garantia os ingressos alfandegários[34] (QUINTERO, 1995, p. 2).

No federalismo liberal amarelo, o chefe central controla o fator bélico reconhecendo a autonomia regional de cada caudilho, fazendo-lhes favores e dando-lhes gratificações, para receber, em troca, o reconhecimento como chefe central. A fórmula não deixa de ter um viés centralizador, mas é politicamente flexível, dado que consegue pactuar com o reduto conservador em dois estados andinos[35]. Porém, a partir de 1888, quando o supracaudilho[36] Guzmán Blanco termina seu último período presidencial, as distintas facções do liberal

[34] [L]os caudillos conservan un significativo margen de acción local, preservando muchas de sus prerrogativas e influencias de carácter regional y Guzmán recibe el reconocimiento y el apoyo como cabeza del Estado y jefe del poder central […] [enquanto a] asociación entre el Estado y el sector comercial [tem] el fin de normar, controlar, estabilizar e incrementar los ingresos fiscales […] [e o setor comercial] se compromete a entregar al gobierno los adelantos necesarios para su funcionamiento tomando como garantía los ingresos aduanales.

[35] Trata-se dos estados de Mérida e Trujillo sob o mando do caudilho conservador Juan Bautista Araujo (CARRERO, 2010, p. 79).

[36] Em função da mudança política em questão, chamo de "supracaudilho" ao chefe que comanda os caudilhos regionais (sistema federalista "amarelo") e "supercaudilho" ao chefe que elimina os caudilhos regionais para ficar como única figura de poder (sistema centralizador "restaurador").

amarelismo[37] entram em conflito pela obtenção e manutenção do poder e, especificamente, pela reforma constitucional da reeleição. A partir da revolução de Castro, o liberalismo restaurador acabará com esse velho esquema político, embora deixando intacta a estrutura econômica e apesar dos impasses contingentes, imprimindo na retórica um renovado cunho nacionalista.

Na sua chegada triunfal em Caracas, o andino é recebido pessoalmente pelo próprio Matos (QUINTERO, 1995, p. 21) e conta com o apoio político de todos os setores do liberalismo – com a exceção, é claro, do andredismo ou oficialismo derrubado. Para conseguir seu objetivo, aliou-se com a velha ordem de caudilhos que, logo depois de ver sua quota de poder regional retirada e substituída pelos políticos escolhidos pessoalmente por Castro, se alça contra ele (CARRERO, 2010, p. 252-3, 282). Obtendo o poder por via da insurreição contra o governo constituído, ele é legitimado pela constituinte e as eleições de 1901 que centralizam o poder presidencial, ou melhor, personificam o poder no presidente. Com a vitória do governo restaurador sobre a Revolución Libertadora em 1903, Castro desestrutura o "caudillaje" oitocentista, desarma as regiões do país e inicia o processo de formação do exército nacional, regular e bem equipado de maneira a criar um novo Estado e regime institucional (CABALLERO, 1989, p. 16-7; QUINTERO, 1989, p. 89), que reprimisse qualquer tentativa desestabilizadora em qualquer parte do território a partir do quartel central capitalino e garantisse, finalmente, a estabilidade política e econômica que o país nunca tinha visto desde a Independência.

Na verdade, a Revolución Libertadora sucedeu várias insurreições de caudilhos desde o início da administração de Castro; literalmente no dia seguinte começaram as revoltas e estas só acabam com o fim da Libertadora. Por outro lado, é impossível falar sobre os levantes e a Revolución sem uma palavra sobre o bloqueio marítimo que, entre dezembro de 1902 e março de 1903, ou seja, em meio da revolução, Alemanha e Inglaterra impuseram ao litoral e portos venezuelanos com o consentimento diplomático do jovem império dos Estados Unidos. Na realidade, as revoltas e o bloqueio estão interligados.

Desde os tempos da guerra de Independência, a Venezuela mantinha dívidas cujo pagamento foi interrompido por Castro a partir de 1900, sempre que o gasto nacional em

[37] Principalmente o guzmancista, o nacionalista e o andino e as correspondentes feições personalistas, a saber, o anduecismo ou continuísmo de Andueza Palacio, o crespismo do general Joaquín Crespo, o mochismo de José Manuel "El Mocho" Hernández, o andradismo de Ignacio Andrade e o restaurador de Cipriano Castro, todas elas tendências políticas concorrentes do poder político, não tanto na orientação econômica.

defesa pesasse sobremaneira no orçamento e nas receitas. Os investidores estadunidenses (em particular no asfalto) e europeus no país pressionaram suas missões diplomáticas diante da instabilidade legal e comercial, as quais começam a se incomodar com o teor militar do governo e seu descumprimento de compromissos financeiros. Nesse contexto de tensões econômicas nacionais e, agora, internacionais, Matos obtém financiamento e apoio logístico de empresas estadunidenses e inglesas para lançar sua Revolución (QUINTERO, 2010, p. 23). Castro capitaliza a tensão a seu favor através de uma campanha nacional contra os traidores da pátria e os "invasores" estrangeiros, avivando um nacionalismo marcado pela retórica fundacional (estudada acima) que contou, com efeito, com a adesão do setor econômico (CARRERO, 2010, p. 319-20).

Contudo, se Castro vence os insurrectos em 1903 e liquida o sistema central-federal do liberalismo amarelo, o viés nacionalista do seu projeto centralizador-militar finalmente fracassará diante da pressão do fator externo, como quis Matos. Na ausência do presidente Castro do país por causa de doença, o general andino Juan Vicente Gómez, seu vice presidente, dá um golpe de estado em 1908, com o qual um novo tipo de ditador "de ferro" e impessoal – diferente do personalismo presidencial de Guzmán Blanco e do personalismo ditatorial de Castro – abriu o regime instalado por este ao capital internacional, dando assim a razão às contingências econômicas e diretrizes políticas que tinham animado o "Jefe Supremo" (Chefe Supremo) da Revolución Libertadora.

Essa desestruturação do sistema amarelo é a "forma" de cultura política que dialoga com a tensão simbólica em *Este país* durante momentos-chave da guerra ficcionalizada. Nessa terceira e última parte da estrutura do romance, o drama de Gonzalo é contrastado pelo narrador com outras personagens, em especial com Paulo Guarimba, assim ilustrando a "forma" narrativa de sua decepção e seu fracasso definitivo como alternativa idealista viável.

A descrição da guerra, desde o início, marca o conflito entre as duas grandes figuras, o "General en Jefe" (General em Chefe), presidente do governo, e o "Jefe Supremo" da revolução fictícia. No momento em que a narração entra na batalha, os revolucionários parecem levar vantagem, porém, o narrador destaca a visão que o governo tem de si contrastada com a dos insurgentes:

> Sus tropas regulares, diseminadas y diezmadas, se batían con valor y denuedo, a pesar del número avasallador de las [tropas] enemigas y de su falta de opinión. Había sufrido mil reveses, pero conservaba íntegra su unidad y la entereza de su caudillo. A pesar de estar asediado por todas partes contaba con elementos de guerra y medios rápidos para transportarlos. *Obraba como amo en su casa y la revolución como un*

> *intruso*. La lentitud de los movimientos revolucionarios en la movilización de un gran ejército heterogéneo, le daba tiempo a prepararse para la batalla que decidiría la suerte de los contendores. Como se veía obligada a mantener soldados en muchas partes, sólo podía enfrentarse al enemigo con reducido número de tropas, pero escogió los cuerpos más aguerridos y la oficialidad más experimentada[38] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 264).

O comando está centrado no "caudillo", as "tropas regulares" estão bem armadas e são logo mobilizadas taticamente no território nacional inteiro e não numa região só. O moderno exército nacional se sente "amo em sua casa" onde quer que vá, apesar de suas limitações, baixas e retrocessos. Ao contrario, as tropas "revolucionárias" são maiores em número porque constituem "um grande exército heterogêneo", produto da soma de vários grupos com chefes próprios que, então, nivelam suas diferenças na causa comum e na obediência a um líder principal. A natureza estrutural diversa do comando "central" revolucionário atrasa seus movimentos táticos, tornando-o vulneráveis. A distinção entre a tropa regular e a irregular não será só substantiva na hora de considerar a decepção do idealismo ou a ascensão-queda do destino das personagens; ela é tanto uma dica textual de identificação de uma guerra típica, quanto também indicativa da forma histórica com a qual o texto "conversa", bem como uma demonstração da mencionada consideração extratextual[39].

Um parêntese a esse respeito. Lembremos que em 1901 é publicado um capítulo do romance em revista. Seria demasiadamente improvável que, a menos de dois anos do mandato de Castro e ainda sem ter eclodido a Revolución Libertadora, Urbaneja Achelpohl estivesse escrevendo uma cena de guerra com características históricas em pleno nascimento que só começaram a se consolidar a partir de 1903. É bastante provável que o autor tivesse refletido sobre isto nos anos que passaram até 1916, quando publica o romance completo pela primeira vez. Especulo que o autor não tivesse interesse em repetir a até então tradição literária do tema do caudilhismo clássico, enquanto observava e interpretava a novidade da restauração liberal castrista.

---

[38] Suas tropas regulares, disseminadas e dizimadas, se batiam com valor e denodo, apesar do número avassalador das [tropas] inimigas e sua falta de opinião. Havia sofrido mil revezes, mas conservava íntegra sua unidade e a inteireza do seu caudilho. Apesar de estar assediado por toda parte contava com elementos de guerra e meios rápidos para transportá-los. *Atuava como amo em sua própria casa e a revolução como um intruso*. A lentidão dos movimentos revolucionários na mobilização de um grande exército heterogêneo, dava-lhe tempo para preparar-se para a batalha que decidiria a sorte dos concorrentes. Como se via obrigada a manter soldados em muitos lugares, só podia enfrentar o inimigo com reduzido número de tropas, mas escolheu os corpos mais aguerridos e a oficialidade mais experimentada (grifos meus).

[39] Em rigor, as descrições da citação acima coincidem exatamente com a circunstância da Revolución Libertadora, embora não haja menção explícita a ela no texto.

Contudo, o que interessa não é só a tipicidade da guerra como repetição histórica à maneira venezuelana – o que por isso só já seria interessante, mas a forma particular da guerra e a conjuntura que delineia: precisamente, o fim dos caudilhos regionais armados e do supracaudilho federal amarelo, por um lado, e por outro, o início do supercaudilhismo centralizador de forma militarista para, dessa maneira, denotar mais um mal, o último e novo, para o progresso da nação. Penso que essa é a implicação do esforço do narrador em diferenciar o "dono de casa" do "intruso".

Do mesmo modo, a caracterização que o narrador faz de cada general em chefe demonstra a distinção entre forças em luta, ou seja, entre modelos de poder personalista. Porém, o plano do narrador não fica no óbvio. Não focaliza a oposição natural entre o chefe oficial e o revolucionário – o que é patente –, mas entre o chefe revolucionário, que não é nomeado, e um dos seus generais, referido como "o velho García". O narrador avaliará esses dois militares revolucionários de alta patente; e também Gonzalo, feito general por influência, entra no jogo de contrastes. Começo pelos chefes.

Tanto o chefe máximo quanto seu chefe de divisão possuem qualidades valiosas e limitações individuais. Este tem virtudes militares que aquele não tem. O que os diferencia é a "indecisão" de García diante da "decisão" do chefe supremo. Daí o nome do capítulo XVII: "La decisión" (A decisão). Lemos:

> El viejo general *García fue de los últimos en incorporarse* a las reiteradas y terminantes órdenes del Jefe Supremo [da revolução]. […] Era por excelencia un organizador. *Su oficialidad era brillante y no seguía a nadie más que a él, a quien miraba como ídolo*. Los soldados tenían plena y ciega confianza en sus determinaciones. […] Fusilaba a un hombre sin alterarse, persuadido de lo irremediable de su dictamen. *A su paso los soldados se cuadraban militarmente*, como si fueran de una sola pieza, y a su voz se arrojaban decididos e impetuosos. […] *Al verlo, viejo y marcial, revisar las filas se pensaba en grandes batallas regulares. Era el único caudillo a quien rodeara un verdadero ambiente militar.* Si como soldado fuera digno de combatir al lado de *Sucre en Ayacucho*, como político no se le conoció sino un defecto que había dado traste con sus aspiraciones: *su indecisión. Hombre frío y calculador, en el campo de batalla era un hábil y temible ajedrecista, pero aquellas mismas virtudes guerreras le fueron siempre contraproducentes en política, en nuestra política ajena a todo cálculo y orientación determinada, alardeadora de un maquiavelismo falso y candoroso*. Cuando García llegó al cuartel general, al jefe supremo rodeaban núcleos compactos y fieles que afeaban su conducta, y, *aquel que pudo imponer su voluntad* [o general García], *por la pericia de su arte y lo aguerrido de su ejército, vino a ser un simple jefe divisionario, a quien se veía con desconfianza*[40] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 258-9).

[40] O velho general *García foi dos últimos a integrar-se* às reiteradas e terminantes ordens do Chefe Supremo [da revolução]. [...] Ele era por excelência um organizador. *Sua oficialidade era brilhante e não seguia a ninguém mais que a ele, a quem olhava como ídolo.* Os soldados tinham plena e cega confiança em suas determinações.

O profissionalismo de García o iguala a um chefe de forças "regulares" e há de se notar que o narrador o chama de "caudillo" (caudilho), diferenciando-se arte militar de desordem armada. Não obstante, as virtudes "militares" do cálculo estratégico e o rigor da disciplina são "contraproducentes" no contexto de uma política desprovida de estabilidade. Ao mesmo tempo que o narrador o considera digno de haver podido lutar sob o comando de um grande prócer da Independência (o marechal Antonio José de Sucre, mão direita armada de Bolívar), também é pontual na qualificação da indeterminação da política como "venezuelana", dessa maneira contrastando, a propósito de García, uma figura histórica, parte da retórica fundacional com a realidade caótica da política nacional. Brilhante no campo de batalha e na disciplina do seu batalhão, García não soube se incorporar na revolução "a tempo", de forma a segurar uma posição influente que, aliás, não conseguiria, dada a influência caudilhesca que cerca o "Jefe Supremo" da revolução. O militar mais qualificado fica, nessa situação, como um "simple jefe divisionario", o que sublinha na narração a tensão social não só do grupo armado rebelde, mas em geral, e especificamente, entre a dimensão ideal da arte militar de guerra e a prática medíocre que a tipifica. Contudo, a ênfase do narrador não recai sobre o idealismo bélico de García, mas sobre a dimensão psicológica e individual da personagem: sua indecisão. As virtudes viram defeitos quando contextualizadas na terra nacional e em sua especificidade venezuelana, dominada por virtudes pouco ideais que exigem indivíduos ou, em termos naturalistas, organismos fortes de melhor adaptação ao meio local. Tal como aconteceu com o fracasso agrário de Gonzalo, anteriormente analisado, agora o próprio narrador explicita a semelhança entre ambos. Dessa forma, o destinado a fracassar não é só Gonzalo, embora seu caso se destaque especialmente, mas a revolução toda. Lemos:

> Desde su juventud [García] soñaba con la Presidencia de la República y se le escapó siempre, porque, en el fondo, *su alma estaba llena de vacilaciones, como la del mismo Gonzalo Ruiseñol. Fusilaba hombres y daba batallas como éste roturaba tierras y regaba semillas. Todo consistía en una inversión de oficio y nada más.* En

---

[...] Fuzilava um homem sem alterar-se, persuadido do irremediável do seu ditame. *Ao seu passo os soldados faziam a formação militar*, como se fossem uma só peça, e à sua voz se jogavam decididos e impetuosos. [...] *Ao vê-lo, velho e marcial, revisar as filas, pensava-se em grandes batalhas regulares. Era o único caudilho envolvido por um verdadeiro ambiente militar.* Se como soldado foi digno de combater ao lado de *Sucre em Ayacucho*, como político só foi conhecido por um defeito que atrapalhava suas aspirações: *sua indecisão. Homem frio e calculista, no campo de batalha era um hábil e temível jogador de xadrez, mas aquelas mesmas virtudes guerreiras lhe foram sempre contraproducentes na política, na nossa política alheia a todo cálculo e orientação determinada, orgulhosa de um maquiavelismo falso e candoroso.* Quando García chegou ao quartel geral, à volta do chefe supremo havia núcleos compactos e fieis que tornavam feia sua conduta e, aquele que conseguiu impor sua vontade [o general García], pela perícia de sua arte e o caráter aguerrido de seu exército, veio a ser um simples chefe divisionário, que se via com desconfiança (grifos meus).

> aquella campaña, ¡cuántas cosas maravillosas llevó a cabo aquel hombre! Formó ejércitos de la nada; venció al enemigo sin los elementos necesarios y atrajo hacia sí gran parte de la opinión pública, y *a la hora de imponerse ¡era todavía un simple jefe de división! Fracasado el ensueño, ahogaba su ambición, temeroso de que se trasluciera*[41] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 261).

O paralelismo entre García e Gonzalo sublinha o parâmetro individual e psicológico do fracasso. Apesar dos esforços de sua carreira guerreira, aquele não recolhe os "frutos" desejados. São feições distintas de idealismo em graus diferentes que vão de encontro à realidade caótica e imprevisível da vida nacional. Ciência agronôma ou arte militar, o potencial idealista se decepciona com a prática profissional, dado que as personagens, como indivíduos ou "organismos", não estão aptas para a compreensão e superação dos problemas da terra local ou guerra interna. O questionamento do narrador, em sintonia naturalista, é em parte existencial: as personagens têm uma profissão cujo significado nacional não conseguem decodificar por causa tanto do idealismo incompatível quanto da fraqueza de sua psique, o que os exclui do sistema.

Porém, o idealismo e a individualidade de ambos fracassa por razões distintas e devem, portanto, ser relativizados no plano da narração. A presença de Gonzalo na guerra marca uma diferença de classe social da qual se extrai o efeito contraditório entre ideal e prática. O próprio García é que faz a análise de Gonzalo:

> Ruiseñol por su parte, no había sabido captarse la estimación del General: *demasiado ideológico*, el viejo García prescindía de él, *por soñador e impresionable. Era un ser extravagante. A sus ojos, aquella sensibilidad y exquisitez, aquel opinar vehemente, aquellos arrestos caballerescos y nobles, parecíanle cosas teatrales, cómicas. No era un hombre.* […] [C]reía ver en él un niño grande, temido y cándido. […] Lo matarían inútilmente; era un desquiciado por el que tenía que responder a sus amigos en Caracas[42] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 259-260).

Lembrando a situação incomum de um civil servindo de "general" inexperiente, por influência do seu amigo de colégio Urdiles, o sotaque citadino de Gonzalo, sua paixão

---

[41] Desde sua juventude [García] sonhava com a Presidência da República que lhe fugia sempre, porque, no fundo, *sua alma estava cheia de vacilações, como a do próprio Gonzalo Ruiseñol. Fuzilava homens e dava batalhas como este arava as terras e espalhava sementes. Tudo consistia em um investimento de profissão e nada mais.* Naquela campanha, quantas coisas maravilhosas concretizou aquele homem! Organizou exércitos do nada; venceu o inimigo sem os elementos necessários e trouxe para si grande parte da opinião pública, e *na hora de impôr-se, ainda era só um simples chefe de divisão! Fracassado o sonho, afogava sua ambição, temeroso de que isto ficasse evidente* (grifos meus).

[42] Ruiseñol, por sua vez, não tinha conseguido conquistar a estima do General: *demasiadamente ideológico*, o velho García prescindia dele, *por sonhador e impressionável. Era um ser extravagante. A seus olhos, aquela sensibilidade e refinamento, aquele opinar veemente, aqueles surtos cavalheirescos e nobres, pareciam-lhe coisas teatrais, cômicas. Não era um homem.* [...] Acreditava ver nele uma criança grande, temida e cândida. [...] Matariam-no inutilmente; era um maluco pelo que teria de responder a seus amigos em Caracas (grifos meus).

patriótica, seu temperamento "ideológico" e "soñador" produziram um mau resultado diante do caráter militar e rígido do verdadeiro general por mérito, no caso, de origem pobre, o que mostra a tensão entre civil e militar, por um lado, e por outro, entre elite e povo. Como que fora de lugar, Gonzalo não é visto por García como um soldado, mas como uma criança a qual se deve cuidar para evitar riscos. E o risco aqui é tão real quanto a violência da guerra e a morte.

Nessa ordem de contrastes, o narrador continua a descrição do "jefe supremo" da insurgência:

> El jefe supremo, a quien ya adulaban y corrompían las turbas incondicionales de todos los tiempos, ¿qué poseía más que sus camaradas, sino la obediencia de los otros? Por el contrario, faltábanle muchas virtudes de que no andaban escasos los demás jefes. Y era tan pobre hombre como García, sin aquellas condiciones de guerrero del viejo militar; y si se le examinaba bien, se descubría en él un titiritero político, un comediante, armado de palabras huecas y rotundas, y, *si se imponía, era porque poseía una facultad esencial del carácter: la resolución. Aquel hombre se encontraba allí, porque supo decidirse a tiempo. Era pronto y audaz y al valor personal unía el valor guerrero.* Los otros le traían en hombros con su pericia y sus ejércitos. Fuera de aquella situación excepcional, donde le colocaban los acontecimientos, apenas si sería el orador demagogo de su parroquia[43] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 261-2).

Como pessoa, o chefe é comum e até medíocre, mas graças ao caráter de decisão de sua personalidade consegue ser líder de líderes no âmbito militar. Não se trata de uma hierarquia baseada no mérito profissional ou no valor guerreiro propriamente, o que seria mais próximo do caráter de García, mas duma conduta habilidosa de adaptação às circunstâncias que, paradoxalmente, dá aparência de mérito militar a uma pessoa comum e medíocre. A rapidez e "audácia" das decisões, mesmo sem prever o resultado final, determinam o valor profissional e sua aceitação pelo grupo, no caso, dos caudilhos regionais. Daí a teatralidade ("titiritero político" ou titeriteiro político, comediante) apontada pelo narrador e que se reforça, ainda, pela feição caótica da política venezuelana, por ele já indicada, apesar de o chefe contar com caudilhos experientes. Troca-se o teatro de operações de guerra pelo teatro personalista, conhecimento e experiência de estratégia pela

---

[43] O chefe supremo, que já bajulavam e corrompiam as turbas incondicionais de todos os tempos, o quê possuía a mais do que seus camaradas, senão a obediência dos outros? Pelo contrário, faltavam-lhe muitas virtudes que não faltavam aos demais chefes. E era tão pobre homem quanto García, sem aquelas condições de guerreiro do velho militar, e se bem se observasse, descobria-se nele um titeriteiro político, um comediante, armado de palavras ocas e rotundas e, *se ele se impunha, era porque possuía uma faculdade essencial de caráter: a resolução. Aquele homem se encontrava ali porque soube decidir-se a tempo. Era pronto e audaz e ao valor pessoal unia o valor guerreiro*. Os outros lhe traziam nos ombros com sua perícia e seus exércitos. Fora daquela situação excepcional, onde lhe colocavam os acontecimentos, seria só o orador demagogo de sua paróquia (grifos meus).

superficialidade e aparência de estratégia, ou, em uma palavra, contradizem-se, por fim, teoria e prática de guerra.

Esse capítulo do romance, o XVII, se divide entre a descrição do perfil psicológico dos atores da guerra e a imediatez da violência dela. No caso de García e Gonzalo se observam, além disso, seus pareceres "fracassados", mas em todos eles a caracterização psicológica condiciona as decisões, ou sua falta de decisão, no campo de batalha. O narrador oscila entre essas duas estratégias de descrição para predestinar a atuação de cada personagem com relação ao resultado final da guerra.

No capítulo, se dá o episódio definitivo da guerra. Percorramos alguns momentos decisivos. Diante da notícia de que os batalhões governistas avançam em sua direção, as tropas revolucionárias se dividem em dois flancos, a serra íngreme e o sertão circundante da estrada, para cercar, pela vanguarda e retaguarda, a localização do exército no povoado de Lomas Azules. Mas, as tropas de García, que chegam num canavial do sertão muito perto do inimigo, são vistas em flagrante. Contrastam-se, novamente, a decisão e a resposta do governo, liderada pelo seu general em chefe, contra a tática calculada, o sigilo e a expectativa que acabam por sobreexpor os rebeldes.

A narração destaca detalhadamente a violência e a matança da guerra, limitando-se à descrição e sugerindo um clima épico:

> Por pelotones llegaba el ejército revolucionario y entraba en acción. […] El gobierno, con nuevos refuerzos, clareaba las filas enemigas que se formaban bajo sus fuegos. Los pelotones revolucionarios desdoblaban sus fondos impávidos y tomaban posiciones. Durante horas se oyó una sola descarga, cerrada y nutrida: *el traqueteo de las ametralladoras y el zumbar del cañón*. Un clamoreo salía de los campamentos y envolvía el campo de la acción. *Se atacaban con furia, a pie firme, sin ceder*. Atardecía y la refriega continuaba en el mismo estado. Las tropas veteranas del gobierno mantenían a raya al enemigo. No avanzaba, pero rechazaba las cargas impetuosas de la revolución, que se estrellaba contra su disciplina y aguerrimiento. La revolución ordenó un ataque general. Trató de envolver al enemigo y arrebatarle aquellas cumbres, desde donde las ametralladoras mantenían un fuego mortífero[44] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 269-70).

[44] Por batalhões chegava o exército revolucionário e entrava em ação. [...] O governo, com novos reforços, iluminava as filas inimigas que se formavam sob seus fogos. Os batalhões desdobravam seus fundos impávidos e tomavam posições. Durante horas se ouviu uma só descarga, fechada e nutrida: *o som das metralhadoras e o zumbido do canhão*. Um clamor saía dos acampamentos e envolvia o campo da ação. *Atacavam-se com fúria, com pé firme, sem ceder*. Anoitecia e a contenda continuava no mesmo estado. As tropas veteranas do governo mantinham à distância o inimigo. Não avançava, mas repelia as cargas impetuosas da revolução, que se batia contra sua disciplina e caráter guerreiro. A revolução ordenou um ataque geral. Tentou envolver o inimigo e tirá-lo dos cumes, de onde as metralhadoras mantinham um fogo mortífero (grifos meus).

A campanha é sangrenta e mortal, exemplificada pela mecanicidade das metralhadoras semi-automáticas e as baixas de vidas. Durante a batalha há momentos de carga e recuo das forças em confronto. Em um momento dado, García acredita dominar, mas o governo, numa última estratégia, inverte a situação e consegue a vitória. Esse contexto de guerra representa, no romance, um pano de fundo, um limite extremo contra o qual as personagens serão observadas e examinadas. Vejamos como.

Estruturalmente, a guerra é narrada em função do contraste entre dois personagens, Gonzalo Ruiseñol e Paulo Guarimba, cuja oposição está já inserida dentro do parâmetro decisão/indecisão vista nos seus chefes respectivos: Gonzalo associado ao indeciso general García e Paulo ao decidido general em chefe e presidente do governo. De maneira a melhor entender o plano narrativo da ação bélica, explicarei aquele contraste para, então, completar a análise dessa parte da estrutura do romance.

Entre as primeiras cenas do capítulo XII, quando se inicia a guerra, conta-se o recrutamento violento e arbitrário de Paulo Guarimba, peão do sítio Guarimba – que lhe dá sobrenome, que é etnicamente misturado e representa um sujeito popular e marginalizado. A história de Paulo é vertebral, é um protagonista "positivo" do romance que co-protagoniza com Gonzalo pela oposição simétrica dos seus destinos: triunfo versus fracasso. Com efeito, enquanto Gonzalo provém da rica família dos Ruiseñol, formado no estrangeiro, com capital, crédito e recursos para concretizar e financiar suas reformas e empresa agropecuária, Paulo é um simples trabalhador de sítio e, se tem alguma responsabilidade de relevo, é pela seriedade, lealdade e confiabilidade do peão diante do dono, don Modesto Macapo. Note-se que o peão está integrado ao sistema como subalterno, sem sintomas de rebeldia contra o regime de propriedade; é desnecessário dizer que Gonzalo está integrado como herdeiro e proprietário. Simples e honesto, Paulo se apaixona pela filha de Macapo, Josefina, e secretamente começa um platônico namoro que logo se vê interrompido pelo recrutamento de Paulo, diante do qual Josefina, em vista da diferença sócio-econômica entre os dois, lhe pede, dramaticamente, "Paulo, Paulo, hazte general"[45] (URBANEJA, 1997, p. 180).

Gonzalo parece ter tudo para vencer na vida e Paulo só pode sonhar com um amor impossível. Mas a situação se inverte no decorrer do romance, especialmente durante a guerra. Autoexcluído da agricultura pela ruína financeira, impulsionado pela promessa de mais crédito, Gonzalo atende ao chamado de um amigo militante da revolução cuja influência

[45] Paulo, Paulo, faça-se General!

o torna instantaneamente "general", enquanto que Paulo, através do domínio e valentia de caráter, conquista a aceitação do seu superior, o general Mala-Rabia, que o promove, nos capítulos XII e XVII, a sargento, alferes, tenente, coronel e, finalmente, general (URBANEJA, 1997, p. 189, 214, 218, 265 e 284, respectivamente). Do mesmo modo, durante essas cem páginas, a atitude diante da dureza da vida militar e da violência da guerra varia entre Gonzalo e Paulo.

As primeiras experiências de Paulo no exército testam seu caráter. Numa delas, um desertor é preso, sentenciado e castigado. O novo sistema de vida militar se resume ali:

> La sentencia, leída en voz alta, fue ante todo una arenga contra el imprudente, que dejándose llevar del impulso de *libertad y rebeldía –iguales en la conciencia de todos los hombres–*, abandonara las filas; y *en nombre de la disciplina, del honor de la bandera y del santo amor a la causa, se le imponía como castigo, y para ejemplo de los demás, la pena de cien látigos.* El silencio era profundo. […]. La diana comenzó triste. El primer cabo quebró la primera vara y el primer ¡ay! de *aquella iniquidad* encendió el alma de los clarines y el redoblar frenético de los tambores, como si aquellas notas marciales, amadas de los valientes, trataran de *ahogar los lamentos de una víctima irresponsable*, condenada a sufrir aquel vejamen y hasta la misma muerte, *en nombre de unas tantas cosas que no le habían enseñado a amar, ni a respetar los mismos que se levantaban ante él como sus jueces.*
> Gritaba, gritaba desaforadamente el soldado, a cada latigazo que caía sobre sus carnes ya amoratadas[46] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 196).

O exército recruta pessoas aleatoriamente nos povoados para o serviço e, sem pedagogia alguma sobre os princípios patrióticos que justificariam a guerra, castigam-nas até a morte "em nome" desses princípios. Diante da contradição, o narrador mantém distância para descrever as formalidades e reconhecer a legalidade do julgamento (a leitura da sentença e sua execução na forma apropriada), mas salienta a injustiça básica do caso, talvez pela desproporção entre a gravidade do delito (deserção) e o tipo de punição (cem chicotadas mortais). O direito à "liberdade" e a "rebeldia", diz o narrador, são impulsos iguais para todos na consciência; mas estes seriam postos a serviço da "disciplina", da "bandeira" e do "amor à causa" da defesa da pátria se conscientizados também através da pedagogia da missão e dos deveres da pátria, tarefa descumprida ("não lhe tinham ensinando") pela instituição militar

[46] A sentença, lida em voz alta, foi antes de tudo uma arenga contra o imprudente, que deixando-se levar pelo impulso de *liberdade e rebelião –iguais na consciência de todos os homens–,* abandonara as filas; e *em nome da disciplina, da honra da bandeira e do santo amor à causa, impunha-se para ele como castigo, e como exemplo para os outros, a condenação a cem chicotadas.* O silêncio era profundo. [...] A alvorada começou triste. O primeiro cabo deu a primeira chicotada e o primeiro ai! *daquela iniquidade* acendeu a alma dos clarins e o redobrar frenético dos tambores, como se aquelas notas marciais, amadas dos valentes, tentassem *afogar os lamentos de uma vítima irresponsável*, condenada a sofrer aquele vexame e até a morte mesmo, *em nome de umas tantas coisas que não lhe tinham ensinado a amar, nem a respeitar, os mesmos que diante dele se levantavam como seus juízes.* Gritava, gritava desaforadamente o soldado, a cada chicotada que caía sobre suas carnes já arroxeadas (grifos meus).

que defende o Estado, no caso, a república. Mais do que a contradição dos conceitos pátrios que não são praticados pelos seus condutores, o que pesa sobre o narrador, é a desproporção no uso da força, o mesmo que pesa sobre Paulo, que hesita em agir em benefício do réu. Lemos:

> Paulo Guarimba no quitaba los ojos del soldado. A los latigazos que los cabos infligían, [pestañaba] y sus músculos se contraían temblorosos, como si se preparasen a repetir el bárbaro castigo. En tanto el vigor acompañó al soldado, *una cólera sorda roía su corazón. En un arranque se hubiera plantado en medio de aquellos verdugos y libertado a aquel hombre*, como una fiera liberta y [sic] defiende los cachorros. Mas, cuando el soldado comenzó a desmayar y sus gritos de protesta se trocaron en un pugido doloroso e inconsciente, *hubiera arrancado de las manos del cabo Rimales las varas que le quedaban y golpeado él también, hasta agotar la poca vida que aún animaba aquel miserable ser*[47] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 197).

A primeira reação de Paulo é deter a brutalidade com que o soldado é chicoteado. Porém, se controla e o tempo verbal do subjuntivo ("hubiera plantado" [teria colocado], "hubiera arrancado" [teria arrancado]) ilustra a dificuldade de agir de Paulo fora das regras do sistema militar. O que chama a atenção é a solução intencional dele. Vendo o réu em transe de morte, quer substituir o oficial que executa o castigo para ele próprio finalizar com o sentenciado e, assim, "libertá-lo" da tortura. Embora não o concretize dessa vez, Paulo mostra capacidade para decidir e resolver, mesmo que isto implique o uso do meio questionado. Ou seja, ele é capaz de usar a tensão entre os meios e o fim "produtivamente". Dado que ele não está *a priori* preso a um idealismo, Paulo tem o potencial prático de criar soluções para a contradição entre a teoria e a prática, entre o ideal coerente e a realidade caótica. O narrador oferece, pois, uma visão interior de Paulo que o destaca como individuo de caráter forte e prestes, portanto, à vitória[48]. O caso de Gonzalo é o oposto.

No capítulo XVII, páginas antes da batalha final entre tropas regulares e revolucionárias, o narrador explora, por um lado, os pensamentos de Gonzalo sobre a decepção do ideal patriótico desmantelado pela guerra, mas, por outro, faz uma crítica à guerra que obstaculiza o progresso nacional:

> Gonzalo, en medio de los campamentos, andaba aburrido y desilusionado. *Toda aquella matanza teníala por inútil y criminal*. Reinaba en su espíritu un gran

---

[47] Paulo Guarimba não tirava os olhos do soldado. Das chicotadas que os cabos infligiam sobre ele, [pestanejava] e seus músculos se contraiam tremendo, como se se preparassem para repetir o bárbaro castigo. Enquanto o vigor acompanhou o soldado, *uma cólera surda roía seu coração. Em um surto teria-se colocado no meio daqueles verdugos e libertado aquele homem*, como uma fera liberta defende seus filhotes. Mas, quando o soldado começou a desmaiar e seus gritos de protesto se trocaram em um pungido doloroso e inconsciente, *teria arrancado das mãos do cabo Rimales as chicotadas restantes e batido ele próprio também, até esgotar a pouca vida que ainda animava aquele miserável ser* (grifos meus).

[48] Retomarei a questão no ítem 1.6.

> desconsuelo desde que estaba en contacto con el alma bárbara del pueblo. *Parecíale alejado de la civilización.* Sufrido, resignado, valiente y heroico, era una materia prima excelente para forjar en la fragua del tiempo un gran pueblo. Admiraba más que nunca al venezolano y considerábalo hecho para grandes cosas, pero todas tardías. […] De ser el jefe supremo de la revolución, disolvería todo aquel ejército con una sola dulce palabra: ¡paz! Era menester vivir siglos alejados de la guerra. Levantar ocho o diez generaciones en la paz, salvarlas de *la neurosis revolucionaria, que no engendra sino juventudes marchitas y extravagantes, desequilibradas y locas*. Veía como un clarividente el por qué de los fracasos de la patria y ganas le entraban de sentarse a la orilla del camino mientras los otros pasaban alborotadores y risueños al sacrificio inútil, y llorar, llorar a lágrima viva la ruina de sus ensueños patricios[49] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 260-1).

A personagem já não mais vê a guerra como patriótica, mas como ato criminoso de barbárie, "longe" da civilização. A partir do fator psicológico da fraqueza que domina seu agir, desmoralizada totalmente, a personagem enxerga a guerra como o mal principal do país contra o qual propõe a paz. A proposta é válida, mas na boca de Gonzalo é um desejo patético que não resolve o conflito armado. Embora seja lúcido perceber o potencial do venezuelano, ele não enxerga como desenvolvê-lo; todo sacrifício é inútil no contexto do caos "revolucionário" geração após geração. O ato de chorar profusamente, nessa cena, representa, como organismo frágil em crise, a queda do idealismo patriótico de Gonzalo.

Durante a batalha final, no meio de tiroteios e projeteis ameaçadores da vida e das múltiplas baixas aterrorizantes, Gonzalo corre com a sorte de não ser atingido, mas mostra sua incapacidade para batalhar. O quadro é ridículo:

> En medio de aquella granizada, dos ayudantes abrieron los brazos, se desgonzaron sobre las monturas y cayeron. Los caballos, sin jinetes, corrían enloquecidos. *El machazo de Gonzalo Ruiseñol* pasó como una flecha y se embarrancó por un peladero. El viejo García se volvía y dijo al que se encontraba a su lado:
> –¡Ya tumbaron al Doctor!
> Gonzalo, en cuatro patas, se levantaba del suelo, a pocos pasos del general. *El machazo*, espantado, reventó las charnelas aventándolo como un pelele de la silla[50] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 270-1).

---

[49] Gonzalo, no meio dos acampamentos, andava entediado e desiludido. *Toda aquela matança, tinha-a por inútil e criminosa.* Reinava no seu espírito um grande desconsolo a partir do momento em que fraternizava com a alma bárbara do povo. *Parecia-lhe afastada da civilização.* Sofrido, resignado, valente e heróico, [a alma] era uma matéria prima excelente para formar no calor do tempo um grande povo. Admirava mais do que nunca o venezuelano e considerava-o feito para grandes coisas, mas todas tardias. [...] Se tivesse que ser ele o chefe supremo da revolução, dissolveria todo aquele exército com uma só doce palavra: paz! Era mister viver séculos afastados da guerra. Levantar oito ou dez gerações na paz, salvá-las da *neurose revolucionária, que não concebe nada mais que juventudes murchas e extravagantes, desequilibradas e loucas.* Via como um clarividente o porquê dos fracassos da pátria e começava a ter vontade de sentar-se na beira do caminho enquanto os outros continuavam na baderna, risonhos diante do sacrifício inútil, e chorar, chorar à lágrima viva a ruína de seus sonhos patrícios (grifos meus).

[50] No meio daquela granizada, dois ajudantes abriram os braços, se desengonçaram sobre os assentos e caíram. Os cavalos, sem ginetes, corriam enlouquecidos. *O machão do Gonzalo Ruiseñol* passou como uma flecha e caiu por um barranco. O velho García virou e disse a alguém do seu lado: Já atingiram o doutor! Gonzalo, em

Sendo ele um civil sem preparo militar, a narração da atuação de Gonzalo não combina com a seriedade mortal do ambiente. Apelidado duas vezes pelo narrador de "machazo" ou "machão", os atos de "voar como flecha" e cair por um barranco surtem um efeito cômico que ameniza o risco sério de morrer e sublinha o fracasso de Gonzalo na luta armada.

A cena do fracasso se aprofunda mais, depois da vitória do governo, com a referência ao incômodo trivial de Gonzalo pela perda do seu relógio, lembrança do pai e, finalmente, com seu aprisionamento. Paulo, que conhece bem Gonzalo da zona rural onde ambos moram, intervém na captura deste. Embora isso garanta a integridade de Gonzalo no caminho para a prisão, no meio de feridos de morte que se arrastam, este recai num estado de pessimismo:

> En aquella *guerra-muestrario del alma nacional*, [na qual] contribuían hombres de todas las entidades políticas de la agrupación venezolana, [¡]que de arcanos descubrió! […] El alma colectiva no era tal como la concibiera, anhelante de la paz, del trabajo, del orden, con una concepción rudimentaria de la vida, pero sana, en medio de un gran fondo de bondad y de dulzura. Rudo, tosco, primitivo, sin un gran ideal que determinara su existencia en el concierto universal, arrastrábase, todavía con adherencias de barro, a los talones palmípedos. Con gran apego a la guerra, al desorden y a la guachafita [brincadeira]. ¿Sería aquel un estado momentáneo de la conciencia, o el producto de la herencia, de sus factores étnicos[?][…] Viviera siglos, para que el tiempo le descifrara aquella incógnita. Porque no podía convenir en el desastre de la patria, en la inutilidad del sacrificio de los buenos. Y sin querer, el innovador, el luchador de raza forcejeaba en él por asirse siquiera una momentánea y fugaz mentira[51] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, 284),

e conclui:

> ¿Y no acababa de caérsele el alma a pedazos ante aquel desastre y su total desilusión de los hombres que [prometían] salvar la patria? ¿A qué se reducía todo aquello? A una matanza para que se hartaran otros. Los ideales de la revolución estaban muertos; *nunca oyó hablar de ideales, sino de anchetas y gavelas en la cosa pública*. Palabras de odio y venganza mezquinas. Los ideales, ¿dónde estaban los ideales? La idea salvadora de la patria, por la que corrían a sacrificarse en un principio las muchedumbres? ¡Música de palabras! […] ¿Dónde estará el mal? ¿la raicesilla enferma, sino en la conciencia de todos, en la colectividad? Ella era la enemiga de sí misma, no el individuo, ni la agrupación[52] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, 284).

---

quatro "patas" [sic], levantava-se do chão, a poucos passos do general. *O machão*, espantado, quebrou as dobradiças retirando-o como um fantoche do assento (grifos meus).

[51] Naquela *guerra-amostra da alma nacional*, [na qual] contribuíam homens de todas as entidades políticas da agrupação venezuelana, que arcanos descobriu! [...] A alma coletiva não era como a concebera, desejosa da paz, do trabalho, da ordem, com uma concepção rudimentar da vida, mas sã, no meio de um grande fundo de bondade e doçura. Rude, tosco, primitivo, sem um grande ideal que determinasse sua existência no concerto universal, arrastava-se, ainda com aderências de lama, pela palma do calcanhar. Com muito apego à guerra, à desordem e à brincadeira ["guachafita"]. Seria aquele um estado momentâneo da consciência, ou o produto da herança, de seus fatores étnicos? [...] Viveria séculos, para que o tempo decifrasse a incógnita para ele. Porque não conseguia concordar com o desastre da pátria, na inutilidade do sacrifício dos [homens] bons. E sem querer, o inovador, o lutador de raça forcejava dentro de si mesmo por agarrar-se sequer a uma momentânea e fugaz mentira (grifos meus).

[52] E não acabava de cair sua alma em pedaços diante daquele desastre e de sua total desilusão com os homens que [prometiam] salvar a pátria? A que se reduzia tudo aquilo? A uma matança para chatear os outros. Os ideais

A decepção é total e profunda. A violência que acaba de viver não só destrói suas próprias aspirações e ideais, mas ele coletiviza o fracasso entendendo o problema em termos históricos, até étnicos, no esforço inútil de um povo que não é civilizado e nem sequer "primitivo". Um povo assim, como o venezuelano, que não tem ideais (como os dele) só pode estar destinado à desordem, à brincadeira ("guachafita" em espanhol venezuelano) e à guerra. O narrador "deixa" ele expressar suas queixas para assinalar que o problema em questão, contrariamente à personagem, é o seu pessimismo: o mal individual e a doença de classe que explica a situação narrativa na qual ele se encontra. O olhar de Gonzalo, marcado pela visão "criolla" das coisas, é o problema de fundo, segundo o narrador, e a análise da reflexão negativa daquele não contribui para compreender os problemas nacionais e, sim, os da sua individualidade social e econômica que são, eles sim, o obstáculo para o progresso. Por isso, para ele a guerra se revela um mal coletivo sem superação possível.

A intervenção de Paulo para preservar a vida de Gonzalo no final da batalha não é um detalhe gratuito; ele reforça o contraste entre a atuação na ação bélica de ambas as personagens, sempre do ponto de vista da sua aptidão psicológica. Nesse sentido, só algumas linhas depois, o narrador informa o leitor sobre a transformação da psique de Paulo, feito general, iniciando-se para ele uma vida nova em um mundo novo (URBANEJA, 1997, p. 285).

A descrição da guerra tem como filtro subjetivo a psicologia das personagens envolvidas no campo de batalha. Duas linhas são traçadas: a linha de comando e da psicologia dos decididos (o general em chefe ou presidente, o general Mala-Rabia e Paulo) e a linha dos oportunistas ou indecisos (o chefe supremo da revolução, o general García e Gonzalo). Dependendo da personagem e da ação, a narração da guerra oscila entre épica inspiradora e uma inútil decepção. Tal ambivalência do narrador se explica, precisamente, pela escolha do caráter interior da personagem, sempre detalhado com cuidado por aquele. Assim, o caráter forte e decidido de Paulo se destaca na ação bélica tanto quanto sua origem etnicamente misturada, marginalizada e popular, o que é contrastado com o caráter fraco e indeciso de Gonzalo, junto com sua origem "criolla" e proprietária. Paulo consegue se

---

da revolução estavam mortos; *nunca ouviu falar em ideais, mas de bagatelas na coisa pública.* Palavras de ódio e vingança mesquinhas. Os ideais, onde estavam os ideais? A ideia salvadora da pátria, pela qual corriam a sacrificar-se, no princípio, as multidões? Música de palavras! [...] Onde estará o mal? A pequena raiz doente, mas na consciência de todos, na coletividade? Ela era a inimiga de si mesma, não o individuo, nem a agrupação (grifos meus).

adaptar ao meio e buscar a forma de "superá-lo" a partir da genuinidade popular que bem conhece a terra local, guiado apenas pelo ideal do amor, enquanto que os ideais de García e Gonzalo e o oportunismo do chefe revolucionário correspondem, nos primeiros dois, à fraqueza da indecisão e, no último, à degradação social do "criollo", portadora de um mal "orgânico" e fundamentada num idealismo sem sentido e/ou interesse egoísta que acaba desconhecendo a particularidade do nacional.

O apelo à história e aos próceres nacionais nos pensamentos e reflexões apresentadas durante o desenvolvimento da guerra, revelará a natureza ex-colonial dos indecisos, no sentido argumentado no ítem 1.3 da dissertação, o qual parte da retórica fundacional que, por sua vez, constrói o idealismo do nacional em perene adiamento da questão social, quer dizer, da exclusão do sujeito popular marginalizado. Ademais, a mudança política e social que representa Paulo não poderia ser feita por meio da revolução, sempre caótica – como bem explicara Gonzalo e demonstrara García –, mas opera dentro do poder existente e constituído, o que sugere que o narrador escolhe a opção pelo popular. Por isso, o romance "entende" e "conversa" com a interpretação da Revolución Libertadora não só como o fim da era do caudilho, mas também da guerra como meio de negociação na vida e na política da república (CABALLERO, 1989, p.16). Com sujeitos populares como Paulo, o que o romance propõe é fazer a última guerra dos caudilhos, encerrando o ciclo da guerra interna para iniciar, assim, o verdadeiro período de paz, garantido pelo homem forte e popular que estaria em comunhão com as particularidades da terra e do povo para defender uma república política, mas sobretudo socialmente justa, satisfazendo assim a promessa da retórica nacional desde a Independência. Contudo, ali ainda não acaba o destino fracassado de Gonzalo, que desenvolverei no próximo ítem. Mas, nota-se que o jogo de contrastes do romance critica a política conduzida pelo grupo historicamente dominante e, na medida em que a decepção ideológica de Gonzalo se mostra inviável como projeto, também se questiona o projeto de progresso que ele traz consigo: uma modernização orientada pelo olhar ex-colonial baseado na lógica de exclusão do outro ou do marginalizado e popular e na violência e na guerra como formas de imposição na ordem republicana pela elite "criolla".

1.4.4 **Guerra e fracasso**

Recuemos da análise textual para enxergar as personagens Policarpo e Gonzalo como percursos de idealismo fracassado em diálogo com a respectiva referencialidade bélica nacional. Uma frase sobre o procedimento. Entendo a relação entre texto simbólico e contexto histórico, não em termos de representação de um dentro do outro e vice versa, mas como um diálogo entre "formas": num caso, da forma literária narrativa (personagens e ação) e, no outro, da forma de cultura política (militarismo e liberalismo). Essa noção relacional informa a leitura nessa terceira parte da estrutura do romance: a guerra. O primeiro ponto que chama a atenção ao comparar ambas as personagens é o grupo armado em que cada um participa. O segundo aspecto que se destaca é a relação do narrador com as personagens, que oscila entre a pura descrição e um certo grau de afetividade. A reflexão sobre o papel de cada grupo e o ponto de mira do narrador geram um efeito crítico na representação da personagem e salientam o sentido de cada romance. Estas relações vão adquirir sentido pleno quando consideradas sob a luz do destino final das personagens estudadas, no ítem 1.5 da dissertação. Porém, é o momento de formular algumas conclusões parciais a propósito da terceira parte da estrutura do romance onde a guerra esgota o idealismo das personagens que terminam, formalmente, seu percurso fracassado.

A disparidade entre Policarpo e o tenente Fontes apresenta duas versões de idealismo nacionalista, um mais puro, quixotesco e ecumênico, o outro pragmático, opositivo e agressivo. A ideologia nacional de um é romântica, a do outro jacobina e positivista. Ainda, num deles esta ideologia é liberal, mas conservadora, noutro, liberal, mas militarista. A tensão definitiva durante o conflito bélico se dá, de um lado, pela incompatibilidade do idealismo de Policarpo com a prática do improviso e do consentimento na violência criminal por parte da autoridade, e do outro pelo fato de o jacobino positivista integrar ao seu idealismo essa prática contraditória como natural. Isso quer dizer que toda ação é sujeita a uma margem retórica de idealidade, mas dependendo da sua adequação, ou não, dentro da prática política ou "real politik", a ação e o sujeito que a pratica serão incluídos ou excluídos. Embora Policarpo lute lado a lado com os nacionalistas xenófobos, o momento máximo de desencanto dele ocorre no final formal da batalha, quando se dá a recepção negativa por parte de Floriano – pessoa e máxima autoridade política nacional – do projeto romântico escrito de reformismo agrário, que previa o apoio ao agricultor nacional. A exclusão de Policarpo

provém, então, de forças "externas" a ele, e ela é total e completa, dado que provém da máxima autoridade e da guerra, método último de resolução de conflitos.

Em outro plano, a descrição realista funciona em Policarpo como realismo alegórico, porque seu idealismo se manifesta na Revolta como a materialização de um conceito platônico, irrealizável. Nessa conjuntura do conflito, opõem-se dois binômios interligados à maneira "brasileira": a república e a monarquia, por um lado e por outro, o presidencialismo ditatorial de corte militarista e o parlamentarismo federalista de corte civil. O narrador se posiciona radicalmente contra a república "militarista" e seu gesto irônico e ridicularizante retrata como a exclusão da contribuição da visão de mundo de Policarpo serve de força crítica contra a ascensão militarista pós-monarquia e, por oposição, a favor de um modelo civilista que garante a "liberdade" civil e o dissenso, como as passagens citadas demonstram. Embora o narrador enxergue nisso a sobrevivência da herança colonial do latifúndio e do escravismo (durante o ciclo agrário de Policarpo), ele não age de modo igual com relação à facção civilista do grande setor agricultor paulista que depois de Floriano, a partir de Prudente de Morais, hegemonizaria essa "liberdade". O fracasso de Policarpo é projeção e resolução simbólica da ascensão militarista no início da república, mas vai de encontro à sucessão constitucional do militar Floriano ao civil Prudente de Morais que consolida o governo "civilista" caracterizado pela cooptação do militar, afastando assim qualquer governo na Velha República – mesmo presidida por um militar – do "militarismo" que, por exemplo, caracterizara os governos hispano-americanos.

A disparidade entre Gonzalo e o general García também apresenta duas versões de idealismo nacionalista, um letrado, o outro militar. Embora ambos sejam profissionais, a tensão definitiva durante o conflito responde a forças "internas" a essas personagens cujo perfil profissional se nivela narrativamente no fracasso. Eles fracassam junto com a revolução toda, mas a causa não é externa, e sim interna, relativa à psicologia individual que, então, predetermina a falha do "organismo". A tensão assimila de uma só vez a biologia do organismo fraco e a cultura da nova ordem política. Na medida em que os indecisos confiam no velho e caótico sistema dos caudilhos, eles são excluídos da nova ordem centralizadora militar.

O contraste dos indecisos com a decidida cepa de Paulo, é salientada pelo narrador no gesto naturalista que liga de uma só vez a fortaleza orgânica popular e o nacionalismo legal e legítimo do governo constituído. Tal contraste se encaixa no binômio à maneira

"venezuelana" de oficialidade legal e revolução ilegal e, ainda, liberalismo federal amarelo e centralismo militar restaurador. A posição marcadamente entusiástica do narrador chega a enxergar a sobrevivência da herança colonial do latifúndio e da herança liberal amarela do salário rural miserável e da usura financeira (durante o ciclo agrário de Gonzalo). Mas, embora a Revolución ficcionalizada se entenda como o fim do caudilho regional, a "opção popular" de Paulo empenhada pelo narrador é também marcadamente platônica pelo menos em dois sentidos. A origem étnica e social do marginalizado não garante a "superação" da fraqueza (não biológica, mas cultural) do olhar ex-colonial não do sujeito, mas da situação de posse de poder político, o que é representado na transformação psicológica de Paulo de subalterno a superior, por um lado e por outro, na sua posse como ministro.

Além disso, Paulo é uma projeção e resolução simbólica que vai de encontro, penso, à ditadura do general Juan Vicente Gómez (1908-1935) que, embora continue o legado central-militar de Castro, não muda a pauta liberal "criolla" nem abole a herança do "militarismo" da histórica política venezuelana. O fim do caudilho regional e do supracaudilho amarelo em troca do supercaudilho restaurador, gera uma figura muito afastada, por exemplo, do governo "militarista" do brasileiro Hermes da Fonseca que se inicia em 1910. Daí os comentários sobre Lima Barreto como "monarquista", os quais, a rigor, não enxergam com precisão o imperativo "civilista" que o autor via no Império; isto sem mencionar a confusão, nesses comentários, entre narrador e autor.

A interioridade de Gonzalo e a exterioridade de Policarpo como forças excludentes se originam ambas na margem, aqui negativa, de idealidade indiviual e idealismo patriótico contrastado, também negativamente, com a "real politik" bélica. Na medida em que a origem fundacional do ideal sustentado pelas personagens se encontra fora de lugar diante da destruição e morte causadas pela guerra, a retórica fundacional é negada e, por isso, sua promessa, também fundacional, de emancipação social mostra-se descumprida e perpetuamente "adiada". Dessa maneira, o desenho dos romances interliga o fracasso de personagens integradas ao sistema como cidadãos proprietários com a exclusão histórica de sujeitos marginalizados como o índio e o negro na colônia, que junto com os pardos e mestiços ficam de fora os primeiros cem anos de independência até se encerrarem os dias em que a guerra interna constituía uma reposta política válida.

O extremismo da feição do idealismo de Policarpo e Gonzalo, distinto do das outras personagens, é uma estratégia literária de entretenimento (sério) para um público alvo

alfabetizado cujo norte econômico e cultural era a Europa e os Estado Unidos. Para eles, com a ironia cortante de Lima Barreto e a solenidade esperançosa de Urbaneja Achelpohl, dedica-se o projeto pedagógico, "civilizador" e americanista, de mostrar e demonstrar o quão afastada da realidade excludente, destrutiva e dependente estava a celebrada retórica nacional desde os tempos da Independência que, então, precisamente, fazia cem anos. Daí a importância do estudo das personagens, junto ao da ficcionalização do referente histórico, do tratamento da linguagem e do estilo literário sempre historicamente determinados em sua definição e função, que se desenvolverá ao longo do ítem 2 da dissertação.

1.5 REFLEXÃO CARCERÁRIA: A DECEPÇÃO DO SUJEITO EX-COLONIAL

Sendo Policarpo e Gonzalo expostos à violência extrema da guerra republicana, seu idealismo patriótico e qualquer desejo reformista ficam sem sentido e sem lugar. Ou seja, a destruição caótica no conflito armado constituirá o clímax narrativo e a maior instância de exclusão do idealismo patriótico dos personagens, por isso, fracassados. No entanto, a forma da decepção deles é distinta. A forma com que cada personagem chega no cárcere e o destino que sofre, diferencia a forma de exclusão e dissolução do ideal patriótico de cada um.

Depois de derrotada a "Revolución", Gonzalo é preso e colocado na Rotunda, prisão para presos políticos e de guerra localizado no litoral oriental da Venezuela. No cárcere ele também é derrotado, traumatizado pela violência da guerra e decididamente sem possibilidade de obter crédito nem a prorrogação do prazo para recuperar a fazenda. Não obstante, mais importante do que isso, é o fato de que ele está mental e moralmente quebrado. Nesse momento do final do romance, Gonzalo é posto em liberdade graças a Paulo Guarimba – que, como vimos, no início do texto é peão e que, recrutado para lutar pelo governo, de soldado raso ascende a general e, depois da vitória, é promovido a Ministro de Guerra. Ao sair da prisão, o sentimento de fracasso de Gonzalo não diminui. Ao contrário, na forma de um monólogo reflexivo, que inicia no cárcere e continua logo depois que sai, ele examina a nova compreensão sobre a realidade do país:

> El enanismo moral era el rasero común. Toda idea de sacrificio había desaparecido; nadie era capaz de *abogar por el otro*, ni de dar calor a otra cosa que no fuera la lisonja o alguna desastrosa combinación hija del interés y el egoísmo *arriba como abajo*: todo estaba podrido y el único servicio que podía hacerse era precipitar por todos los medios posibles la putrefacción. Y ante la imposibilidad de ese anhelo final,

> lo único que restaba a ciertas almas nobles, era hacerse *indiferentes* al bien y al mal[53] (grifo meu) (URBANEJA, 1997, p. 304).

No final do seu destino narrativo, Gonzalo entende que o ideal da pátria não vale nada frente à realidade do interesse "podre", egoísta e moralmente pobre, presente em toda a hierarquia social. O narrador valoriza o cárcere como "la más objetiva de las escuelas"[54] que serve como: "[E]spejo de imágenes deformes, donde nos miramos y nos miran"[55] (URBANEJA, 1997, p. 305). O cárcere é uma espécie de miniatura intensificada que espelha os males da sociedade em toda a sua extensão e não só o lugar de retenção dos indivíduos à margem da lei e da convenção social. Salienta-se que justo quando Gonzalo passa de preso a libertado, ocorre seu monólogo avaliativo no qual, na situação de réu perdoado, opta pelo silêncio e a indiferença, o que equivale a um "encarceramento" fora do cárcere. Contudo, mais adiante no monólogo, Gonzalo se irrita só de pensar nas suas velhas ideias e insiste na atitude escolhida: "*No aventuraría ni una palabra*, ni se alarmaría por nada; sentiría un pozo de aguas heladas, *indiferente* a cuanto se sucediera, encerrado en el más estrecho egoísmo"[56] (grifo meu) (URBANEJA, 1997, p. 306).

Embora o ideal patriótico se frustre pela reflexão feita na cadeia e a insegurança psicológica inviabilize a concretização do seu ideal, de fato Gonzalo é legalmente perdoado pelo próprio governo contra o qual se sublevou como revolucionário, o que abriria a possibilidade de ele voltar ao campo e, inclusive, aos ideais. Mas se a liberdade pelo perdão flexibiliza a traição do revolucionário, se reforça a perda do idealismo e a conformidade com a banalidade convencional por parte de uma personagem, como se viu, fraco e incapaz de sustentar suas convicções. Assim, o destino de Gonzalo representa a crítica à classe dominante e à hegemonia liberal, mas também à incapacidade para solucionar os entraves da nação por parte daqueles em condições socioeconômicas de fazê-lo, como ele.

---

[53] O nanismo moral era o fator nivelador. Toda ideia de sacrifício tinha desaparecido; ninguém era capaz de *advogar pelo outro*, nem de dar calor a outra coisa que não fosse a lisonja ou alguma desastrosa combinação filha do interesse ou do egoísmo *acima como abaixo*: tudo estava podre e o único serviço que podia ser feito era o de precipitar por todos os meios possíveis a putrefação. E diante da impossibilidade desse desejo final, o único que restava para certas almas nobres, era se tornar *indiferentes* ao bem e ao mal (grifos meus).

[54] A mais objetiva das escolas.

[55] Espelho de imagens disformes, onde nos olhamos e nos olham.

[56] *Não arriscaria nem uma palavra*, nem se alarmaria por nada; sentiria uma poça de águas geladas, *indiferente* a quanto acontecesse, fechado no mais estreito egoísmo (grifos meus).

Contudo, Gonzalo não escapa à tentação do idealismo. Em plena liberdade recuperada, o monólogo de Gonzalo é ademais marcado pela solidão, no caso, com intermitências idealistas:

> [Gonzalo era] [uno] de esos raros seres que para dicha de la humanidad tiene casa solar en el país de la Utopía y que con frecuencia se encuentran *solos*, aún en medio de las muchedumbres, porque viven como repletos de ellos mismos. Para más, esclavos de un yo implacable, fiero, fiscalizador de actos propios y ajenos […] que despertaba al *otro Ruiseñol* y diera traste con todo lo edificado en la paz del archivo, al emprender con más brío la reconstrucción de algún otro hermoso castillo ideal, de algún otro generoso y noble ensueño, por los suyos y para los suyos, cual nunca jamás lo imaginaran 'En este país' [sic][57] (grifo meu) (URBANEJA, 1997, p. 318).

Nomeado arquivista do Ministério de Guerra, Gonzalo fica longe do campo e afastado de qualquer ideal e ação. Na repartição, conta o narrador, ele conseguirá uma espécie de "paz" que caracteriza o ambiente do funcionalismo público onde ele é retratado em solidão, apesar da companhia dos colegas de gabinete ou de uma caminhada anônima na populosa calçada urbana. No entanto, ele é um sujeito dividido, entre conformado e sonhador. Dessa maneira, o destino final mostra que o ideal que só fica na cabeça não tem potencial de transformação; é apenas uma enfermidade que serve somente para reconhecer os obstáculos do progresso. A narração naturalista revela em Gonzalo a mazela autóctone do intelectual ou profissional cuja compreensão da realidade, longe de ajudá-lo a solucionar problemas, o lança numa estéril decepção. Nele, ainda, o aparecimento fugaz de uma nova ideia é apenas sintoma de doença. O paradoxo de Gonzalo, no entanto, é que sua exclusão é totalmente interna na condição de recém libertado.

Em *Triste fim*, a forma de exclusão e o destino de Policarpo contrastam com os de Gonzalo, embora ambos sejam textos republicanos em crise. No final do romance, com a vitória do governo contra os revoltosos, Policarpo é feito carcereiro dos marinheiros presos na Ilha das Enxadas, um dos lugares efetivamente testemunhados pela história. Qualitativamente, no desenrolar da sequência do cárcere Policarpo é o oposto simétrico de Gonzalo, mesmo que na parte final ambos transitam para a decepção e nas últimas páginas se expressem em monólogos de densa solidão. Sem o devido processo, prisioneiros escolhidos arbitrariamente são massacrados clandestinamente na Ilha das Cobras, situação diante da qual

---

[57] [Gonzalo era] um desses raros seres que para felicidade da humanidade tem morada no pais da Utopia e que com frequência se encontram *sós*, ainda que no meio das multidões, porque vivem como que repletos de si mesmos. Além disso, escravos de um "eu" implacável, feroz, fiscalizador de atos próprios e alheios [...] que acordavam *o outro Ruiseñol* que daria problema com todo o edificado na paz da repartição, ao empreender com mais brio a reconstrução de algum formoso castelo ideal, de algum outro generoso e nobre sonho, pelos seus [compatriotas] e para os seus, como nunca jamais o imaginou 'Neste pais' [sic] (grifos meus).

Policarpo não fica indiferente, mas indignado, e não contendo as palavras, escreve uma carta de protesto dirigida à autoridade máxima, escrita sempre em código romântico, onde: "Nada omitiu do seu pensamento; falou clara, franca, nitidamente" (BARRETO, 1984, p. 243). Mesmo tendo lutado para o governo de Peixoto, a carta dissidente o torna imediatamente – ou seja, sem a mediação do devido processo – traidor e então o carcereiro vira encarcerado. Ao fazer um balanço da situação, Policarpo percebe que está desmoralizado e reconhece o fracasso pela decepção obtida com o requerimento do tupi, as iniciativas agrícolas e o combate. Finalmente questiona a própria ideia de pátria num também último monólogo, onde avalia a nova compreensão da sua situação, especificamente, a reação do presidente à sua carta:

> Era de conduta tão irregular e incerta o governo que tudo dele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela.
> O tempo estava de morte, de carnificina: todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência cousa sua, própria, altamente honrosa (BARRETO, 1984, p. 243).

Expressar-se em dissenso conduz Policarpo, que lutou com o governo contra os revoltosos, ao cárcere junto com os sublevados e assim se exclui não só a manifestação verbal de insatisfação, mas sua presença física. Matar, eliminar o outro, constitui a instância de resolução de conflito emblemática da ordem republicana em estréia. Na ausência de tribunal e julgamento, o instrumento de persuasão oficial é a violência física e material contra a oposição ou o diferente, incluída a dissidência interna. Nesse sentido a exclusão de Policarpo não é particular em si; ele é mais um eliminado pelo sistema. Porém, seu raciocínio evidencia a contradição fundamental entre teoria e prática republicana. Policarpo ainda não "entende" as consequências de questionar o poder constituído, mas examina, sim, a base conceptual da ideia de pátria, se interrogando e concluindo:

> Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da crendice dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuaram a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? [...] Pareceu-lhe que essa ideia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições (BARRETO, 1984, p. 244).

A ideia da pátria, se analisarmos o destino fatal e arbitrário da personagem idealista, se reduz a reproduzir um anacronismo persistente no presente que marca o caráter colonialista dos antigos, da Europa e, no caso, da América Latina governada pelos interesses da elite – precisamente, colonialista e com um "eurocentrismo autóctone", se couber a expressão – baseado nas ideias antigas da organização grega e o imperialismo romano. A

elite dos americanos hispânicos e lusitanos do século XIX independentista, na "reinvenção" de "sua" América, se separa politicamente e a todo custo da Espanha e de Portugal, mas conservando valores eurocêntricos, como argumenta Mary Louise Pratt (p. 111). São valores que provinham não só das mães pátrias agora rejeitadas, mas da concorrência colonizadora entre elas, articulados nas expansões "decimonônicas" do capitalismo expansionista da Inglaterra e do republicanismo burguês da França. Valorizado o brasileiro em detrimento do estrangeiro, o conceito de base, a ideia de pátria, seria então uma armadilha, a estratégia de dominação estrangeira inculcada inconscientemente no sujeito nacional, que a faz sua, esquecendo aquela estratégia de dominação. Policarpo enxerga afinal mas parcialmente que a pátria regride na forma "fetíchica" – o termo é do autor – republicana ficcionalizada a partir da Primeira República. Além da exclusão violenta que sofre Policarpo, a narração complementa, junto com a vida toda dedicada ao estudo e à idealização da pátria, por fim, como com Gonzalo, a solidão e a utopia que caracterizam esse tipo de cidadão idealista.

Em *Este país*, Gonzalo também tem ocasião de questionar o fundamento da ideia de pátria. Na cena em que encontra com Urdiles, antigo colega de Faculdade que o convida a unir-se à revolução, este expressa surpressa diante da notícia da sua bancarrota, e Gonzalo explica que sua ruína financeira e profissional se deve, precisamente, às "ideias" e "sonhos" herdados da tradição das gerações das camadas altas. É o momento em que Gonzalo fala:

> Precisamente, por eso estoy arruinado; porque tengo por detrás doscientos años; porque soy raíz en la tierra movediza. Porque tengo en mí y llevo conmigo las aspiraciones y los ensueños de mis abuelos. Soy de aquella cepa vieja que si no hizo grandes cosas, por lo menos alentó grandes ideas. Esas ideas y esos sueños heredados me han empujado a la ruina, como arruinan a los árboles las grandes enredaderas[58] (URBANEJA, 1997, p. 234).

A análise no desespero enxerga a longa tradição da classe dos proprietários que, projetando as "aspirações" e os "sonhos" do progresso, só conseguem a ruína, aprofundando a brecha entre teoria e práxis do nacionalismo "criollo". A "raiz" do passado, das gerações passadas, se mostra como um anacronismo presente, uma vez que é comprovada sua falácia. Dois capítulos depois, durante a guerra, Gonzalo reflete com desânimo sobre a violência bélica e exerga bem sua condição de sujeito ex-colonial:

> En el fondo, él no era sino un *barnizado*; lo único que lo diferenciaba de los demás, era la inquietud del espíritu y *su barniz de civilizado*. Y en el fondo, esas eran cosas

[58] Precisamente, por isso estou arruinado; porque tenho por trás duzentos anos; porque sou raiz na terra movediça. Porque tenho em mim e levo comigo as aspirações e os sonhos dos meus avós. Sou daquela cepa velha a qual se não fez grandes coisas, pelo menos alentou grandes ideias. Essas ideias e esses sonhos herdados me levaram à ruína, como arruínam as árvores as grandes trepadeiras.

> secundarias; en el fondo, era un hermano, un hermano mayor, consciente de los dolores y amarguras íntimas, del desastre del hogar paterno y que veía a su derredor, el desastre[59] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 261).

No "fundo", Gonzalo se reconhece como sujeito "envernizado" de "civilização", único traço que o diferencia dos seus compatriotas. A "consciência" do projeto da fundação nacional seria um fator que modifica a aparência do sujeito que, no caso, pela sua fragilidade, constitui essa sua raiz que não é sólida e forte o suficiente para superar a guerra como forma incivilizada de negociação política.

Assim, os romances de Lima Barreto e de Urbaneja Achelpohl revelam a república liberal como um esquema de violência por mérito próprio através da exclusão do reformismo, idealismo e patriotismo de sujeitos em princípio integrados à sociedade. Ao mesmo tempo, as obras representam, porém, as decepções sofridas como prova da inviabilidade de reformismos idealistas de cidadãos, como foi dito, provenientes das camadas estabelecidas que partilham os valores hegemônicos das elites americanas que os excluem ou fazem se auto-excluir, como é o caso de Policarpo e Gonzalo. A diferença interior e exterior nem sempre nítida da exclusão e a oposição qualitativa no destino dos personagens sublinham o funcionamento da república-de-fato contrária à república-pátria ideal e da abstração retórica oficial contrária ao interesse real, individual e egoísta. Além disso, os fracassos das personagens representam de maneira crítica, no sentido que venho desenvolvendo, a exclusão feita pelas repúblicas americanas independentes em situação ex-colonial ou pós-colonial no plano histórico-político, herdeiras de mentalidades colonialistas e do regime latifundiário. Embora Policarpo e Gonzalo projetem soluções a problemas práticos e técnicos da produção agrícola para o bem de todos, como sujeitos com consciência nacional eles intuem vagamente mas não articulam propriamente como é que o regime de propriedade excludente é parte da base desses problemas do meio rural e do sistema político. Penso que a estratégia crítica das obras é sutil nesse sentido: ambas sugerem que os questionamientos e reformismos prático-técnicos das personagens não são vias de transformação de impacto porque o problema é sistêmico. Com as reivindicações teóricas da cidadania na chegada do republicanismo, o interesse partidarista banalizado e a desconfiança cultural com o diferente ou o outro – como o índio e o negro na colônia ou o patriota idealista na república – fazem reproduzir

[59] No fundo, ele não era nada mais que um *envernizado*; a única coisa que o diferenciava dos outros, era a inquietação do espírito e *o seu verniz de civilizado*. E no fundo, essas eram coisas secundárias; no fundo, ele era um irmão, um irmão mais velho, consciente das dores e amarguras íntimas, do desastre do lar paterno e do que via a seu redor, o desastre (grifos meus).

constantemente as formas de exclusão extremas e brutais, reitero, seja no plano externo ou interno, inseridas, como se verá, na visão ocidental de sociedade.

Dessa maneira, a função dos fracassos das personagens-cidadãos Policarpo e Gonzalo não é só a de crítica ao discurso idealista e utópico que não se adapta à política real, mas a de denúncia do sistema republicano desvirtuado pela luta da elite bipartidarista da cidade reproduzida no campo e na guerra. Através desses fracassos também se constitui, como mostrei, um "outro" político que, mesmo pertencendo à ordem existente, é reconhecido como diferente, como ameaça a eliminar, ativando-se assim os mecanismos excludentes da politização do campo e do complexo de inferioridade. Portanto, as tensões entre as personagens e a realidade nacional revelam o lado opressivo da república que nega a pregada "fraternidade, liberdade e igualdade" do ideário republicano, apropriado confusamente durante o século XIX da repercussão da Revolução Francesa de 1789 – onde o republicanismo burguês derroca o absolutismo monárquico e o impacto das invasões e expedições napoleônicas criam uma crise política e ideológica na Europa. Desta maneira, não é de todo surpreendente que a república liberal latino-americana mostre seu lado programaticamente destruidor na prática da exclusão social e econômica e no uso da violência como forma de negociação e resolução do forte, em consonância tanto com a corrente positivista-evolucionista que acompanhou o liberalismo da região quanto com a herança do regime escravocrata, que em feições próprias sustentara as colônias hispano- e luso-americanas.

Entretanto, o outro republicano na América Latina possui sua particularidade. A noção de "outro" e "outredade" nos estudos pós-coloniais implica a opressão de um grupo sobre outro, etnicamente diferente em geral, e explica como o europeu ocidental exclui o não-ocidental da cidadania sob o pretexto de sua inferioridade (SAID, 1979, p. 7). Nessa situação de sujeição, o olhar colonizador percebe defeitos e anomalias sobre o colonizado para "produtivamente" justificar a dominação. Ao longo de *Orientalism*, Said explica que o produto é o texto "orientalista": textos sobre "eles" que em realidade falam sobre "nós" no sentido da manifestação expressiva da maneira de perceber "nossa" onde os defeitos projetados a "eles" escondem sob a justificação civilizadora os mecanismos brutais de violência política, cultural e militar. Mostra-se assim que a imagem de si do olhar ocidental, dentro da dialética de oposição, produz tanto textos ricos em figuras e descrições quanto um

projeto civilizador tão defeituoso e anômalo como o projetado no colonizado em razão do uso da força desproporcional e contra-civilizadora.

Sendo os denominadores comuns a fala dialética de si e as formas de exclusão, o outro africano ou oriental, por exemplo, seria aqui distinto do outro americano porque num caso se trata de sociedades pós-coloniais não-ocidentais e noutro de sociedades "pós-coloniais ocidentais"[60]. É nesse sentido que Mary Louise Pratt observa, a propósito da importância dos textos naturalistas de Humboldt para a expansão mercantil europeia na América no século XIX, que: "As novas elites ["criollas"] independentes da América Hispânica enfrentaram a necessidade de se *auto*-inventar em relação tanto à Europa quanto às massas não-europeias que buscaram governar"[61] (grifos no original) (2003, p. 112). A diferenciação americana da Europa e a auto-invenção de si foi "produzida" pela elite, seguindo ainda Pratt, cujo "projeto liberal crioulo ["creole"][62] precisava fundar uma sociedade e cultura americana independente e descolonizada, mantendo, ao mesmo tempo, os valores europeus e a supremazia branca"[63] (2003, p. 175). A crítica canadense continua a demonstrar como *Silva a la Agricultura* e *Alocución a la poesía* do intelectual caraquense Andrés Bello e "Delirio del Chimborazo" do também venezuelano e libertador Simón Bolívar servem a esse projeto, uma vez que tomam os textos do cientista europeu Humboldt "como ponto *a partir do qual* a consciência americanista se inicia e *além do qual* tentou passar"[64] (grifos no original) (2003, p. 181). Certamente, partindo da figura natural-mercantil de Humboldt, para o "criollo" a natureza e a agropecuária viram signo independentista, mas do texto europeu ao americano – nos dois – se apaga a condição escrava do trabalho da terra ou a visibilidade não-idealizada do índio, revelando a transculturação na noção de progresso de um valor europeizante na diferenciação com a Europa.

Durante o grosso do século XIX, esses traços discursivos transculturados dos americanos independentistas mas europeizados informam a percepção de si por parte da elite intelectual, constatados, desde uma pletora ideológica, em textos programáticos que serviram

---

[60] Estou ciente de que me refiro a momentos de séculos distintos, o XIX e o XX.

[61] The newly independent elites of Spanish America […] faced the necessity for *self*-invention in relation both to Europe and the non-European masses they sought to govern (grifos no original).

[62] O termo original inglês "creole" normalmente se refere ao afro no contexto caribenho, assim como o termo francês "créole". Embora ela escreva em inglês, essa citação de Pratt coincide com o sentido hispânico explicado na nota 3.

[63] [The] liberal creole ["criollo"] project involved founding an independent, decolonized American society and culture, while retaining European values and white supremacy.

[64] [A]s a point *from which* Americanist consciousness set out, and *beyond which* it sought to go (grifos no original).

como paradigmáticos para as novas nações, como *El dogma socialista* (1837-1839) do argentino Esteban Echeverría[65], *Europa y América* (1839) do venezuelano Fermín Toro, *O socialismo* (1855) do brasileiro José Ignácio Abreu e Lima, *Nuestra América* (1891) do cubano José Martí ou *Ariel* (1900) do uruguaio José Enrique Rodó, entre outros – cujo estudo detalhado ultrapassa meu objetivo aqui.

Tais textos, cada um a sua maneira, mostram que a afirmação de diferença com relação à Europa se desdiz na adoção de formas e valores europeus para a organização da sociedade americana heterogênea e desigual. Sete décadas depois da independência política durante a consolidação hispânica e, acrescento, a chegada brasileira na forma republicana, no último terceto do século XIX, a emancipação social contra os costumes coloniais não havia concluído – e essa dívida será lucidamente cobrada pelo escritores profissionalizados da virada do século XX que aqui estudo. Ao contrário, a realidade das massas excluídas, etnicamente misturadas e não, continuava vivendo na nova forma política apropriada nacionalmente (como muitos críticos pensam sobre a atualidade). Tudo isso mostra que a tarefa pendente da igualdade social na sociedade ex-colonial – ou pós-colonial, se o leitor preferir – fora adiada para o futuro e no adiamento a elite americana europeizada, simultaneamente neocolonial e ocidental, reproduz a justificação civilizadora que esconde as formas de exclusão justamente criticadas, o que espelha o olhar colonizador, como se viu anteriormente, no olhar republicano americano. Quase um século após a Independência hispano- e luso-americana, a elite dominante correspondente ficou devendo a inclusão dos marginalizados desde tempos coloniais, inclusive com as abolições respectivas da escravatura nos anos de 1854 e 1888.

Se isso é certo, a igualdade adiada deconstrói o idealismo patriótico de Policarpo e Gonzalo, nutrida em parte pelos textos programáticos da Independência e em parte pela retórica oficial de seus governos sucessivos, na releitura crítica que Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl fazem na década de 1910 sobre as repúblicas brasileira e venezuelana no último terceto do século XIX modernizador.

O fracasso do projeto de nação da elite intelectual do século XIX, no caso o desenvolvimento agrário dentro de uma emancipação integral, fracasso do qual são sintomas a Revolta da Armada e a "Revolución Libertadora", recria o ambiente republicano ficcionalizado em que Policarpo e Gonzalo estão destinados a fracassar. A não

[65] Comentado brevemente na nota 20.

correspondência entre o projeto nacional, no sentido de projeção ao futuro, e o sistema republicano do presente retratado orienta o itinerário literário das personagens. Os programas americanistas, como os mencionados acima, informam o patriotismo delas, que com efeito formulam, ao longo de pensamentos e diálogos, a importância da agricultura na economia nacional. Mas, a leitura romântico-conservadora de Policarpo e o cientificismo liberal de Gonzalo revelam a paixão patriótica como inocência que os faz simultaneamente praticantes inconscientes e vítimas ignorantes do adiamento que o discurso oficial faz da exclusão exercida. O paradoxo está em que a exclusão atinge não só às massas historicamente excluídas, mas também a membros da classe proprietária dominante como eles, que são, precisamente, os protagonistas fracassados dos romances. Por isso, a outredade republicana de Policarpo e Gonzalo não pode ser confundida com a outredade marginalizada do indígena ou do negro. Os dois tipos de exclusão estão presentes nos romances em doses distintas. Essa diferença interessa para avaliar a crítica republicana deles.

As iniciativas reformistas dos personagens, portadores dos valores dominantes, são efetivamente excluídas. É significativo observar a forma como cada texto exclui o outro republicano. Enquanto o venezuelano, em situação de traição efetiva, é perdoado e reintegrado ao sistema, se auto-impedindo de qualquer fala, ação ou reformismo, o brasileiro é fuzilado pelo governo a favor do qual lutou, expressando sua indignação e protesto por escrito, mas sendo fisicamente eliminado. Ambas são as formas mais extremas de exclusão que serão encenadas no cárcere na avaliação interior ou exteriorizadamente, segundo o caso, do prisioneiro em situação limite. Tendo em conta o destino das personagens, ambos os fracassos acumulam o maior capital crítico dos romances, indicando a impossibilidade de transformação política e econômica necessária para uma pátria e agropecuária ideais. Penso que as tentativas estão narrativa e criticamente impossibilitadas pelo adiamento discursivo típico que está no centro da ideia de pátria e de qualquer condução do país. Com efeito, Policarpo ao refletir sobre a pátria no cárcere considera que a ideia, embora “grecorromana”, completa a dominação excludente que o colonizador europeu começara sobre a ilusão da nação independente, no caso, a nação republicana. De modo semelhante e distinto, Gonzalo qualifica de “ilusão” as ideias sobre o desenvolvimento nacional que ouviu da geração anterior dos pais e avós. Não obstante, a exclusão do outro republicano não atinge significação senão em contraste com a exclusão histórica.

1.6 O CONTRASTE COM O SUJEITO MARGINALIZADO

A estratégia narrativa e crítica, distinta em cada romance, vai então apresentar sujeitos marginalizados para cobrar a dívida com a igualdade social adiada dos grandes relatos da nacionalidade moderna latino-americana.

A virada da sorte de Gonzalo que o tira do cárcere é apenas possível graças a Paulo Guarimba, peão e mestiço descendente de escravos e brancos. O romance inicia descrevendo seu trabalho no sítio Guarimba, que lhe dá sobrenome. O dono do sítio e o chefe de Paulo é Modesto Macapo, pai da jovem Josefina. Paralelo à ação de Gonzalo (agrônomo, revolucionário e preso) se desenvolve o fio narrativo romântico do namoro entre o peão mestiço e a "criolla" branca que obterá forte oposição do pai Modesto. No contexto da "Revolución", Paulo é recrutado e Josefina lhe suplica emotivamente se tornar general para ascender socialmente e conseguir o consentimento dos pais para o seu casamento; o que acontece efetivamente. O percurso de Paulo é inverso ao de Gonzalo: é recrutado nas filas do governo, destacado em batalha, promovido a general, feito estrategista na vitória contra os revolucionários e nomeado ministro. Com isso, finalmente, ganha o consentimento de Modesto Macapo para casá-lo com a filha. A ascensão social não é mera ação narrativa; encontramos expressões de Paulo que revelam o caráter inteligente do sujeito popular. Diante dos horrores da guerra, Paulo em monólogo diz para si mesmo:

> Se pelea, peleando. A la guerra se va a matar y a que lo maten. El que tenga lástima, que se quede en su casa. El que se para en pelos, está frito. Los corotos no son de su amo, sino de quien los necesite. A la guerra se va a sacar el frío a los demás, sin morisquetas [careta]. A la hora de la carga, no hay que ver a las espaldas. Al enemigo que huye, plomo caliente. Y agregaba [continua o narrador], reforzando sus pensares: La cosa está en echar para adelante, sea como sea; si es necesario, le como la mazamorra a un Zute; me trago un burro muerto y no eructo[66] (URBANEJA, 1997, p. 217).

A determinação e coragem de Paulo se opõem inversamente à fraqueza mental e medo de Gonzalo. Com frases da língua coloquial em chave humorística, o sujeito popular domina seu destino na situação limite da guerra e da morte. Todavia, o olhar colonial em Gonzalo é patente nas últimas páginas, como se o narrador desse uma espécie de lição sobre as

[66] Luta-se, lutando. À guerra vamos para matar e para sermos mortos. Quem tiver pena, que fique em casa. Quem arrepiar, está frito. As coisas não são do seu amo, mas de quem as necessite. À guerra vamos para tirar o frio dos outros, sem careta. No momento do avanço, não tem que se olhar para trás. Para o inimigo que foge, chumbo quente. E acrescentava [continua o narrador], reforçando suas reflexões: A coisa está em avançar, seja como seja; se for necessário, como o milho de uma ave; engulo um burro morto e não arroto (grifo meus).

potencialidades desconhecidas da Venezuela popular, a outra Venezuela, para a classe dominante:

> Nunca [Gonzalo] comprendiera aquel hombre [sic], ni que aquella reserva y taciturnidad, traducidas en fuerza acumulada, fueran envoltura de una voluntad fuerte y confiada en espera de la hora propicia para dejarse sentir. Era aquel un caso *extraño*. Los venezolanos del día, en general, eran todos abúlicos, míseros abúlicos, llevaban en sí el germen de la propia destrucción, y el valor y el espíritu de sacrificio, lo único que les restaba, les abandonaban, porque el abúlico es incapaz de la perseverancia, de toda energía, de la voluntad, dueña del mundo. El mismo Paulo ignoraría la virtud que encerraba. Todos los sinos eran herméticos como un huevo, y atravesamos a veces la vida en el misterio del destino. Y era ahora cuando él, Gonzalo Ruiseñol, comenzaba a comprender aquella vida, a ver en ella *los indicios de la pronta y deslumbradora transformación*.
> Aquel Paulo, a su modo, fue siempre un ser *raro*, sin ningún parecido con los otros hombres de su *baja extracción*[67] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 309-10).

Depois da queda é que Gonzalo, portador dos valores dominantes e do "gérmen de la propia destrucción", começa a enxergar a diferença do Paulo e a "vê-lo" como possível cidadão. Mas, a aparição de Paulo está condicionada e mediada pela verossimilhança da ascensão. O sujeito "extraño" e "raro" não só se torna visível; o outro vira fator necessário de transformação, de forma a completar a emancipação social adiada.

Enquanto Gonzalo é sujeito com recursos e potencial que se torna um fracassado, Paulo vai ascendendo de sua posição social baixa à própria esfera do poder, através da mediação da atividade bélica, reitero, do conflito interno republicano. O contraste entre Gonzalo e Paulo não só reforça o fracasso e a esperança de cada um, mas revela o sentido crítico do texto. O contraste representa a tensão social da sociedade venezuelana, entre o proprietário e o não proprietário, o "criollo estéril" e o potencial do mestiço, ainda desconhecido por causa da sua ausência, ou seja, sua exclusão da história visível e oficial da nação. A proposta consistiria em renovar o poder constituído da república através do sujeito marginalizado que verossimilmente ascende socialmente. O romance, então, simbolicamente resolve o adiamento da igualdade através da ascensão do popular. Porém, tal renovação social deixa fora da narração a renovação do próprio poder constituído, a saber, o bipartidarismo

---

[67] Nunca [Gonzalo] compreendera aquele homem, nem aquele caráter reservado e taciturno, traduzidas em força acumulada, eram embrulho de uma vontade forte e confiada na espera da hora propícia para deixar-se sentir. Era aquele um caso *estranho.* Os venezuelanos do dia, em geral, eram todos abúlicos, míseros abúlicos, levavam dentro de si mesmos o germe da própria destruição, e o valor e o espírito de sacrifício, o único que lhes restava, abandonavam-nos, porque o abúlico é incapaz da perseverança, de toda energia, de toda vontade, dona do mundo. O próprio Paulo ignoraria a virtude que continha. Todas as sinas eram herméticas como um ovo, e atravessamos as vezes a vida no mistério do destino. E era agora que ele, Gonzalo Ruiseñol, começava a compreender aquela vida, a ver nela *os indícios da rápida e deslumbradora transformação*. Aquele Paulo, no seu jeito, foi sempre um ser *estranho*, sem nada parecido com os outros homens de sua *origem marginal* (grifos meus).

republicano excludente. Apenas um indício suplementar é dado no final: na festa de casamento entre o mestiço emergente ou embranquecido e a "criolla" branca, este deixa seus amigos e conhecidos das camadas populares consumirem e levarem comida e bebida do banquete elitista, democratizando o acesso à "festa da sociedade".

O romance de Urbaneja Achelpohl faz uma aposta esperançosa na crítica à sociedade venezuelana em trânsito para a modernização do último terceto do século XIX. Dessa maneira, a proposta narrativa e a resolução simbólica do texto "dialogam" com o leitor venezuelano dos anos de 1910 da minoria urbana culta, principalmente caraquense, durante a ditadura de José Vicente Gómez (1908-1935) que favorecia o sistema financeiro internacional e os interesses dos Estados Unidos e da Europa que, logo depois, seriam intensificados no período petroleiro da Venezuela a partir dos anos 1920.

Diferentemente, a aposta de Lima Barreto é negativa e, por isso, sugestiva. O sentido crítico do "triste fim" de Policarpo aparece quando ele é contrastado com o sujeito popular e/ou marginalizado. No cárcere e desiludido, nas últimas páginas, Policarpo se acha só e desamparado, mas Ricardo Coração dos Outros, amigo dele, busca o auxílio de pessoas influentes, sem sucesso, na tentativa de tirá-lo da cadeia. Inclusive busca apoio em Olga Coleoni, afilhada daquele. Ricardo é músico popular, morador do subúrbio carioca que, no início do romance, dá lições a Policarpo de modinha brasileira. A vizinhança de classe média julgará Policarpo negativamente, entendendo o violão como um instrumento popular impróprio de um funcionário, ademais culto e proprietário, pertencente à visão de mundo da classe dominante. Como Paulo, Ricardo é marginalizado, mas seu papel de músico animador de festas da classe média-alta botafoguense faz dele um sujeito popular de intermediação, o que, no texto, abre a possibilidade de profissionalização artística em termos sociais. Assim, a presença de Ricardo e, sobretudo, a transgressão simbólica de Policarpo na sua classe reproduzem no texto a tensão social brasileira entre popular e culto, por um lado e pelo outro, entre proletário e proprietário. Mas, a atividade bélica não serve como resolução simbólica para Ricardo Coração dos Outros; ao contrário de Paulo, a guerra é um cenário de horrores que o desmoraliza e que formalmente o proíbe de tocar violão. Por sua vez, o caráter marginalizado de Olga não se dá por diferença de classe, mas de gênero. A independência mental da mulher inteligente é condicionada no romance pelo matrimônio medíocre que a impede de desenvolver seu potencial individual e sua relevância social. Penso que o destino de Policarpo adquire sentido fatal e fechado na representação da mesma ordem excludente

que impede que o músico popular e a mulher inteligente tenham qualquer aspiração de sair da esfera do pobre e da dona de casa.

Além do contraste no nível das personagens, talvez a passagem mais contundente relativa à ordem rural ocorra no diálogo entre Olga e Felizardo, um ex-escravo contratado por Policarpo para o trabalho agrícola do sítio que, além disso, fugia do recrutamento para a guerra. A sociabilidade de Olga é uma janela para a sobrevivência da situação colonial latifundiária, com a qual é possível "ver" o invisível:

> – Bons dias, "sá dona".
> – Então trabalha-se muito, Felizardo?
> – O que se pode.
> – [...] Onde é que você mora, Felizardo?
> – É doutra banda, na estrada da vila.
> – É grande o sítio de você?
> – Tem alguma terra, sim senhora, "sá dona".
> – Você por que não planta para você?
> – "Quá sá dona!" O que é que a gente come?
> – O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro
> – "Sá dona tá" pensando em uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta cresce, e então? "Quá, sá dona", não é assim.
> [...]
> – Terra não é nossa... E "frumiga"?... Nós não "tem" ferramenta... isso é bom para italiano ou "alamão", que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...
> [...]
> Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pode. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios.
> E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?
> A fraqueza de atenção não lhe permitiu pensar mais no problema (grifos no original) (BARRETO, 1984, p. 135-6).

As reflexões de Olga logo depois do diálogo com o trabalhador recriam a visão dominante (embora ela esteja limitada pela convenção do seu gênero) que, movida pela curiosidade espontânea e inteligência genuína, fica face a face com a realidade da exclusão no campo brasileiro, como política colonial do Estado que a república mantém. Identificado com a fala coloquial do analfabeto, o sujeito marginal distingue conhecimento agrícola de propriedade da terra. A experiência se insere no passeio de Olga que, depois da conversa, volta para a casa rural do padrinho, perdendo a atenção. Poucas páginas depois, como já analisado acima, Policarpo sistematiza o problema na forma do projeto escrito que leva ao presidente, conduzindo-o narrativamente ao "fim".

Ricardo, Olga e Felizardo, representantes do popular, a mulher e o ex-escravo, sublinham a irresolução simbólica das formas de exclusão da república, que, embora na teoria reconhecesse a universalidade da cidadania, não superara o passado colonial, com o que fecha ainda mais o destino fatal de Policarpo. "O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado", explica o historiador carioca José Murilo de Carvalho (1987, p. 38).

A "pátria" é o tema explícito criticado nos romances tanto quanto a convicção e decepção pátrias das personagens em leitura contrastada com sujeitos marginalizados em superação (Paulo) ou não (Felizardo). Na medida em que fracassam, os textos falam "republicanamente" tanto pela representação exterior do sistema (governo, partidos, exército, posições) quanto pelo drama dos patriotas fracassados. Em termos gerais, é preciso entender a experiência republicana venezuelana (como nos países libertados por Bolívar e no resto da América Hispânica), que coincide com a independência e o fim da Colônia espanhola, como distinta da experiência republicana brasileira que viveu a relativa estabilidade político-econômica nas sete décadas entre império e república graças à continuidade da monarquia na transição para a Independência e do parlamentarismo na transição para a república, como observa Carvalho (2012, p. 19-20).

Em termos mais específicos, a análise narrativa das exclusões, externa em Policarpo e interna em Gonzalo, atende à particularidade conjuntural da política rural de cada país, denotando, por sua vez, a heterogeneidade da forma republicana americana. A reflexão carcerária, traço do "romance republicano" e espaço próprio da decepção patriótica, é significativa, por sua vez, pela particularidade literária (indiferença em Gonzalo, indignação em Policarpo) em diálogo com a história nacional que ambienta essa reflexão, como visto no ítem 1.4. O atuar patriótico de tipo idealista não supera a politização, mostrando que o discurso oficial, no caso, republicano reproduz o olhar colonial, o que em consequência, transforma em "outro" republicano esse atuar idealista. Desta forma, o discurso contradiz a experiência, contradição que corresponde ao que chamei igualdade "adiada" a propósito do discurso nacional latino-americano do século XIX, no qual a emancipação social não concluída dos projetos americanos prejudica, nas ficções, membros do grupo dominante. Tal contradição, de formas promissoras ou destrutivas, pode encontrar uma leitura patente no contraste com os "outros" marginalizados, principalmente Paulo e Felizardo. Mas, sem os protagonistas portadores dos valores hegemônicos (Policarpo e Gonzalo), Paulo perderia em verossimilhança e, portanto, em força crítica, e Felizardo não passaria de um retrato histórico-

sociológico. Da mesma forma, sem os sujeitos marginalizados, o destino de Gonzalo se reduz à determinação naturalista sem sair dos limites da representação de uma só classe social, e o destino de Policarpo seria tão radical quanto fantasioso. A efetividade da representação da república excludente está, então, na interligação do outro republicano com o outro marginalizado, o que oferece, de uma só vez, a força crítica do social e a verossimilhança do literário.

2 **COMPARATISMO LITERÁRIO E ROMANCE REPUBLICANO**

2.1 HISTORIAGRAFIA LITERARIA: ESTILO E FUNÇÃO

2.1.1 **Comentário prévio**

A historiografia literária latino-americana parece ser, em parte, um exercício de diferenciação com relação à Europa. A separação da Europa e a afirmação da autonomia cultural são traços discursivos da literatura de fundação nacional necessariamente ligados à independência política. As línguas da independência são ibérico-europeias e desde a colonização nessas línguas se sobrepôs a experiência geográfica americana. Mas a explicação literária da ruptura política deslocou o referente ibérico e tentou negá-lo internalizando na sua "língua" distintas formas de utopismo e medindo o parâmetro de liberdade vindo da Revolução francesa de 1789, que aboliu os privilégios monárquico-clericais e instaurou o estado burguês liberal, o que constituiu, sem dúvidas, uma mudança revolucionária de poder. A afirmação de independência com relação à península ibérica, na sua ambição contrastivo-negativa, depende culturalmente do ideário social francês e economicamente do capitalismo inglês, ambos instruídos pelo Iluminismo.

A passagem da dependência colonial ibérica para uma neodependência euro-ocidental não-ibérica mina o dilema da expressão latino-americana dividida entre língua europeia e realidade americana, ou seja, o antigo dilema entre forma europeia e conteúdo americano, quando essa expressão significou para os novos impérios europeus de influência uma extensão de suas possibilidades econômicas. As novas repúblicas hispânicas e a monarquia brasileira viveram uma situação de independência política sendo, contudo, até hoje principalmente, exportadoras de matérias primas e consumidoras de produtos acabados das metróples, feitas, em parte, com essas mesmas matérias primas. Entre aqueles produtos, encontravam-se os de tipo simbólico-ideológico como a literatura que incluiu o pensamento

utópico de Owen, Saint-Simon e Fourier (RAMA, C., 1977, p. IX-LXVIII). Assim, a afirmação literária de autonomia reescreve a tensão da situação periférica que a determina, considerando a importante diferença institucional entre o sistema republicano e o monárquico na dinâmica societal de cada uma. Em termos de história literária do século XIX, tal tensão se manifesta na adoção da periodização europeia (neo-classicismo/arcadismo, "romanticismo"/romantismo, realismo-naturalismo). É uma literatura rica porque é rica em contradições que oscilam entre a independência e a dependência material e entre a autonomia e a imitação cultural.

Com o idioma literário de Machado de Assis, por um lado e, por outro, de Rubén Darío e o modernismo hispano-americano, a situação nitidamente periférica passa a ser a situação ambígua de países dependentes do mercado internacional agora produzindo produtos simbólicos acabados. Trata-se do momento da consolidação da literatura nacional, seguindo a noção de formação de Antônio Cândido (1997), que coincide com o primeiro ciclo de modernização entre 1870 e 1920 estabelecido por Ángel Rama em *Transculturación narrativa en América Latina* (1984). Não obstante, as obras de consolidação convivem com várias tendências imitativas medíocres. Com o uso criativo dos estilos europeus realista e naturalista, o romance latino-americano explora em termos próprios a realidade social e cultural, transformando-se em seu espelho crítico quando entra o século XX. Assim, a geração que busca formas novas serve para encontrar a consciência do escritor e imagens de si mesmo comparáveis aos estilos literários europeus em termos de qualidade e audiência, mas em sociedades grandemente analfabetas. A dialética do local-universal alcançou resultados importantes como a expressão simbolista-parnasiana, o romance social ou a conjunção de ambas essas formas nas vanguardas hispano-americanas e no modernismo brasileiro dos anos de 1920. Porém, ao mesmo tempo, essa dialética pode ser reescrita na dimensão social como o projeto pedagógico do progresso nacional que é obstaculizado pela existência de poucos leitores da minoria culta, marcada, por sua vez, pela economia periférica.

O regionalismo moderno de escritores como Rómulo Gallegos e Guimarães Rosa, os textos metaliterários argentinos de Jorge Luis Borges, o real maravilhoso de Alejo Carpentier e a literatura reivindicativa do índio e do negro durante os anos 1930-1940 representam um passo à frente na consolidação da literatura em um contexto de industrialização assimétrica na América Latina. Porém, não faltará quem diga que só com o *Boom* literário no final de

1960 que se consolida o processo formativo da literatura latino-americana pelo caráter patente de sua qualidade para o consenso da recepção crítico-literária internacional (o que não impediu a mais de uma crítico da América Latina ou de fora de chamar García Márquez de "Faulkner colombiano" sob esquemas unilaterais de influência). É o momento em que a expressão literária está integrada à cultura, ou seja, convivem em tensão a forma literária e o subdesenvolvimento, evidenciando "sofisticadamente" o estatuto periférico que aprofunda a desigualdade, a miséria e a fome no subcontinente. A balança está a favor da literatura que representa, seja por símbolo, seja por alegoria, o desenvolvimento da sociedade latino-americana que não chega a se concretizar.

2.1.2 **Função social do realismo literário em *Triste fim* e *Este país***

A recepção dos críticos literários ao longo do tempo ultrapassa a importância intrínseca do estilo literário. Por vezes contrária e também complementar, a crítica oscila entre o estudo das obras dentro do contexto material, seja este sócio-econômico, institucional ou, ainda, biográfico, e da dimensão estilística da obra, seja a partir da ideologia cultural dominante, dos próprios mecanismos narrativos ou, ainda, da legitimação ou deslegitimação das posições autorais.

Na Introdução deste estudo foi dito que na representação do quotidiano e do sistema de organização social, a construção ficcional apresenta uma descrição tipicamente naturalista do indivíduo no meio, mas, no caso, com ênfase sobre a sociedade explicitamente latino-americana. A recepção crítica de Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl em seus respectivos países situa suas obras dentro do estilo realista, em certa medida, de corte naturalista.

Segundo Afrânio Coutinho o estilo toma do realismo-naturalismo francês de Balzac e Zola a premissa positivista da observação objetiva da realidade (1968, p. 10). O crítico brasileiro especifica que: "[o] romancista naturalista denota inclinação reformadora" (1968, p. 12), e que a vertente naturalista se distingue do Realismo porque aquela acrescenta "uma concepção da vida que a vê como o intercurso de forças mecânicas sobre os indivíduos, resultando os atos, o caráter e o destino destes da atuação da hereditariedade e do ambiente" (1968, p. 13). O romance de Lima Barreto representa a realidade de Policarpo Quaresma como funcionário público no Rio de Janeiro e suas iniciativas reformistas no plano cultural e

agrícola, cujo destino está determinado pela ordem republicana que exclui formas idealistas de patriotismo.

Por sua vez, visando a valorizar teoricamente a tendência naturalista de Urbaneja Achelpohl, a crítica venezuelana sistematicamente faz referência aos ensaio-manifestos "Sobre literatura nacional" e "Más sobre literatura nacional", publicados em 1895, do próprio autor. Nesse último texto, defendendo-se da acusação de imitar a escola francesa, este diz:

> O naturalismo é essencial em toda literatura nascente; sofre modificações em relação ao caráter dos povos e ao momento histórico da sua aparição. Assim o objetivismo, a mais simples das suas formas, é a alma das literaturas que nascem [...]. Este naturalismo é um momento da infância dos povos[68] (URBANEJA, 1985, p. 88-9).

A analogia biológica da infância justifica a seleção do estilo de uma literatura jovem e, mais adiante, o escritor menciona o problema do camponês, o mestiço e a agricultura como temas necessários para a literatura nacional do seu "momento histórico". Neste sentido, seu romance representa a realidade rural e agrária de Gonzalo Ruiseñol na região central da Venezuela e seu reformismo agrotecnológico, cujo destino está marcado pelo pessimismo individual ambientado em guerras internas, produto da luta pelo poder das elites "criollas". O nome próprio desse estilo literário na América Hispânica é literatura "criolla" ou "criollismo" que, no caso venezuelano, Lubio Cardozo define como uma "olhada de dentro para dentro do país"[69] (1982, p. 8).

Desse modo, os naturalitas sul-americanos "observam" com atenção as personagens-tipo nacionais, os costumes locais e os ambientes histórico-nacionais para "experimentar" na literatura situações humanas que propõem simbolicamente melhorias e corretivos para os problemas da sociedade. Essa incursão "histórica" os afasta, numa primeira instância, da representação "individual" da escola naturalista francesa (CARDOZO, 1987, p. 109-10). Porém, em segundo termo, a crítica literária em ambos os países mantém que a forma realista-naturalista no Brasil e na Venezuela não fez extinguir os traços românticos com os quais de fato convivia formal e tematicamente (na crítica brasileira: A. COUTINHO, 1968, p. 5; e na venezuelana: DI PRISCO, 1969, p. 51). Isto sugere que a adoção de estilos, formas e temas é consciente, seletiva e modela o caráter da crítica social em cada romance.

---

[68] El naturalismo es esencial en toda literatura naciente; sufre modificaciones en relación al carácter de los pueblos y al momento histórico de su aparición. Así el objetivismo, la más simple de sus formas, es el alma de las literaturas que nacen […]. Este naturalismo es un momento de la infancia de los pueblos.

[69] Una mirada desde adentro para dentro del país.

A tendência cientificista da ideologia positivista domina a modernização latino-americana no último quartel do século XIX e constitui, tanto no Brasil quanto na Venezuela, a base filosófica do realismo naturalista (BELROSE, 1999, p. XVI). Muitas vezes isso supõe a mera importação ideológica da Europa para uma aplicação alienante, mas, outras vezes, representa uma aquisição teórica para a compreensão crítica, às vezes idealizada, da realidade nacional. A ciência como fornecedora de leis que conduziriam ao progresso desejado apresenta um esquema para a validação do campo literário (MORÉ, 2002, p. 75). A escolha pelo olhar local é mediada pelo aparelho teórico positivo e assim o escritor, como um cientista, também é sujeito de autoridade, no caso, para falar sobre a nação e, também, sobre as vias do seu progresso. A relação entre ciência e literatura é de mão dupla: passa pela forma literária (realismo, naturalismo, americanismo) e passa pela visão de mundo do escritor como individuo na sociedade, no caso, a favor ou contra as noções de "ordem" e "progresso" postuladas pelo positivismo.

Para Urbaneja Achelpohl a literatura "criolla" deve servir e contribuir para a consolidação da pátria, baseada na observação "natural" e "objetiva" do povo americano e de seu meio, tal como vimos o próprio autor dizer na citação do manifesto acima. Distanciando-se da imitação da escola de Zola, a união entre narração e nação irá configurar, segundo explica Belford Moré, um espaço simultaneamente discursivo e territorial de forma a representar a venezuelanidade (2002, p. 115). O crítico venezuelano afirma que, dessa forma, Urbaneja Achelpohl torna congruente a ambivalência, anteriormente mencionada, entre o esquema europeu (o positivismo e o naturalismo) e o conteúdo americano (o rural, o camponês e a mestiçagem) (2002, p. 122). Outro ponto de ambivalência discursiva é até onde esse e outros autores da época entendem a tese evolucionista sobre a suposta superioridade europeia diante da degeneração americana decorrente supostamente da mistura étnica entre o branco, o índio e o negro. Muitos autores certamente acreditaram na tese, não sem algum conflito ou ressalva. No caso de Urbaneja Achelpohl, a ambivalência é realmente complexa dado que o autor relativiza politicamente a questão convencionalmente biológica. No manifesto, ele rejeita de imediato a tese (situando-se na contracorrente) e em lugar disso, associa o projeto literário de representação à "massa social" cuja "mistura" adquire caráter próprio, embora mantenha semelhança com cada elemento étnico (URBANEJA, 1987, p. 91). Urbaneja Achelpohl subordina a biologia à política, ou seja, socializa a questão étnico-racial,

mesmo que isso não resolva, simbolicamente, a tensão entre o instrumento conceptual do estilo e a realidade americana.

Vê-se que a autoridade e legitimidade de Urbaneja Achelpohl e sua literatura "criollista" não provém apenas da escolha do estilo, mas também da re-invenção nacional através da recuperação seletiva do passado literário e político, segundo sugere o crítico venezuelano Álvaro Contreras (2006, p. 184). Ainda na análise do manifesto de Urbaneja Achelpohl, Contreras vê na filiação literária de Andrés Bello, em sua literatura descritiva da natureza, reivindicativa da independência, as bases da autoridade "política" e "moral" do seu projeto "criollista". A proposta teórico-conceptual de Urbaneja Achelpohl pretende servir de orientação para a produção da ficção nacional, não nos termos biológicos do "método experimental", mas nos termos políticos específicos da histórica nacional. Diante da situação "doentia" de desunião e heterogeneidade do "corpo" do país, a escrita "criolla" diagnostica os males da pátria e sugere os "remédios" através da força da ficção para conseguir, por um lado, a coesão e homogeneidade necessárias para recuperar a nação e, por outro, a re-legitimação do "velho sonho político-literário da unificação nacional" (CONTRERAS, 2006, p.184). Nesse sentido, o "velho sonho" seria o programa político e social da independência e corresponde, penso, ao que mais cedo chamei de "retórica fundacional", e que Contreras qualifica como "a promessa não cumprida da paz social" dentro da análise do texto-manifesto do autor (2006, p. 181) que, como se verá, também está presente na forma romanesca de *Este país.*

O resultado da escolha do estilo e a filiação passadista supõe, para Urbaneja Achelpohl, uma legítima e autêntica literatura nacional, cujo conteúdo, além de representar o povo e o meio, revela "a imagem do mundo rural configurada pelas elites"[70], às quais o escritor pertence (MORÉ, 2002, p. 121). A tensão entre sujeito-escritor de classe dominante e sujeito-objeto representado da realidade subalterna deve entender-se como concorrência pelo sentido da literatura na época da profissionalização do escritor e da circulação de revistas e material cultural impresso[71]. Nesse momento da história da instituição literária venezuelana, no final do século XIX, é imperativo para os "criollistas" se diferenciar, por um lado, do exotismo e do experimentalismo do modernismo venezuelano (como parte do hispano-

[70] La imagen del mundo rural configurada por las élites.
[71] Urbaneja Achelpohl foi colaborador frequente em revistas destacadas como *El cojo ilustrado* (1892-1915) e co-fundandor e contribuidor das revistas *Cosmópolis* (1894) e *Alma venezolana* (1910-1911).

americano) que, embora não esqueça, coloca em segundo plano o referente territorial venezuelano; e por outro lado, da tendência conservadora que dilui a especificidade espacial da literatura hispano-americana, no caso, a venezuelana, tornando-a uma espécie de apêndice da tradição literária espanhola. Para o "criollismo", o exotismo-cosmopolitismo e o academicismo-tradicionalismo não são expressões "patrióticas".

O foco dos argumentos de Moré e Contreras incide sobre as idéias do programa literário contido no manifesto de Urbaneja Achelpohl que constroem as imagens do nacional, inseridas dentro do contexto da atividade literária, o que permite questionar os mecanismos institucionais, como faz o primeiro, e os textuais, como quer o segundo, que outorgam autoridade e legitimidade a essa representação e que, de igual forma, determinam a produção crítico-literária sobre a obra de Urbaneja Achelpohl e o discurso literário "criollista". À medida que a análise crítica se distancia da ideologia do objeto de estudo, esta se diferencia também da história literária mais ou menos convencional que entende o autor e o "criollismo" como parte do cânone literário nacional sem questionar o lugar de enunciação do sujeito-escritor como uma posição política proveniente da elite social culta.

Outra parte da crítica tem dado atenção à indefinição estilística da época dentro do processo formativo da literatura venezuelana para dar valor à novidade que representa o "criollismo" na sua história literária. Até a chegada do modernismo hispano-americano (que a historiografia considera 1888 com a publicação de *Azul* de Rubén Darío), não havia uma "consciência criadora" como a que teve a literatura europeia no romantismo e no realismo (DI PRISCO, 1969, p. 51). Embora críticos como Lubio Cardozo (1982, p. 7) e José Ramón Medina (1991, p. 138-9) oponham modernismo e "criollismo" através da exigência do tema nacional – mesmo não sendo taxativos, uma parte significativa da crítica concorda que o modernismo venezuelano absorve a tensão e se subdividiria em duas tendências: uma exótica, voltada para ambientes estrangeiros, de grande preocupação formal, psicológica e universalizante, embora não exclua temas e ambientes nacionais; e outra propriamente nacional, ou melhor, nacionalista, que não descuida o trabalho formal e até experimental da estrutura narrativa e as possibilidades de percepções psicológicas – a oposição seria propriamente entre o cosmopolitismo e o "criollismo", ambos sendo produto do movimento modernista venezuelano (BELROSE, 1999, p. 25).

Um parêntese explicativo. Se a imitação local de estilos opostos na Europa (i.e.: o romantismo e o realismo) ocasionou um uso indiscriminado e misturado na Venezuela, como

no resto da América Hispânica, é com a profissionalização modernista do escritor que o uso híbrido serve agora um "propósito" local novo, transformando então a mera "imitação" em verdadeira criação.

O modernismo na Venezuela significa, pois, para a história literária, o momento de consolidação literária dentro do longo processo de formação, o uso seletivo e criativo de estilos de origem europeia a partir do naturalismo americano, e a renovação do sentido da literatura nacional a partir da recuperação do passado político e literário que relativiza o biologismo étnico-racial da tese evolucionista, o que, em consequência, desenvolve a (nova) consciência profissional da arte literária que universaliza o local.

Tudo isso tem a ver com a obsessão pela observação naturalista e a consciência artístico-literária expressada no manifesto de Urbaneja Achelpohl. Assim, em *Este país* se observa, junto com o romance de tese naturalista (a queda de Gonzalo Ruiseñol e a ascensão do organismo forte de Paulo), o enredo romântico social (entre a "criolla" Josefina e o "peão" mestiço Paulo) e a política romântica da nação (a ascensão social como justiça social).

Nesse sentido, interessa-me a crítica específica, embora escassa ou genérica demais, sobre a personagem do romance que representa a queda do ideal e o fracasso das iniciativas reformistas, Gonzalo Ruiseñol, para então apreciar seu percurso fictício no período republicano. Lubio Cardozo, especialista na obra de Urbaneja Achelpohl, reconhece neste, por um lado, a representação do intelectual consciente das dificuldades do país, impulsionador do reformismo agrário, ideólogo de soluções possíveis, mas, por outro, a representação do problema da dependência tecnológica que não entende a particularidade da terra local (da "zona tórrida" de Andrés Bello) por ser um sujeito "colonizado mentalmente" (1987, p. 101 e 111). Como se viu no ítem 1.2, Gonzalo representa um sujeito integrado ao sistema e portador dos instrumentos conceptuais do "progresso", porém, que entra em confronto consigo mesmo negativamente como indivíduo. Nesse mesmo sentido, para a ensaísta Dominga Navarro, Gonzalo serve à tese positivista de um sujeito que oscila entre um patriotismo de empolgação tecnológico-científica e o pessimismo psicológico (1982, p. 23-30).

Tais comentários críticos descrevem um sujeito contraditório, mas não entendem a ambivalência como o signo próprio da personagem e o sintoma enunciativo; veem-no apenas como uma espécie de defeito dentro da linha narrativa naturalista. Portanto, essas descrições da narração carecem de profundidade analítica na medida em que "apoiam" Gonzalo quando

ele mostra o lado do nacionalista coerente e "criticam-no" quando ele não sabe se adaptar ao país. Nesse ponto, a crítica parece imitar os julgamentos da voz narrativa, por vezes também confundida com a voz autoral, numa espécie de preocupação com o sentido politicamente correto da venezuelanidade. Tanto o destino narrativo da personagem quanto a sua crítica são ambivalentes, talvez por serem ambos, a personagem e os críticos, portadores dos valores dominantes ou "criollos", o que é evidenciado em parte da crítica existente sobre essa personagem[72].

Outro ponto comum na crítica existente é a comparação entre Gonzalo Ruiseñol e Paulo Guarimba, o sujeito etnicamente misturado que ascende social e economicamente. Trata-se da aposta central e explícita em *Este país*: a reciprocidade de significação nos destinos das personagens, ou seja, do fracasso de Gonzalo e da ascensão de Paulo. A passagem deste da subalternidade ao centro do sistema é uma dura crítica ao sujeito "criollo" ambivalente. Este é o aspecto a ser aprofundado na crítica do romance e não apenas o gesto narrativo-político de identificação com o sujeito marginalizado que sobe na escala social. O assunto é mais complexo do que a oposição simples entre 'mestiço" e "criollo", dado que no final do romance Paulo se "criolliza", ou seja, se elitiza, e Gonzalo desce à subalternidade profissional, descapitalizado e tornado mero funcionário público de segunda categoria.

A questão tem sido colocada em outros termos pela crítica. Enquanto para o estadunidense Ratcliff Dillwyn a integração de Paulo no *status quo* se explica pelo mito da democracia racial[73] venezuelana (1933, p. 30), Lubio Cardozo, em resposta àquele, explica que Paulo consegue o *status*, em função não da sua mestiçagem, que definiria em alguma medida toda a cultura venezuelana, mas do poder econômico conquistado por ele: para a classe "criolla", a nobreza é representada pelo dinheiro num sistema mais plutocrático do que aristocrático (1987, p. 73). Para Dillwyn, trata-se de uma resolução fora da realidade; para Cardozo, de uma proposta possível que espelha práticas societais ao mesmo tempo pouco frequentes e representativas da retórica fundacional já explicada na dissertação.

---

[72] Parte dessa crítica se encontra em: BAEZ, 2007; CARDOZO, 1987; LARRAZÁBAL, 1982; NAVARRO, 1982 e MATCH, 1980.

[73] Nos estudos acadêmicos de cultura latino-americana é bem conhecida e extensa a tensão entre pesquisadores nos Estados Unidos e na América Latina no que concerne ao ponto de vista das questões de cultura, sociedade e etnicidade ou "raça", cuja forma em inglês, "race", tem uma acepção peculiar. Por exemplo, quando se aplica o termo operativo "democracia racial" ("racial democracy") da academia estadunidense para, primeiro, impor uma "verdade acadêmica" e, em segundo lugar, criticar os textos de autores como o brasileiro Gilberto Freyre ou o venezuelano Arturo Uslar-Pietri. Tal tensão é um objeto de estudo em si mesmo de "segundo grau" (a pesquisa como objeto) e ultrapassa meu objetivo aqui, mas deixo o registro de sua existência.

Independentemente de a ênfase recair sobre a visão crítica, seja a étnica ou a econômica, ambos os casos evidenciam que toda interpretação desse romance passa pela comparação entre as personagens sempre em função da história social que a retórica nacional tende a ocultar. Em outras palavras, o contraste entre Gonzalo e Paulo atualiza o problema da promessa adiada da emancipação e justiça social.

Ao mudar o foco para *Triste fim* de Lima Barreto, nota-se que a bibliografia crítica e as relações entre estilo e função social percorrem alguns caminhos do romance acima comentado, mas nem sempre da mesma forma. A crítica considera *Triste fim* como o romance mais "realista" do autor (SANTIAGO, 1997, p. 530). Tal argumento deve ser qualificado. Em primeiro lugar, a feição do realismo em *Triste fim* coloca em questão os princípios positivistas com que, no Brasil, se fundaram, no plano da sociedade, a república e, no da literatura, o realismo e o naturalismo; ambos os planos acham-se interligados na crença relacional entre ciências e letras.

Isso não impede a presença de marcas naturalistas no estilo do romance que, no caso, ultrapassa o sentido individual para ser um "romance social", como o chama Alfredo Bosi na sua *Historia concisa da literatura brasileira* (1983, p. 355). O historiador brasileiro, Nicolai Sevcenko, precisa a natureza do estilo realista de Lima Barreto comparando-o com o de Euclides da Cunha (1985, p. 242): o deste está marcado pela transparência científica da linguagem que reconhece a "raça" ou "subetnia" brasileira, enquanto que a diretriz filosófica daquele se baseia nas noções humanistas do idealismo, a ética, o amor e a solidariedade, que constam no texto "O destino da literatura" do autor, publicado em 1921. A partir desse humanismo Lima Barreto constrói uma consciência histórica sobre a situação do negro e dos marginalizados no Brasil, e daí se distinguem as características formativas do seu estilo realista, afastadas do "credo" naturalista, o que não o impede de usar seus mecanismos narrativos.

Os referentes de realidade acionados na sua narrativa respondem a estímulos criativos grandemente históricos e culturais e não ao "método experimental" naturalista. Os conteúdos brasileiros narrados são, sim, um estudo consciente do Brasil, mas que não pretende descobrir as leis que determinam os organismos doentes dentro de um meio. Ao contrário, visam denunciar, na transparência do narrar simples, quer dizer, sem uma linguagem ornamental supérflua e com a presença de situações comuns ou extremas que revelam a herança cultural e material de um passado socialmente injusto, tornado invisível no presente.

Para Sevcenko e Negreiros de Figueiredo, porém, há um referente metodológico claro nos romances de Lima Barreto: o bovarismo (respectivamente: 1997, p. 331 e 1998, p. 69). Seguindo a explicação de Sevcenko, o método bovárico desenvolvido pelo autor consiste em conhecer as condições empíricas da sociedade, criticar as ilusões de pessoas e grupos sociais importantes e formular objetivos sublimes que superem os interesses pessoais das personagens (1997, p. 333). Com estas qualificações quero dar a entender que o romance contém procedimentos próprios do naturalismo, sem que este chegue a caracterizar a função social do realismo literário em *Triste fim*.

De um ponto de vista, a ideologia positiva da ordem e o progresso impulsionada pela Primeira República, tanto em governos militares quanto civis, será um alvo de crítica no romance, no qual a personagem fracassada servirá de artefato questionador. Do outro, a escolha de estilo, não apenas realista no plano do conteúdo dramático, mas dotado de uma linguagem narrativa simples e uma proximidade com a fala quotidiana – sem cair em quadros regionalistas – denuncia as convenções literárias da Belle Époque. Antonio Arnoni Prado explica a esse respeito que: "Lima Barreto denuncia o compromisso retórico-academicista entre linguagem e realidade oficial" que "desfigura o real" (1976, p. 19-20). Quer dizer que a pauta progressista da República é reproduzida através do "bem escrever" do circuito limitado da elite para a elite nos jornais e editoras, "desfigurando" a imagem completa da realidade, a saber, a grande maioria demográfica dos pobres.

Levando *Triste fim* especificamente em conta, nos encontramos com dois tipos de realismo. Por um lado, o realismo da ficção critica, através da personagem de Policarpo Quaresma, aquilo que Silviano Santiago chama o "texto cultural brasileiro" (1997, p. 543), ou seja, o discurso de brasilidade – representado sobretudo pela sua biblioteca brasiliana – que faz parte da retórica oficial que, por sua vez, faz uso da retórica fundacional da nação a partir do romantismo alencariano. Por outro, o hiper-realismo do romance-livro publicado que circula no seu tempo histórico em oposição radical e polemista aos códigos academicista-beletristas sustentados pelos "mandarins" que comandam a instituição literária carioca (RESENDE, 1993, p. 21). De alguma forma, em Policarpo Quaresma transitam esses dois planos, entre a realidade ficcionalizada e a hiper-realidade do escritor, planos estes muitas vezes confundidos na crítica literária existente. A confusão é esclarecida por Beatriz Resende ao explicar que a ficção se projeta para o futuro como alegoria entre passado e presente onde: "a história que o texto re-constrói se faz nossa história no espaço do ficcional" (1979, p. 112).

Desta forma, entende-se que o realismo dentro do texto não exclui as potências da alegoria[74] fora da sua temporalidade através da atualização leitora. O estilo ou forma literária não reduz nem a significação do texto nem seus mecanismos narrativos.

A revisão bibliográfica da crítica sobre o protagonista trágico de *Triste fim*, Policarpo Quaresma, mostra como denominador comum o patriotismo da personagem. Porém, a originalidade de Policarpo não está no seu patriotismo, diz Silviano Santiago, mas em "ter adotado uma forma *ideal* de patriotismo como justa para o processo de salvação do país" (grifos no original) (1997, p. 536). A diferença entre utopia e práxis do patriotismo, ou seja, do "texto cultural brasileiro", é o motor da ação e o pensamento da personagem como também do sentido da obra. O romance de Lima Barreto não é norteado, então, pela reprodução da brasilidade, de sua retórica fundacional romântica e oficial positivista, porque, inversamente, coloca sua homogeneidade sob revisão crítica. O resultado, porém, não é um romance anti-nacional; seu valor "nacional" reside, paradoxalmente, na crítica à contradição de um discurso que se desdiz na prática, contradição que tem que ser discutida como problema simbólico da sociedade que a produz como problema social. Nesses termos pode ser entendida a estratégia "realista" do romance.

Num capítulo do livro *Trincheiras de sonho: Ficção e cultura em Lima Barreto* dedicado a esse romance, Negreiros de Figueiredo mapeia ensaisticamente a genealogia discursiva, não do autor Lima Barreto, mas da personagem patriota, Policarpo. Como foi explicado ao longo dos ítens 1.1 e 1.3, seu idealismo se baseia, via a leitura da brasiliana, na interpretação romântica da nação fundada por José de Alencar que, por sua vez, remonta à escrita dos primeiros viajantes da colonização portuguesa como Pero Vaz de Caminha. Nessa origem colonial da brasilidade, o imperativo de exploração mercantil e dominação territorial foi neutralizado pelos valores morais cristãos medievais a partir da criação de uma linguagem uniforme e homogênea com a qual a metrópole e a colônia se identificassem, de forma a anular a diversidade e heterogeneidade da situação colonial (1998, p. 32-4).

Essa linguagem criada pode ser considerada como espécie de proto-realismo no Brasil que, posteriormente, interage com o período tardío do realismo literário que me interessa propriamente, o final do século XIX e o início do XX. Ou seja, o romance como texto ou

[74] É a leitura feita por Mauro Rosso (2010) dos "contos argelinos" de Lima Barreto ambientados no Oriente médio e dirigidos como crítica ao governo do marechal Hermes da Fonseca.

"tecido verbal" tem, então, pelo menos três fontes: a palavra colonial, a interpretação romântica e a crítica realista social de corte alegórico.

Porém, durante o século XIX, fora da harmonia construída por aquela linguagem, que agora revaloriza o índio em forma abstrata e descreve a natureza farta de frutos fáceis, "não há conciliação entre liberalismo, escravidão e cristianismo" (FIGUEIREDO, 1998, p. 34). Esse processo de idealização da linguagem, que afasta o signo do referente, é formulado por Silviano Santiago como o processo de "metaforização" próprio a todo discurso da brasilidade (1997, p. 540), onde o sentido da palavra não corresponde ao seu referente: o índio não é o brasileiro de fala portuguesa, a natureza não é farta, a terra não é fértil e o trabalho agricultor não rende os frutos fáceis que dependem da mão escrava ou mal remunerada.

Policarpo funciona como uma espécie de medidor de veracidade que acaba por reprovar o discurso da brasilidade, a expensas do seu próprio idealismo.

A construção psicológica do idealismo de Policarpo não é ambivalente; como personagem, ele é completamente crente dessa brasilidade linear, uniforme e homogênea. Mas, continuando com Santiago, a ambivalência no romance está na valorização do destino trágico da personagem em função do desencontro entre linguagem-retórica e realidade-práxis. O romance critica, de uma só vez, a violência das forças opostas a Policarpo e "a noção idealizante de pátria que [ele] tenta pôr em prática" (SANTIAGO, 1997, p. 536). É ambivalente porque a colocação do idealismo extremo no meio do realismo carioca surte um efeito singular dividido entre o riso, a tragédia e o pessimismo. A morte de Policarpo, e seu fracasso rotundo, parece dar razão a seus opressores e críticos, ao mesmo tempo que a voz narrativa parece, simultaneamente, apoiar e rejeitar o discurso histórico nacionalista-ufanista (SANTIAGO, 1997, p. 537).

Enquanto o contraste entre personagens venezuelanas, entre Gonzalo e Paulo, serve para impulsionar a ascensão do sujeito popular, o contraste entre personagens brasileiras, entre Policarpo, Ricardo Coração dos Outros e Olga Coleoni, serve para destacar a queda do idealismo patriótico. Antonio Arnoni Prado comenta que a personagem Ricardo, o músico popular e compositor de modinhas que é recrutado na Revolta da Armada, é um "corpo estranho ao sistema, projetado de fora para dentro, passível de absorção e esvaziamento" (1976, p. 39). Ele termina "institucionalizado", ou seja, integrado ao sistema que é completamente indiferente ao destino da arte popular. No mesmo sentido contrastivo, Negreiros de Figueiredo precisa que a personagem Olga, a mais lúcida do romance, que é

"capaz de emancipação", termina no quadro convencional da dependência do matrimônio com um médico medíocre. A compreensão sempre clara e profunda de Olga reconhece, na privacidade do lar, o vazio de valores sociais da sociedade carioca espelhados no seu marido, profissional liberal da medicina, que vive do "verbalismo oco e inútil, a adulação e a prepotência" que serve de "espelho dos termos saber, conhecimento e [ausência de] reflexão crítica" nessa sociedade (1998, p. 62-6). Essas personagens contrastadas apenas aprofundam a brecha, no dizer de Arnoni Prado, entre a "utopia oficial" da autoridade e a "utopia imaginada" de Policarpo (PRADO, 1976, p. 41).

Os argumentos aqui revisados da crítica literária sobre *Triste fim* interligam literatura e história não só a partir da pauta do próprio romance, mas também na análise da história da escrita no Brasil. Na medida em que a crítica literária eleva o romance a estatuto de crítica cultural, não é suficientemente aproveitada a fala política da forma romanesca, ou seja, a relação entre o "triste fim" de Policarpo e o sistema de governo da república que é o centro de atenção tanto narrativa quanto crítico-literária.

A crítica sobre *Triste fim* e *Este país* reitera a importância da história para entender as motivações psicológicas das personagens e o porquê de sua ação. A ambientação de eventos bélicos da histórica nacional e a intertextualidade entre romance e discurso nacional sublinham o imperativo político da interpretação dos textos. Ao longo da dissertação, tenho acompanhado, junto com a crítica, essa posição. Porém, minha contribuição vai por uma direção diferente, embora em consonância com a crítica existente. Trata-se da leitura da forma do fracasso da personagem como interpretação por parte do romance sobre a história material, ou seja, uma caracterização da obra a partir do modo de produção sígnico-estilístico onde a história nacional e o destino textual da personagem articulam, de uma só vez, história e literatura de forma que o texto literário fale politicamente por si mesmo, o que retomarei no ítem 2.2 e nas conclusões.

2.1.3 **Dependência cultural e crítica romanesca**

A discussão entre a literatura, a tese do progresso e a nação contém também um viés material complementar importante a considerar. Entre 1870 e 1910 a América Latina inicia um processo de modernização que atinge todas as esferas da sociedade tanto na América Hispânica quanto no Brasil (RAMA, 2008, p. 14-9; SEVCENKO, 1997, p. 14-7). Em 1870 se

funda o Partido Liberal do Brasil, e na Venezuela o liberal-positivista Antonio Guzmán Blanco assume, com interrupções, a presidência (1870-88). Entram em ambas as nações, de modos distintos, as ideias do positivismo científico e a economia liberal internacional como base do progresso nacional segundo o modelo europeu burguês (SEVCENKO, 1985, p. 42; MORÉ, 2002, p. 21). Apesar disso, além das mudanças práticas orientadas pela linearidade e uniformidade do discurso oficial, esse discurso, representado na literatura, desloca a realidade desigual vinda da herança colonial, em particular, da dependência econômica. Cardozo explica essa situação para o caso venezuelano:

> Depois da Independência a atrasada economia herdada da Colônia, a qual descansava sobre o latifúndio e uma pequena e incipiente indústria, *não pôde nem competir nem deter a penetração econômica europeia* [...]. A Venezuela se transforma em um monoprodutor e monoexportador de matérias primas baratas – *café, cacau, couros* [...] – e em um poli-importador de produtos industrializados, os quais deslocam as mercadorias artesanais "criollas" e fazem fracassar a pequena indústria nativa existente. Descuidam-se dos diversos ramos da agricultura e se põe ênfase só no café, o cacau e o couro[75] (grifos meus) (1987, p. 91).

No caso brasileiro, Sevcenko diz:

> A dotação do país de uma infra-estrutura técnica aperfeiçoada, representada pela instalação de grandes troncos ferroviários, a melhoria dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, juntamente com o crescimento da demanda europeia de matérias-primas, deu um impulso vertiginoso no comércio externo brasileiro, *aumentando grandemente as suas importações*, pagas com os recursos das culturas agrícolas em pleno fastígio do *café, cacau e borracha* (grifos meus) (1985, p. 45).

O "internacionalismo modernizador" latino-americano, no dizer de Rama (2008, p. 14), significou o comércio desigual entre monoexportadores de matérias primas (em ambos os casos o café e o cacau) e pluriconsumidores de produtos industrializados e "ideias" da Europa, preferentemente da França (RAMA, 2008, p. 11; SEVCENKO, 1985, p. 37; PIZARRO, 1994, p. 29).

No nível cultural, este processo gerou, no dizer de Cardozo, a "europeização do nativo" (1987, p. 91), que a historiografia brasileira chama a Belle Époque, no marco de governos liberais "dependentes", quando são publicados *Triste fim* e *Este país*. O carioca Policarpo e o caraquense Gonzalo defendem, na ficção, o "próprio" no momento em que, na

---

[75] Luego de la Independencia la atrasada economía venezolana heredada de la Colonia, la cual descansaba sobre el latifundismo y en una pequeña e incipiente industria, *no puede ni competir ni detener la penetración económica europea* […]. Venezuela transfórmase en un monoproductor y monoexportador de materias primas baratas – *café, cacao, cueros* […] – y en un polimportador de productos industrializados, los cuales la mercadería artesanal criolla desplazan y hacen fracasar la pequeña industria nativa existente. Descuídanse los diversos ramos de la agricultura y pónese sólo énfasis en el café, el cacao y el cuero (grifos meus).

realidade, a literatura europeizada das urbes nacionais desloca ou esquece os problemas sociais produtos da herança colonial.

Nesse contexto histórico-cultural, a apropriação realista-naturalista em *Triste fim* e *Este país* tem sentido crítico, mas de modo diferente. Em *Triste fim*, o estilo simples e o vocabulário coloquial de Lima Barreto entra em choque com a "retórica academicista" da Belle Époque, cuja "linguagem [...] desfigura o real" (PRADO, 1976, p. 20). Em *Este país* o estilo "criollista" certamente se opõe ao cosmopolitismo modernista (que não confundo com o Modernismo brasileiro de 1922) no tratamento do "caráter nacional", mas na Venezuela, como diz Medina, "o "criollismo" e o modernismo não se excluem" (1991, p. 139). Tudo isso é sintomático da estreita relação entre linguagem e ideologia que atravessa também a literatura como produto linguístico.

Sobre esse ponto, parte da crítica brasileira se vale negativa ou positivamente da personalidade "polêmica" de Lima Barreto para valorizar sua escrita anti-sistema, e a venezuelana da personalidade "humilde" de Urbaneja Achelpohl para valorizar sua linguagem "criollista". Assim a função-autor, no dizer de Foucault[76], modela a interpretação histórico-literária de "ressentido" em um (GOMES, 1968, p. 219) e de "exemplaridade" no outro (MEDINA, 1991, p. 140). É mister evitar que o biografismo caracterize a obra, o que não elimina o uso da função-autor, mas relativiza sua hegemonia interpretativa.

Por extensão, as discussões de época sobre economia nacional, sobre a qual os escritores também opinam, expressam tendências, algumas mais dominantes que outras. Na medida em que a função-autor se posiciona ideologicamente sobre as questões de economia política, a valorização de uma boa parte da crítica e de instituições literárias tende a julgar extraliterariamente um produto literário como o romance, ainda que este, à diferença da poesia, "se pareça" mais à realidade quotidiana vivida pelo leitor e o crítico literário. As convicções revolucionárias e anarquistas de Lima Barreto serviram bem a função-autor como esquema de julgamento extraliterário para sua literatura, o que, mais do que descrever e atribuir valor à obra, reproduziu comentários pessoais e subjetivos sobre a pessoa histórica do autor. Do mesmo modo, no caso do autor venezuelano, as convicções liberais, certa simpatia pelas figuras autoritárias e sua situação de proprietário rural, embora modesto, condicionaram

[76] Quem diz: Trata-se de omitir do sujeito (ou seu substituto) seu papel de fundamentalmente originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. No original: Il s'agit d'ôter au sujet (ou à son substitut) son rôle de fondamentalement originaire, et de l'analyser comme une fonction variable et complexe du discours (FOUCAULT, 1983, p. 23).

extraliterariamente também a aceitação ou, pelo menos, o reconhecimento da obra literária de Urbaneja Achelpohl e, além disso, como o "pai" do "criollismo" venezuelano. Ali a função-autor também hegemoniza, em parte, a atividade da crítica literária venezuelana.

Nesse cruzamento entre texto e sociedade, penso que o destino final das personagens idealista-nacionalistas reescreve ou reestrutura a compreensão da sociedade, mas de forma distinta àquela oferecida pela crítica autoral. A morte de Policarpo e o indulto de Gonzalo contêm informação na forma realista-naturalista de enunciação relevante no plano histórico-político. Em relação à personagem como enunciação, Arnoni Prado observa que:

> [A] consciência da ruptura em Quaresma é recuperada pelo narrador, vale dizer: [...] Quaresma é o contraste que não reflete sobre ele mesmo e não explora as contradições que o produzem. [...] [Nos] olhos do narrador, o itinerário de Quaresma carrega-se de revolucionariedade (1976, p. 42).

O gesto de ruptura não está nos próprios atos da personagem e sim no momento em que se inscrevem na enunciação por parte do narrador. Nesse sentido, a morte de Policarpo contém maior intensidade crítica frente à ordem republicana que não admite renovação e por isso é inflexível. Sua exclusão se reforça porque Ricardo Coração dos Outros e Olga Coleoni não representam ameaça nenhuma para o sistema. Não obstante, para Negreiros de Figueiredo, o final fatal não impede a interpretação da literatura de Lima Barreto como algo que tem um "poder de transformação da realidade" (1997, p. 389). Ou seja, o romance apontaria para um potencial de transformação fora do texto em si e através do contraste com o fracasso da personagem. O romance de Lima Barreto faz uma aposta crítica com relação à sociedade brasileira em fase de modernização no último terceto do século XIX, aquela que pouco depois veria a Regeneração do Rio de Janeiro executada por Pereira Passos a partir de 1902. Na contracorrente do academicismo europeizante da Belle Époque, a proposta do texto limiano sugere negativamente que o reformismo baseado na ideia de pátria não funciona enquanto não se enxergar, como começam a fazê-lo Policarpo e Olga, a exclusão histórica. Dessa forma, o romance "dialoga" com a minoria alfabetizada carioca e brasileira, cobrando a desigualdade adiada do seu discurso romântico de pátria, que a República do café com leite repetidamente reproduz.

Pelo seu lado, em *Este país* o indulto de Gonzalo significa uma reintegração limitada, dado que ele perde sua propriedade (o que sublinha a sua efetiva exclusão no setor agrícola) e é absorvido pelo sistema como funcionário de baixo nível. Quem providencia o indulto é Paulo Guarimba, o camponês mestiço transformado em general, ministro, proprietário (que

adquire de fato a fazenda de Gonzalo) e que se casa com a "criolla" Josefina Macapo. Nesse sentido, a reintegração da dissidência e a inclusão do sujeito popular contêm maior intensidade crítica frente à ordem republicana que, mesmo exercendo a exclusão, pode ser permissiva em circunstâncias peculiares. Por isto, para Cardozo, a significação do matrimônio de Paulo dentro da ordem hegemônica venezuelana, se deve a que:

> Os representantes do "velho procerato" [sistema dos "próceres"] no romance em momento nenhum perdem o domínio de classe, mas ao contrário: depois das graves situações políticas pintadas na obra eles mantém o poder mas, claro, em troca, cederiam nos princípios do auto-mito da nobreza de sangue, dos Macapo. *Para as classes dominantes "criollas" a única nobreza válida é representada pelo dinheiro*. Por isso Urbaneja supriu a palavra aristocracia pela de plutocracia. Don Macapo entrega sua filha em matrimônio não ao peão Paulo Gaurimba mas ao general e ministro Paulo Guarimba[77] (grifos meus) (1987, p. 73).

A reintegração e inclusão, então, na ordem hegemônica simboliza uma renovação relativa dessa ordem. O paradoxo de ambos os movimentos se explica na história. Para Raquel Rivas Rojas, o discurso "criollo" do século XIX se caracteriza por um: "Deslocamento [que] permite incorporar imagens do outro popular, rural ou urbano, quando sua presença é requerida com o fim de respaldar o caráter totalizante ao qual aspira a voz do sujeito republicano"[78] (2002, p. 104). A peculiaridade do "deslocamento" discursivo em Urbaneja Achelpohl é que o sujeito popular renova simbolicamente a ordem republicana quando ele é colocado, no espaço da ficção, como a voz republicana central, o que satisfaria a promessa constitucional da igualdade social adiada.

2.2 COMPARATISMO LITERÁRIO LATINO-AMERICANO

2.2.1 **A reescrita jamesoniana**

Os romances *Triste fim* e *Este país* compartilham o vínculo do literário com o extraliterário, característico do realismo-naturalismo latino-americano do início do século XX. Temos visto que eles tratam da cultura nacional, da agricultura e das guerras em cada um

---

[77] Los representantes del "viejo procerato" en la novela en ningún momento el dominio de clase pierden, todo lo contrario; después de las graves situaciones políticas pintadas en la obra ellos mantienen el poder pero, claro, a cambio de ceder en los principios del automito de la nobleza de sangre, de los Macapo. *Para las clases dominantes criollas la única "nobleza" válida la representa el dinero*. Suplió por eso Urbaneja la voz aristocracia por la de plutocracia. Su hija entrega en matrimonio don Macapo no al peón Paulo Guarimba sino al general y ministro Paulo Guarimba (grifos meus).

[78] [D]esplazamiento [que] permite incorporar imágenes del otro popular, rural o urbano, cuando su presencia es requerida con el fin de respaldar el carácter totalizante a que aspira la voz del sujeto republicano.

dos dois países. Porém, não se trata de um referente externo que determine o texto literário, como um reflexo lukacsiano, mas de uma operação dada totalmente no interior do texto que, a partir dali, se relaciona com o extraliterário. Esta operação pode ser entendida com a noção de subtexto de Fredric Jameson em *The Political Unconscious*:

> O tipo de interpretação aqui proposto se compreende de uma maneira mais satisfatória como a rescrita do texto literário em um jeito tal que esse mesmo possa ser visto como a rescrita ou reestruturação de um subtexto histórico ou ideológico anterior, se entendendo sempre que *este "subtexto" não está imediatamente presente como tal* [...]. [O ato literário ou estético] não pode simplesmente permitir à "realidade" que persevere inertemente no seu próprio ser, fora do texto e à distância. Ele deve, em vez disso, introduzir o Real em sua própria textura, e os paradoxos maiores [...] hão de ser achados nesse processo, mediante o qual *a linguagem consegue levar o Real dentro de si mesmo como seu próprio texto intrínseco e imanente*[79] (grifos meus) (1994, p. 70-1).

Nesse caso, o subtexto não corresponde ao recurso literário de reviver a realidade das guerras da Revolta da Armada em *Triste fim* ou a Revolução Libertadora em *Este país*. O subtexto corresponde à ordem enunciativa simultaneamente literária, histórica e política que torna legível esses eventos bélicos e a ação fictícia como a textualização intrínseca e imanente do Real[80] (aquilo que está fora do enunciado, da linguagem) em cada obra.

Para a "reescrita" ou "reestruturação" em subtextos é necessário considerar, como se viu ao longo da dissertação, as ações fracassadas das personagens idealistas, Policarpo Quaresma em *Triste fim* e Gonzalo Ruiseñol em *Este país*, em relação ao destino final deles, destino coincidente com a resolução dos romances. De maneira quase exata, em ambos os romances, o movimento de fracasso compreende três momentos: o discurso idealista sobre o nacional, o trabalho agrícola e a atividade bélica, que não são necessariamente simétricos em seu desenvolvimento individual e analógico.

---

[79] The type of interpretation here proposed is more satisfactorily grasped as the rewriting of the literary text in such a way that the latter may itself be seen as the rewriting or restructuration of a prior historical or ideological subtext, it being always understood that *that "subtext" is no immediately present as such* […]. [The literary or aesthetic act] cannot simply allow reality to persevere inertly in its own being, outside the text and at distance. It must rather draw the Real into its own texture, and the ultimate paradoxes […] are to be traced back to this process, whereby *language manages to carry the Real within itself as its own intrinsic and immanent subtext* (grifos meus).

[80] O termo é de Jacques Lacan para indicar o inefável, ou seja, a existência do mundo sem percepção subjetiva nem linguagem que o expresse (deseje). O que chama a atenção no modelo interpretativo de Jameson é o uso de conceitos operativos das duas grandes discursividades – no dizer de Michel Foucault – dos séculos XIX e XX, a saber, a psicanálise fundada por Freud e a dialética material fundada por Marx. O título, *The Political Unconscious,* é representativo da imprevista união discursiva e o crítico aproveita criteriosamente os parâmetros material e libidinal na experiência leitora da literatura e da arte, o que representa um problema da teoria literária que ultrapassa meu objetivo aqui.

Tanto Quaresma quanto Ruiseñol fracassam triplamente na crença de sua visão idealista da nação, na implementação de agrotecnologia importada para a terra tropical que não corresponde à imagem de fertilidade criada no século XIX e, finalmente, na participação na guerra a cujas causas são alheios. Assim, o idealismo nacionalista é dissolvido três vezes frente a ordens republicanas que exercem o poder direta ou indiretamente, baseadas na exclusão de discursos extra-oficiais, e portanto "perigosos", para o nacional. Nesse sentido, o drama do fracasso é um ato simbólico da complexa tensão social dos contextos brasileiro e venezuelano. Essa exclusão, porém, deve ser analisada junto com o destino das personagens dramáticas cuja diferença narrativa é fundamental para a reescrita e interpretação das obras. Quaresma é indevidamente julgado e fuzilado como traidor, havendo lutado impecavelmente pelo Governo contra os "revoltosos", enquanto que, ao contrário, Ruiseñol é indultado e logo empregado como funcionário público para o mesmo Governo contra o qual se rebelou na qualidade de "revolucionário".

Como visto nesse estudo, o fracasso e o destino final das personagens adquirem significação complementar na relação destes com outras personagens em situação de marginalizados ou não. Em *Triste fim*, Ricardo Coração dos Outros, músico e poeta popular, e Olga Coleoni, mulher inteligente de classe alta, limitada pelo matrimônio, são personagens que apoiam moralmente Quaresma e que representam formas não-oficiais de cultura e dissensão que, a partir da leitura do "triste fim" de Quaresma, vão permanecer à margem. O pessimismo em *Este país* adota um final mais "otimista". Paulo Guarimba, mestiço e camponês assalariado, se faz general e ministro através da guerra, se casa com Josefina Macapo, a filha de um fazendeiro rico, e adquire terras. Paulo e Josefina são personagens que admiram as iniciativas agrárias de Ruiseñol, e por isto eles representariam, desde a leitura do fracasso de Ruiseñol, um futuro possível e distinto no plano social e no agrícola. Dessa maneira, o elemento formal dos casais Ricardo-Olga e Paulo-Josefina intervêm na reescrita e reconstrução do drama e destino final de Quaresma e Ruiseñol.

A ação dramática e o cenário de guerras históricas são elementos do texto que, em sua reescrita interna, se transformam em um subtexto político quando se percebe a tensão social representada, precisamente, por essa ação e esse cenário. Nessa reescrita, os fracassos e o destino final das personagens parecem contradizer paradoxalmente o respectivo contexto constitucional histórico-político da "continuidade" brasileira e da "descontinuidade" venezuelana, formulado na Introdução, sobre o que voltarei nas conclusões.

2.2.2 **Relações interliterárias e realismo literário**

A perspectiva da Literatura Comparada e a análise do texto literário vinculado ao extraliterário constituem o marco teórico-metodológico do trabalho. O tipo de comparação se baseia na relação entre literaturas nacionais, ou relação interliterária, não na modalidade genética ou por contato direto, mas na relação estrutural (DURISIN, 1982, p. 11). Quer dizer, não há entre as obras estudadas uma relação causal, mas apenas de afinidade e contemporaneidade no plano temático-formal, histórico-literário e, acrescento, histórico-cultural, entendido como "o pano de fundo extraliterário comum"[81] (SCHMELING, 1984, p. 23). Além disso, interessa-me a relação interliterária na região latino-americana, correspondendo assim à segunda direção comparatista para a área proposta por Ana Pizarro (1985, p. 55), cujo desafio a crítica chilena formula nos termos seguintes:

> O problema […] parece apontar para a construção, a partir da análise histórico-literária concreta, dos modelos organizativos que permitem dar conta da dinâmica da *unidade na pluralidade* e nesse sentido dos processos de estruturação, desestruturação e reestruturação do discurso literário no movimento da história de onde ela emerge[82] (grifos meus) (p. 56).

Nesse sentido, a premissa da "unidade na pluralidade" orienta a relação interliterária do tema da república e do drama realista para obras literárias de inícios do século XX no Brasil e na Venezuela. O modelo organizativo não só leva em conta as semelhanças e diferenças dos textos individuais e das formas de realismo literário como processo interliterário, mas ainda considera a função desses textos e essas formas dentro do processo interno de cada literatura nacional. O comparatista eslovaco Dionyz Durisin distingue este caráter duplo através da relação interliterária, que compreende os elementos em comparação propriamente, e a relação intraliterária entendida como: [A] *dinâmica interna* do desenvolvimento da literatura [...] como *fator formador de relações interliterárias*[83] (grifos meus) (1982, p. 14).

A "unidade na pluralidade" mencionada pode então ser entendida aqui como a técnica contrastante que compara as literaturas latino-americanas entre si ao mesmo tempo que

---

[81] El transfondo extraliterario común.

[82] El problema […] parece apuntar a la construcción, a partir del análisis histórico-literario concreto, de los modelos organizativos que permitan dar cuenta de la dinámica de *la unidad en la pluralidad* y en este sentido de los procesos de estructuración, desestructuración y reestructuración del discurso literario en el movimiento de la historia desde donde emerge (grifos meus).

[83] [L]a *dinámica interna* de desarrollo de la literatura […] como *factor formador de relaciones interliterarias* (grifos meus) (1982, p. 14).

dentro de si mesmas, permitindo de forma tal uma valorização dupla, do particular e do diverso, num processo bilateral que não seria possível no nível puramente uninacional da historiografia literária. Nesses termos, a perspectiva de contraste da comparação abre novas possibilidades para a analise histórico-literária concreta (i.e.: o naturalismo americano).

Além do plano temático e estrutural, salienta Pizarro que:

> [A] perspectiva comparatista terá a possibilidade de iluminar sobre a diferenciação que historicamente se está formando nos desenvolvimentos nacionais ou regionais, assim como numa *perspectiva histórico-cultural* deles poderá encontrar um padrão que estará necessariamente assentado, como foi evidenciado pela ciência social latino-americana, nas etapas de *colonialismo e posterior dependência* que geraram uma formação histórica comum e, como salientávamos, de traços específicos[84] (grifos meus) (1985, p. 56).

A disciplina comparatística latino-americana, assim como o seu objeto de estudo, transita do literário ao extraliterário não só por exigência dos próprios textos literários, mas pelo caráter de "unidade na pluralidade" do contexto geográfico, linguístico e cultural da América Latina. O estudo comparativo precisa ser por natureza interdisciplinar dado que tanto os conteúdos textuais (i.e.: fracasso, agricultura, guerra) quanto as condições de produção literária (i.e.: instabilidade política, desigualdade social, hibridez cultural) provêm da América lusitana e hispânica que herdaram, com o advento das suas Repúblicas, as mentalidades coloniais e práticas da dependência econômica, em boa medida ainda vigentes (PIZARRO, 1985, p. 57; E. COUTINHO, 2003, p. 19). Dessa maneira, os romances *Triste fim* e *Este país* adquirem um valor histórico-literário e histórico-cultural complexo, sem deixar de primar pela estrutura do texto como fundamento de análise.

O método de análise textual deve portanto desenhar instrumentos adequados ao exame da diferença política na experiência literaturizada da República no Brasil e na Venezuela, conforme sustentado ao longo do estudo. Para completar a perspectiva metodológica da dupla relação interliterária, é necessário passar da "atitude comparatista" à prática de descrição textual. Retomando do crítico estadunidense Fredric Jameson a operação de reescrita ou reestruturação do texto em um subtexto que configura intrínseca e imanentemente o Real, explicado anteriormente, faltaria passar ao próximo horizonte do

---

[84] [L]a perspectiva comparatista tendrá la posibilidad de iluminar sobre la diferenciación que históricamente se ha ido generando en los desarrollos nacionales o regionales, así como en una *perspectiva histórico-cultural* de ellos podrá encontrar un patrón que estará necesariamente asentado, como lo ha puesto en evidencia la ciencia social latinoamericana, en las etapas de *colonialismo y posterior dependencia* que han generado una formación histórica común y, como señalábamos, de rasgos específicos (grifos meus).

modelo jamesoniano. Evitando a análise sociológica convencional, se trata de uma nova reescrita ou reestruturação onde:

> O texto individual será refocalizado como uma "parole" [fala], ou enunciado individual, daquele sistema mais vasto, ou "langue" [língua], do discurso de classe. O texto individual conserva sua estrutura formal como ato simbólico [...] [e] é apreendido como um movimento simbólico numa *confrontação ideológica essencialmente polêmica* e estratégica entre as classes[85] (grifos meus) (JAMESON, 1994, p. 74).

Ao contrário de impor uma visão sociológica *a priori*, se quer reconstruir, na tensão simbólica do texto individual ou "ato de fala", o antagonismo social da "língua" ou sistema ideológico maior em que se registra esse ato. É um antagonismo social particular que, havendo já sido reescrito no subtexto, agora volta a se reescrever – sem deixar de ser enunciado literário – em enunciação antagônica social. Em outras palavras, os textos individuais de *Triste fim* e *Este país* reescrevem e reestruturam o confronto entre o discurso oficial da ordem republicana (i.e.: monarquistas e jacobinos, ambos liberais, por um lado e liberais "amarelos" e restauradores, ambos liberais, por outro) e a alternativa discursiva representada no idealismo nacional de Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, e ainda, na presença, em ambas as obras de sujeitos à margem do sistema republicano.

A lógica de exclusão própria a cada república (a continuidade inflexível, a descontinuidade permissiva) interage dentro dos elementos temático-formais do texto sem a necessidade de sair ainda da análise textual. Além disso, a comparação de subtextos e antagonismos permite ultrapassar sua particularidade cultural, o que Durisin explica:

> Trata-se aqui, em essência, de uma relação entre o particular e o universal, ao mesmo tempo que a valorização das relações e conexões a partir da *posição da dinâmica do desenvolvimento próprio* das literaturas que se comparam apreende *o lado particular* do processo interliterário de desenvolvimento, e *o estabelecimento das regularidades* do desenvolvimento no chamado *plano supranacional* ou interliterário apreende *seu lado universal*[86] (grifos meus) (1982, p. 15).

O caráter duplo da relação interliterária ultrapassa, desta maneira, o subtexto e o antagonismo particular sem diluí-los, ou seja, ultrapassa a lógica local de exclusão, para estabelecer as "regularidades" ou traços comuns de discursos literários críticos do projeto de nação baseado

---

[85] [T]he text will be refocused as a parole, or individual utterance, of that vaster system, or langue, of class discourse. The individual text retains its formal structure as a symbolic act […] [and it] is grasped as a symbolic move in an essentially *polemic and strategic ideological confrontation* between the classes (grifos meus).

[86] Aquí se trata, en esencia, de una relación entre lo particular y lo universal, al tiempo que la valoración de las relaciones y conexiones desde la *posición de la dinámica de desarrollo propia* de las literaturas que se comparan aprehende *el lado particular* del proceso interliterario de desarrollo, y *el establecimiento de las regularidades* de desarrollo en el llamado plano supranacional o interliterario aprehende *su lado universal* (grifos meus).

na exclusão, seja o brasileiro, seja o venezuelano, agora sim, no conjunto supranacional já propriamente sul-americano. Nesse sentido, o movimento de avaliação que vai do nacional ao supranacional, reitero, abre novas apreciações que a análise dentro do limite nacional pode ainda não trazer à tona. Trata-se de visualizar o "estabelecimento das regularidades", no dizer de Durisin, da progressão da literatura nacional à latino-americana, e inclusive, desta ao conjunto superior ou mundial da literatura realista-naturalista da passagem do século XIX ao XX.

A significação textual do destino final de Policarpo e de Gonzalo adquire uma nova legibilidade na relação interliterária do estilo realista-naturalista como também no plano histórico-cultural, levando em conta assim a particularidade da crítica do projeto de nação brasileiro e venezuelano em *Triste fim* e *Este país.* Ao mesmo tempo, a relação interliterária permite comprovar a regularidade supranacional do naturalismo sul-americano, isto é, através de uma renovada função social da literatura cuja singularidade está na articulação entre estilo e história onde não há plena identificação entre a "informação" social da forma literária e a sua "inscrição" como mensagem política, mas, sim, um diálogo entre elas.

2.2.3 **A enunciação romanesca e o adiamento da emancipação social**

Como visto, em termos próprios Policarpo e Gonzalo representam artisticamente a tensão entre o que chamo de retórica fundacional e as práticas das respectivas sociedades, brasileira e venezuelana. Os romances completam a crítica social do quadro no relacionamento destes com personagens diversas em situação de marginalizados (o índio, Ricardo, Olga, Felizardo, Paulo e, até um ponto, Josefina). O drama do fracasso de entusiasmos retóricos e iniciativas agrárias e bélicas é o emblema de um antagonismo maior e profundo de índole social que se reporta ao passado fundacional através do uso dos elementos discursivos da nacionalidade. Assim, os elementos da valorização do índio como símbolo da nação no olhar ex-colonial, a visão romântica da terra farta e fértil dos cronistas e viajantes durante a colonização europeia, a ética liberal de trabalho agrário já nas nações sul-americanas independentes, os programas políticos de ação e as ideologias literárias (neoclassicismo, romantismo e realismo nacionais) a partir da independência, toda essa produção textual-cultural e todos esses elementos discursivos ficaram numa espécie de dívida

social histórica consigo mesmos que, penso, está latente em várias das articulações enunciativas dos dois romances. Lembremos algumas instâncias latentes.

Na terceira parte de *Triste fim*, imediatamente depois de se convencer sobre a necessidade de uma reforma geral para a administração do governo, Policarpo recorre à escrita e redige um 'projeto' que é recebido pela frase indiferente e sarcástica "você é um visionário" por parte do presidente Floriano, a autoridade máxima (BARRETO, 1984, p. 207). A passagem supera a circunstância e contingência entre Policarpo e Floriano e vai representar uma ordem de coisas existente. Vejamos. Apesar de o documento escrito ter, na ótica romântica de Policarpo, um valor de verdade e um potencial real de transformação, seu memorial é "engavetado". Enquanto a ação narrativa ocorre, a enunciação romanesca expõe o mecanismo de funcionamento da ordem constituída: toda solicitação formal diante do sistema burocrático se recebe protocolarmente, sim, só para ser considerado "depois". A resposta àquilo que é recebido e guardado sem a atenção devida só pode ser adiada indeterminadamente, criando uma infinita procrastinação. O âmbito burocrático governamental é apenas uma instância onde o reformismo é freado, mostrando, em outro plano da narração, a plasticidade enunciativa do texto, que repete a operação em outras passagens.

Por exemplo, quando Policarpo fica desiludido com a recepção de Floriano para com ele, se pergunta sobre a quantidade de mortos na guerra e do porquê não focar na produtividade nacional. Ele ainda justificará a situação convencendo-se que o marechal está "atrapalhado, não pode agora; mais tarde com certeza [Floriano] fará a cousa..." (BARRETO, 1984, p. 215). A personagem projeta para o futuro a ação e o bem desejados. Ainda, poucas páginas depois, julgado por traição e esperando ser fuzilado, Policarpo reconhece com lucidez seu fracasso e se pergunta, através do narrador, com um antecipado elo póstumo de idealismo: "[Q]uem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes?" (BARRETO, 1984, p. 245). A enunciação romanesca comunica uma lógica profunda de projeção para um futuro desejado de concretização incerta, procrastinado infinitamente.

De forma semelhante, no romance venezuelano, quando Gonzalo avalia sua obra fracassada, nos monólogos patológicos indicativos do complexo de inferioridade, ele consegue algo relativamente 'positivo'. Lemos:

> Sí, él era un extemporáneo, un fruto anticipado; sus hermanos, sus iguales, aún dormirían por mucho tiempo en el misterio [a respeito do saber científico que ele possuía]. Él era como un jalón, como un punto de mira, como *una muestra de lo que serían los otros, los que habrían de venir*, los que no

> conocerían de sus dolores y sus angustias, de sus afanes y luchas por dejar su huella, porque todo hombre estaba en el deber y el derecho de dejar como una estela luminosa. Tal era su concepción de vida[87] (grifos meus) (URBANEJA, 1997, p. 306).

Assim como seu homólogo carioca, Gonzalo vê sua própria tentativa arruinada como modelo pioneiro a ser superado num futuro indefinido. A enunciação da ação leva a proposta reformista só para "depois".

Dessa maneira, os dois narradores, à margem do fracasso dramático explícito, codificam no estilo literário o problema do adiamento da emancipação social que não se concretizou nem junto, nem depois da emancipação política. A personagem e a linguagem romanesca são o ponto de articulação da fala política própria à forma artística em obras narrativas que representam a vida nacional. A burocracia representada nas ficções fala pelos prazos de tempo histórico indeterminados que têm colocado para "depois" a satisfação da emancipação social dos sujeitos marginalizados durante a colônia e o período ex-colonial iniciado com a Independência política e continuado com a modernização finisecular.

CONCLUSÃO: NO TERCEIRO HORIZONTE: ROMANCE REPUBLICANO E CRISE CONSTITUCIONAL

Ao estudar Policarpo Quaresma em *Triste fim* e Gonzalo Ruiseñol em *Este país*, constatei que o estudo comparado da literatura venezuelana e brasileira é praticamente inexistente e que a atenção separada de suas historiografias é insuficiente para se formar uma compreensão de conjunto e dar uma contribuição à crítica literária. As historiografias (e as bibliografias) precisam dialogar, o que vale para o resto das literaturas na América Latina e no Caribe. Esse diálogo deve revisar continuamente a questão da opção de análise e a metodologia adequada de forma a superar noções demasiadamente gerais sobre questões de cultura latino-americana.

Se a premissa inicial é estudar a dimensão política desses romances e estabelecer diferenças e semelhanças na comparação entre os textos, uma primeira conclusão geral é a constatação de que ambos contêm personagens patrióticas com formas de idealismo que

---

[87] Sim, ele era um extemporâneo, um fruto antecipado; seus irmão, seus iguais, ainda dormiriam por muito tempo no mistério [a respeito do saber científico que ele possuía]. Ele era como uma referência, como um ponto de mira, como *uma nova amostra do que seriam os outros, os que haveriam de vir*, os que não conheceriam suas dores e suas angústias, seus afãs e lutas por deixar sua pegada, porque todo homem estava no dever e no direito de deixar como um estrelato luminoso. Tal era sua concepção de vida (grifos meus).

fracassam ao tentar contribuir com o projeto de nação e seu progresso, constituindo assim um tema típico não apenas da literatura no final do século XIX. No nível da composição, os textos são concebidos no parâmetro do estilo realista-naturalista que caracterizou uma tendência da literatura nacional venezuelana e brasileira em princípios do século XX.

O marcado interesse pela dimensão social da história nacional nos romances, por um lado e, por outro, a constante associação entre literatura e história na crítica literária sobre os romances, me levou a considerar a densidade da forma-literária "em conjunção com" a seleção dessa história nacional em cada país dentro de uma perspectiva metodológica relacional, propriamente comparativa. Para isso, optei pelo modelo de Fredric Jameson formulado em *The Political Unconscious*[88], que usei ao longo da dissertação, que oferece três horizontes de leitura onde a interpretação do artefato cultural (o texto romanesco) passa da reescrita do simbólico (a personagem literária) à reescrita do antagônico (lutas sociais e de classe) para atingir, no terceiro horizonte, o modo de produção do texto em chave histórica.

No primeiro horizonte, o simbólico, a eliminação de Quaresma e a reabsorção de Ruiseñol constituem uma diferença problemática dado que, embora no nível do discurso nacionalista e agrário ambos entrem em tensão com o sistema dominante ao qual pertencem, na prática bélica, instância final da resolução dramática, Quaresma age dentro do centro do poder e Ruiseñol, contra este. Assim sendo, se o contexto político brasileiro se caracteriza pela continuidade do fio constitucional, apesar das revoltas internas, quando chega a República, por que é Policarpo Quaresma eliminado do sistema de modo tão brutal? E se o contexto venezuelano se caracteriza pela ruptura do fio constitucional com os golpes e revoluções da difícil consolidação da República, por que é Gonzalo Ruiseñol reintegrado pelo sistema de modo tão tolerante?

O itinerário de Policarpo representa o fracasso de uma forma ideal da retórica patriótica que inclui imagens românticas do cultivo da terra e das origens indígenas do povo. Também representa a decepção do ideal através da violência medíocre da guerra e do seu encarceramento arbitrário, mesmo tendo lutado a favor do governo.

Esse itinerário pode ser reescrito no antagonismo gerado pela sua passagem na Revolta da Armada, confronto violento entre o Executivo e a Marinha a propósito da

[88] É conhecida a posição do crítico estadunidense a respeito da literatura "terceiro-mundista" como alegoria, questionada depois por críticos como Ahjaz, que partilho. Quero fazer a distinção entre a utilidade do modelo interpretativo e os juízos de valor questionáveis.

constitucionalidade do governo do presidente ditatorial Floriano num Brasil recém feito república, marcando o fim do Império civilista. Os grupos e partidos políticos em disputa revelam, e também reiteram, que a lógica excludente brasileira da "real politik" é uma concorrência de difícil convívio desde a fundação constitucional da nação. Mas tem pelo menos dois tipos de antagonismo. O primeiro é esse que acabo de mencionar da política em "primeiro grau".

O segundo antagonismo se observa ao relacionar a força crítica da queda de Policarpo com outras personagens: a inteligentíssima Olga Coleoni, o artista popular Ricardo Coração dos Outros e, especialmente, o camponês Felizardo. O romance fala politicamente, sempre através da forma artística do fracasso e decepção de Policarpo, sobre os sujeitos sociais excluídos: o dissidente, o intermediário e o explorado, respectivamente. Na medida em que Policarpo fracassa e se decepciona, apesar do caráter ativo da sua última carta de protesto contra as forças externas que o oprimem, as possibilidades desses sujeitos marginalizados se fecham. A relação entre a queda do ideal e esses sujeitos "se reescreve", pois, no fardo social da herança patriarcal e colonial do latifúndio e da escravidão, mantida durante os períodos monárquicos absolutista e constitucional[89] no Brasil. Policarpo é uma forma literária e artefato cultural que "significa" a instaurada constitucionalidade ilustrada cujo sistema historicamente "prometeu" a igualdade de direitos e a inclusão social que invariavelmente "adiou".

No nível histórico, o código realista-naturalista dá tratamento ficcional à crise constitucional e ao problema social que agora não operará a partir da ciência fisiológica que explica a degeneração do indivíduo, mas, na apropriação criativa de Lima Barreto, a partir da crítica à nova ordem constitucional republicana e sua mentalidade patriarcal-colonialista que desdiz o ideário social constitucional ilustrado, prometido tanto pelos seus fundadores monárquicos quanto pelos republicanos. Ainda neste nível, essa modalidade do realismo como código de significação (que, como vimos, fundem o fracasso decepcionante e a crise republicana) apresenta como ideologema a "inflexibilidade" da vida política brasileira, ou seja, de tudo aquilo que impede mudança e transformação sociais e, logo, políticas.

[89] A historiografia revisada no ítem 1.4.2 constata que a causa da queda da monarquia constitucional é motivada, precisamente, pela abolição.

Pelo seu lado, Gonzalo Ruiseñol representa o fracasso da retórica, da agricultura e também representa a decepção da violência inumana da guerra, mesmo sendo libertado do cárcere, embora tenha lutado contra o governo.

Esse itinerário pode ser reescrito no antagonismo social gerado pela Revolución Libertadora, que revive a instabilidade política de sete décadas de vida republicana no confronto entre a ordem constituída e a revolução fora da ordem. As forças oficiais e os grupos subversivos em disputa revelam, e também reiteram, que a lógica excludente venezuelana da "real politik" se caracteriza pela ruptura constante do fio constitucional desde a fundação da nação. Esse é o primeiro antagonismo.

O segundo surge ao relacionar a força crítica da queda de Gonzalo com outras personagens que tornam visíveis os sujeitos excluídos e evidenciam o desgaste da tradição "criolla". Por isso, o romance fala politicamente, sempre através da forma artística do fracasso e decepção de Gonzalo, quando se arrisca a optar pela transformação simbólica da classe governante através da ascensão social de um dos sujeitos marginalizados, no caso, por meio da atividade militar do mestiço Paulo Guarimba, no início, um peão de sítio. Na medida em que Gonzalo é perdoado de sua subversão e a liberdade recuperada é neutralizada pela incapacidade patológica do "criollo", as possibilidades do sujeito marginalizado se abrem. A relação entre a queda de Gonzalo e a ascensão social de Paulo se "reescreve", sim, no fardo social da herança "criolla" do latifúndio e da escravidão, mas também na relativa mobilidade social aberta desde as lutas independentistas do movimento republicano venezuelano (que integraram todos os sujeitos da sociedade colonial) logo hegemonizadas pelos "criollos". Gonzalo é uma forma literária e artefato cultural que "significa" a instaurada constitucionalidade ilustrada cujo sistema historicamente "prometeu" a igualdade de direitos e a inclusão social que invariavelmente "adiou".

No nível histórico, o código realista-naturalista dá tratamento ficcional à crise constitucional e ao problema social que operará, na apropriação criativa de Urbaneja Achelpohl, a partir da observação natural que explica a incapacidade social do individuo "criollo" no meio nacional da terra "tórrida" e critica a velha ordem do caudilho regional e sua mentalidade patriarcal-colonialista, que desdiz o ideário social constitucional ilustrado, prometido pelos seus fundadores. Isso quer dizer que dentro da sua aposta simbólica, o romance justifica a nova ordem do supercaudilho centralizador. Ainda nesse nível, essa modalidade do realismo como código de significação (que, como vimos, fundem o fracasso

decepcionante, a ascensão simbólica e a crise republicana) apresenta como ideologema a "permissividade" da vida política venezuelana, ou seja, do movimento pendular de governos legítimos derrocados para governos *de facto* logo relegitimados que balançam no recortado fio constitucional. Decerto, essa permissividade não muda a lógica de exclusão da república "criolla", paradoxalmente destacando, no código histórico maior, a promessa adiada da emancipação social do índio, do negro e do mestiço depois da independência política liderada pelo "criollo".

Agora posso responder à pergunta formulada acima. O final pessimista de modo fatal e fechado em *Triste fim*, moldurado no contexto brasileiro, se explicaria pela desesperança que implica um sistema caracterizado por uma continuidade inflexível que não aceita renovação de fato, enquanto que o final pessimista-otimista de modo não-fatal e aberto em *Este país*, moldurado no contexto venezuelano, se explicaria pela esperança que implica um sistema caracterizado pela descontinuidade permissiva cujo recomeço considera renovações possíveis embora incertas.

O destino das duas personagens é a forma literária e o artefato cultural cujo "triste fim" é proporcional ao adiamento da promessa da emancipação social, num tempo republicano, dos sujeitos excluídos e marginalizados desde tempos coloniais. A textualização do destino delas e sua enunciação romanesca recuperam a intenção de integração social contida nos programas políticos independentistas do sujeito ex-colonial latino-americano (i.e.: Bolívar, Bonifácio) em ambivalência com a ameaça da desintegração social efetuada através da lógica de exclusão do Estado constitucional por parte do sujeito transformado em sujeito neocolonial latino-americano. Assim, a integração e desintegração política e social ficcionalizadas marcam de forma profunda os dois momentos que assinalam o centenário da nação: a independência no início do século XIX e a modernização no final do mesmo século e início do seguinte. A grande abrangência da dialética da integração e desintegração latino-americana envolve a ideologia formal ou "ideology of form" (a inflexibilidade, a permissividade) do artefato cultural perfeitamente costurado entre a enunciação romanesca (as personagens e as ações fracassadas) e a crise constitucional (a exclusão social histórica). Por isso, os textos podem ser qualificados, em termos literários, de "romances republicanos", abrindo e fechando o capítulo do estilo realista-naturalista do livro da historiografia literária latino-americana na virada do século XIX ao XX.

REFERÊNCIAS

ALAMO, Antonio. Referencias para la historia. *Boletín del Centro Histórico Larense*, Barquisimeto, n. vi, p. 4-14, abr./jun., 1943.

ALMA VENEZOLANA. Caracas: Bolívar, 1910-11. Revista quincenal.

ANGARITA ARVELO, Rafael. *Historia y crítica de la novela en Venezuela y otros textos.* Mérida: ULA – Banco Sofitasa, 2007.

ARCILA FARÍA, Eduardo (comp). *Las Estadísticas de Castro: primera década del siglo XX*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1985.

ARDAO, Alicia. *El café y las ciudades en Los Andes venezolanos, 1870-1930*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1984.

ARRÁIZ, Antonio. *Los días de la ira: las guerras civiles en Venezuela, 1830-1903.* Caracas: Vadell Hermanos, 1989.

ARROM, José Juan. Criollo: Definición y matices de un concepto. *Hispania,* Madrid, v. 34, n. 2, p. 172-6, maio, 1951.

ARROYO ÁLVAREZ, Eduardo. *Oceanografía del criollismo*. Valencia: Gobierno de Carabobo, 1990.

BAEZ, Leudy. Retrospectiva de "En este país". El paisaje en la novela criolla venezolana. *Monografias.com*, ago. 2007. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos49/novela-venezolana/novela-venezolana2.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2007.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Lima Barreto e a reforma da sociedade*. Recife: Pool, 1987.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Contos.* São Paulo: Landy, 2000.

_____. No ajuste de contas. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Lima Barreto e a reforma da sociedade*. Recife: Pool, 1987, p. 63-71.

_____. O destino da literatura. In: BARBOSA, Francisco de Assis. *Lima Barreto e a reforma da sociedade*. Recife: Pool, 1987, p. 73-86.

_____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997.

BASTOS, Clarissa Rollin Pinheiro. Metamorfoses do Ufanismo. Um estudo sobre o Ufanismo Expansionista e o Nacional Ufanismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Tese.

BECKER, George J. *Documentos del realismo literario moderno.* Trad. Carlos Augusto León. Caracas: UCV, 1975.

BELROSE, Maurice. *La época del modernismo en Venezuela.* Caracas: Monte Ávila, 1999.

_____. *La sociedad venezolana en su novela (1890-1925)*. Maracaibo: LUZ, 1979.

BELTRÁN GUERRERO, Luis. *Introducción al positivismo venezolano*. Caracas: UCV, 1956.

BERRÍOS BERRÍOS, Alexi. *Cipriano Castro frente al imperialismo*. Caracas: Tropykos, 1996.

BELLO, Andrés. *Obra literaria. Andrés Bello.* Caracas: Ayacucho, 1979.

BHABHA, Homi. *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990.

BOLLIG, Ben. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, or the Sad End of Party Politics in *Belle Époque* Brazil. *Hispanic Research Journal*. Londres, v. 4, n. 1, p. 59-71, 2003.

BOSI, Afredo. BOSI, Alfredo. Cultura. In: José Murilo de Carvalho (coord). *Histórica do Brasil Nação. A construção nacional 1830-1889.* Vol. 2. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012 p. 225-79.

_____. *Dialética da colonização.* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983.

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito. O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences Sociales: La longue durée. Paris. *Annales*. v. 17, n. 4, p. 725-53, 1958.

BRAYNER, Sônia. *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

BRICEÑO GUERRERO, J.M. *El laberinto de los tres minotauros*. Caracas: Monte Ávila, 2007.

BRITO, Andrés. *Remembranzas: la Revolución Libertadora en el oriente de la República.* Caracas: Unidos, 1945.

BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1975.

BRUNEL, Pierre e Ives Chevrel (dir.). *Compendio de literatura comparada*. Trad. Isabel Vericat Nuñez. México D.F.: Siglo XXI, 1994.

BUENO, André. O sentido social da forma literária. In: Bueno, André (coord.). *Literatura e sociedade: narrativa, poesia, cinema, teatro e canção popular*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CABALLERO, Manuel. Prólogo. El concepto de crisis y la crisis del caudillismo. In: QUINTERO, Inés. *El ocaso de una estirpe. (La centralización restauradora y el fin de los caudillos históricos)*. Caracas: Alfadil, 1989, p. 7-17.

CALCAÑO HERRERA, Julio. *Bosquejo histórico de la Revolución Libertadora, 1902-1903*. Caracas: Litografía del Comercio, [194-].

---. *Crítica literaria*. Caracas: Publicaciones de la Presidencia de la República, 1972.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. 8 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1997, 2 v.

_____. *Introducción a la literatura de Brasil.* Caracas: Monte Ávila, 1968.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática 1989, p. 140-161.

_____. *O discurso e a cidade.* São Paulo: Duas Cidades Ouro sobre Azul, 2004.

CARDOZO, Lubio. *Debajo de un considero, me puse a considerar.* Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1987.

_____. *El criollismo, período de estabilización de la narrativa nacional. Una hipótesis*. Mérida: Universidad de los Andes, 1982.

_____. Prólogo. In: *En este país…!* 1978. Caracas: Monte Ávila, 1997, p. 7-33.

CAPPELLETTI, Ángel J. *Positivismo y evolucionismo en Venezuela.* Caracas: Monte Ávila, 1994.

CARRERA, Gustavo Luis. *Imagen virtual*. Mérida: ULA, 1984.

_____. *Proposiciones para una periodificación de la literatura venezolana.* Caracas: UCV, 1978.

CARRERO, Manuel. *Cipriano Castro. Soberanía nacional e imperialismo*. Caracas: Ayacucho, 2010.

CARTAY, Rafael. *Historia económica de Venezuela.* Valencia (Ven.): Vadell Hermanos, 1988.

CASTRO. *Epistolario presidencial, 1899-1908*. PINO ITURRIETA, Elias (Org.). Caracas: UCV, 1974.

CASTRO, Cipriano. *La verdad histórica.* Caracas: Garrido, 1942.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: ____ (coord.). *História do Brasil Nação. A construção nacional 1830-1889.* Vol. 2. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 83-129.

_____. Introdução. In: ____ (coord.). *História do Brasil Nação. A construção nacional 1830-1889.* Vol. 2. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012, p. 19-35.

_____. *La formación de las almas: El imaginario de la República en el Brasil.* Trad. Ada Solari. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

_____. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CONTRERAS, Álvaro. *Escenas del siglo XIX. De la ciudad letrada al museo silvestre.* Mérida: Instituto de Investigaciones Literarias Gonzalo Picón Febres, 2006.

_____. *La barbarie amable.* Mérida: ULA, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORNEJO POLAR, Antonio. *Escribir en el aire.* 1994. Lima-Berkeley: CELACP, 2003.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. 4 v. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968.

COUTINHO, Eduardo. *Literatura Comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

COUTINHO, Eduardo e CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambom*. São Paulo: Cortez, 1981.

DI PRISCO, Rafael. *Acerca de los orígenes de la novela venezolana*. Caracas: UCV, 1969.

DYLLWIN, Ratcliff. *Venezuelan Prose Fiction*. Nova York: Instituto de las Españas en los Estado Unidos, 1933.

DURISIN, Dionyz. Bosquejo de los puntos de partida fundamentales del estudio comparativo de la literatura. Trad. Desiderio Navarro. *Criterios*, La Habana, n. 135, p. 30-39, nov./dic., 1982.

ECHEVERRÍA, Estéban. El dogma socialista. In: *Utopismo socialista*. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: *História geral da civilização brasileira. Tomo III. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930), v. 1.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FERNÁNDEZ HERES, Rafael. *La educación venezolana bajo el signo del positivismo.* Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1994.

FERNÁNDEZ MORENO, César. *América latina en su literatura.* México D.F.: Siglo XXI, 1990.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. A ousadia de sonhar. In: A.H. de Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997, p. 371-401.

_____. *Trincheiras de sonho: Ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur. *Littoral*. n. 9, p. 3-33, jun. 1983.

FRANCO, Jean. *Historia de la literatura hispanoamericana. A partir de la Independência.* Barcelona: Ariel, 1975.

FRANCO, Mercedes. *La guerra de Venezuela. Una batalla de Cipriano Castro.* Caracas: El Perro y la Rana, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiva: Positivo, 2010.

GNISCI, Armando. *Introducción a la literatura comparada*. Trad. Luigi Giuliani. Barcelona: Gráfica, 2002.

GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz e SANDOVAL, Carlos. *Fijar la pátria. Eduardo Blanco y el imaginario venezolano.* Caracas: bid & co., 2011.

GOMES, Eugênio. Lima Barreto. Coelho Neto. In: *A literatura no Brasil*. Vol 4. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968, p. 218-33.

GRASES, Pedro. Prólogo. In *Obra literaria. Andrés Bello.* Caracas: Ayacucho, 1979, p. IX-XLVII.

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada (Ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets, 2005.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: EDUB, 1993.

HARWICH VALLENILLA, Nikita. *Asfalto y revolución: la New York & Bermudez Company*. Caracas: Monte Ávila/FUNRES, 1992.

_____. *Guzmán Blanco y la modernización*. Caracas: CONAC, 1995.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. *La utopía de América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. In: *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico. Do Império à República*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

JAMESON, Fredric. *The Political Unconscious. Narrative as a Socially Symbolic Act*. Ithaca: Cornell UP, 1994.

_____. Sobre la interpretación: la literatura como acto socialmente simbólico. Trad. Desiderio Navarro. *Criterios*, La Habana, v. 1-13, n. 13-20, p. 185-210, 1985-1986.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KRISPÍN, Karl. *La Revolución Libertadora.* Caracas: Talleres Cronotip, 1999.

KOTHE, Flávio Rene. *O cânone colonial: ensaio*. Brasília: UDUB, 1997.

LA CONSPIRACIÓN internacional contra Cipriano Castro. Dir. Teresa I. Pinto González. Caracas: MPP Relaciones Exteriores, 2009.

LA DOCTRINA positivista. Caracas: Presidencia de la República, 1961. 2 t.

LA OPOSICIÓN a la dictadura de Cipriano Castro. Caracas: Congreso de la República, 1983.

LARRAZÁBAL HENRÍQUEZ, Osvaldo. *Historia y crítica de la novela venezolana del siglo XX.* Caracas: UCV, 1980.

LIMA, M. de Oliveira. Prefácio. In: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LINHARES, Temístocles. *Histórica crítica do romance brasileiro: 1728-1981*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LÖWY, Michael. *Romantismo e política*. Trad. Eloísa de Araújo Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção no Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

MACHT DE VERA, Elvira. La Crítica social en tres novelas venezolanas: Vidas oscuras, En este país…! y Cubagua. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979. Dissertação.

MATOS, Manuel Antonio. *Notas*. Caracas: Vargas, 1925.

MEDINA, José Ramón. *Noventa años de literatura venezolana.* Caracas: Monte Ávila, 1991.

MIJARES, Augusto. *Coordenadas para nuestra historia. Temas de historia venezolana*. Caracas: [s.n.], 1997.

MILIANI, Domingo. Estudio preliminar. In: *Fermín Toro*. Caracas: Academia Venezolana de la Lengua, 1963.

_____. El socialismo utópico, hilo transicional del romanticismo al positivismo en Hispanoamérica. *Revista Nacional de Cultura*, Caracas, n. 62, p. 23-42, 1962.

_____. La vida intelectual en la época de Cipriano Castro. In: Iturrieta, Elías Pino. *Cipriano Castro y su época.* Caracas: Monte Ávila, 1991, p. 147-164.

_____. *Tríptico venezolano: narrativa, pensamiento, crítica*. Caracas: Fundación de Promoción Cultural de Venezuela, 1985.

MORÉ, Belford. *Saberes y autoridades. Institución de la literatura venezolana (1890-1910)*. Caracas: La Nave Va, 2002.

NAVARRO COHIL, Dominga. *Un recuerdo para Urbaneja Achelpohl.* Caracas: Cuadernos Literarios de la Asociación de Escritores de Venezuela, 1982.

NUÑEZ, Enrique Bernardo. *El hombre de la levita gris.* Caracas: Ateneo de Caracas, 1980.

NGAMBA, Monique Nomo. La literatura comparada y el análisis de las obras narrativas: el estudio de los géneros, los temas y la forma. *Revista electrónica de estudios filológicos*, n. 15, jun. 2008. <www.tonosdigital.com>.

PACHECO, Emilio. *De Castro a López Contreras: proceso social de la Venezuela contemporánea, contribución a su estudio en los años 1900-1941.* Caracas: D. Fuentes, 1984.

PENSAMIENTO político de la emancipación (1790-1825). Caracas: Ayacucho, 1977.

PENSAMIENTO político de la restauración liberal. Caracas: Congreso de la República, 1983.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Historia da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920.* 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

PERÉZ TERNEIRO, Tomás. Sobre la formación militar de los libertadores. Cipriano Castro (Ensayo de interpretación militar). *Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela*, Caracas, n. 158-159, p. 4-22, ago./set., 1959.

PERUS, Françoise. *Historia y crítica literaria.* La Habana: Casa de las Américas, 1982.

_____. *Literatura y sociedad en América Latina*. México D.F.: Siglo XXI, 1980.

PICÓN FEBRES, Gonzalo. *La literatura venezolana en siglo XIX.* Caracas: Presidencia de la República, 1972.

PICÓN SALAS, Mariano. *Antología de costumbristas venezolanos del siglo XIX.* Caracas: Monte Ávila, 1980.

_____. *Literatura venezolana.* Caracas: Las Novedades, 1945,

_____. *Los días de Cipriano Castro*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1986.

_____. *Positivistas y modernistas*. Barquisimeto: Mismo Cielo, 1986.

PIETRI, Arturo Uslar. *En busca del mundo nuevo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1969.

_____. La invención de Venezuela. In: *Venezuela en seis ensayos*. Coord. Oscar Rodríguez Ortiz. Caracas: Monte Ávila, 1987.

_____. *Medio milenio en Venezuela*. Caracas: Monte Ávila, 1991.

PINO ITURRIETA, Elias (Org). *Cipriano Castro y su época*. Caracas: Monte Ávila, 1991.

_____. *Ideas y mentalidades de Venezuela.* Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1998.

PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993-1996. 3 v.

_____. Cultura e integración: un proyecto de historia literaria. *Integración latinoamericana*, Buenos Aires, n. 149-150, p.53-63, set./oct., 1989.

_____ (coord.). *Hacia una historia de la literatura latinoamericana.* México D.F.: El Colegio de México, 1987.

_____. La emancipación del discurso. In: *América Latina: Palavra, literatura e cultura*. Vol. 2. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.

_____ (coord.). *La literatura latinoamericana como proceso.* Buenos Aires: Association pour l'étude socio-culturelle des Arts, des Littératures de l'Amérique Latine – Centro Editor de América Latina, 1985.

POCATERRA, José Rafael. *Luis Urbaneja Achelpohl*. Caracas: Elite, 1938.

PRADO, Antônio Arnoni. *Lima Barreto: O crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

PRATT, Mary Louise. 1992. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation.* [s.l.]: Taylor and Francis e-Library, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUINTERO, Inés. *El ocaso de una estirpe. (La centralización restauradora y el fin de los caudillos históricos)*. Caracas: Alfadil, 1989.

_____. *Las tentaciones del poder. Manuel Antonio Matos: de banquero a revolucionario*. Caracas: CONAC, 1995.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Hanover: Ediciones del Norte, 1984.

_____. *Literatura, cultura, sociedad en América Latina*. Montevideo: Trilce, 2006.

_____. *Transculturación narrativa en América Latina.* 1984. 2 ed. Buenos Aires: El Andariego, 2008.

RESENDE, Beatriz. Lima Barreto: a opção pela marginalia. In: A.H. de Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997, p. 544-8.

_____. Lima Barreto, crítico da modernidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. Dissertação.

_____. Lima Barreto e a República. *Revista USP*, s.n., p. 89-94, set./nov., 1989.

_____. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.* Rio de Janeiro: EdUFRJ/UNICAMP, 1993.

RIVAS ROJAS, Raquel. Del criollismo al regionalismo: Enunciación y representación en el siglo XIX venezolano. *Latin American Research Review*, v. 37, n. 3, p. 101-28, 2002.

PETIT Robert version électronique du Nouveau Petit Robert. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2002. CD-Rom.

RODRÍGUEZ CAMPOS, Manuel. *Venezuela 1902, la crisis fiscal y el bloqueo: perfil de una soberanía vulnerada*. 3 ed. Caracas: UCV, 2003.

ROSSO, Mauro (org.). *Lima Barreto e a política: os "contos argelinos" e outros textos recuperados*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2010.

ROUQUIÉ, Alain. *América Latina. Introducción al Extremo Occidente.* 1987. Trad. Rosa Cusminksky de Cendrero. México D.F., 1994.

SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York, Vintage Books, 1979.

SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: A.H. de Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997, p. 530-43.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2007.

SCHMELING, Manfred. Introducción: Literatura general y comparada. Aspectos de una metodología comparatista. In: ___ (org.). *Teoría y praxis de la literatura comparada*. Barcelona: Alfa, 1984, p. 6-38.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas.* São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: ___ (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

_____. Lima Barreto, a consciência sob assédio. In: A.H. de Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997, p. 318-50.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo, Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, Éder. Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese.

SIMAS, Luiz Antônio. Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação.

SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? In: ASHCROFT, Bill et al. *The Post-Colonial Studies Reader.* Londres: Routledge, 1995, p. 24-8.

SUÁREZ FIGUEROA, Naudy. *Programas políticos venezolanos de la primera mitad del siglo XX.* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1977.

SUÁREZ MEZA, Luis Ignacio. *Ideología y positivismo en la Venezuela de 1870-1930. Aproximación a Lisandro Alvarado*. Barquisimeto: UCLA, 1992.

SUBERO, Efraín. Para un análisis sociológico de la obra literaria. Bogota**.** *Thesaurus: Boletín del Instituto Caro y Cuervo*. t. XXXIX, n. 3, p. 489-500, 1974.

THURBER, Orray E. *Origen del capital norteamericano en Venezuela: la época del asfalto, 1884-1907*. Trad. Ángel Raul Villasana. Caracas: Universidad Santa María, 1984.

TORO, Fermín. *La doctrina conservadora de Fermín Toro*. Caracas, Ediciones conmemorativas del bicentenario del natalicio del libertador Simón Bolívar, 1983.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past. Power and Production of History.* Boston: Beacon Press, 1995.

URBANEJA ACHELPOHL, Luis Manuel. *En este país…!* 1978. Caracas: Monte Ávila, 1997.

_____. Más sobre literatura nacional. In: *Venezuela en seis ensayos*. Coord. Oscar Rodríguez Ortiz. Caracas: Monte Ávila, 1987.

_____. *Obras completas.* Caracas: Presidencia de la Repúbica, 1973.

_____. Sobre literatura nacional. In: Oscar Rodríguez Ortiz (coord.). *Venezuela en seis ensayos*. Caracas: Monte Ávila, 1987.

VEGA, Marta de la. *Evolucionismo vs. Positivismo*. Caracas: Monte Ávila, 1998.

VELÁSQUEZ, Ramón J. *La caída del Liberalismo Amarillo*. Caracas: Italgráfica, 1977.

WASSERMAN, Renata Mautner. Lima Barreto, the text and the margin: on Policarpo Quaresma. In: A.H. de Lima Barreto. *Triste fim de Policarpo Quaresma. Edição crítica.* Madrid: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997, p. 558-575.

WEISSTEIN, Ulrich. *Introducción a la literatura comparada*. Trad. María Teresa Piñel. Barcelona: Planeta, 1975.